

Comissão de Saúde



2023

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

**Presidente** | Deputado Zé Vitor (PL-MG)

**1ª Vice-Presidente** | Deputada Silvia Cristina (PL-RO)

**2º Vice-Presidente** | Deputado Pedro Westphalen (PP-RS)

# Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

57ª Legislatura (2023–2026)

1ª Sessão Legislativa Ordinária

---

## Presidente

Arthur Lira

## 1º Suplente

Gilberto Nascimento

## 1º Vice-Presidente

Marcos Pereira

## 2º Suplente

Pompeo de Mattos

## 2º Vice-Presidente

Sóstenes Cavalcante

## 3º Suplente

Beto Pereira

## 1º Secretário

Luciano Bivar

## 4º Suplente

André Ferreira

## 2º Secretária

Maria do Rosário

## Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

## 3º Secretário

Júlio Cesar

## Secretário-Geral da Mesa

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

## 4º Secretário

Lucio Mosquini

# **Comissão de Saúde**

---

## **Presidente**

Zé Vitor

## **1º Vice-Presidente**

Silvia Cristina

## **3º Vice-Presidente**

Pedro Westphalen

## **Secretário-Executivo**

Rubens Gomes Carneiro Filho

## **Projeto gráfico, diagramação e capa**

Ana Ferreira

## **Texto e edição**

Agência Câmara de Notícias

Equipe técnica da Comissão de Saúde

## **Fotos**

Agência Câmara

Assessorias parlamentares

## **Revisão**

Equipe técnica da Comissão de Saúde

Câmara dos Deputados: Anexo II, Ala A, sala 145, Pavimento Superior

Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900

Telefones: (61) 3216-6784 - (61) 3216-6790

Instagram: @csaudecamara

# Sumário

<b>Carta do Presidente</b> .....	<b>08</b>
<b>Composição da Comissão</b> .....	<b>11</b>
Presidência .....	12
Membros .....	13
<b>Atividade Legislativa</b> .....	<b>23</b>
Discussão e votação de projetos .....	25
1. Alimentação e nutrição .....	25
2. Campanhas de saúde .....	27
3. Câncer .....	30
4. Carreiras da saúde .....	32
5. Concessão de Título de Patrimônio Público da Saúde Pública .....	35
6. Doenças raras, autismo e deficiências .....	36
7. Emergências de saúde pública .....	40
8. Medicamentos .....	43
9. Planos de saúde .....	44
10. Políticas públicas de saúde .....	45
11. Recursos para a saúde .....	49
12. Saúde da mulher .....	51
13. Saúde mental .....	52
14. Sistema Único de Saúde (SUS) .....	55
15. Telessaúde .....	57
<b>Orçamento</b> .....	<b>59</b>
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) .....	60
Lei Orçamentária Anual (LOA) .....	64
<b>Audiências Públicas</b> .....	<b>67</b>
1. Efetivação do piso salarial nacional da Enfermagem .....	68
2. Reforma tributária e a oneração de produtos nocivos à saúde .....	70
3. Instituição do Dia Nacional em Defesa da Vacina .....	71
4. Debate sobre a realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde .....	73
5. Acesso a tratamento do angioedema hereditário .....	75
6. Piso salarial dos agentes de vigilância sanitária .....	76

7. Ampliação da oferta de vacinas para pessoas com diabetes e obesidade.....	78
8. Incorporação de novos medicamentos para câncer de mama pelo SUS .....	79
9. A atual situação das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo – PDPs.....	81
10. Financiamento e organização da política de oncologia do Brasil .....	82
11. O cenário de incidência da dengue no Brasil, impactos e medidas de combate à doença.....	84
12. A garantia da utilização dos recursos para o pagamento do piso salarial dos agentes comunitários e de endemias e a garantia do repasse integral dos recursos para o pagamento do referido piso .....	85
13. O PL nº 3070/2021 e a disponibilização e aquisição de tratamentos oncológicos no SUS .....	87
14. Jornada da pessoa com doença renal no SUS e as formas de diagnóstico precoce da condição .....	89
15. A Necessidade de Ampliação do Acesso a Tratamentos e Recursos para Distonia no Sistema de Saúde Público .....	91
16. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS .....	93
17. Situação do Acidente Vascular Cerebral no SUS .....	95
18. Projeto “PRF amiga dos Autistas”.....	96
19. Panorama atual da Triagem Neonatal Obrigatória no SUS – Teste do Pezinho .....	98
20. Práticas baseadas em evidências no Transtorno de Espectro Autista .....	100
21. Serviço de Atendimento em Urgência e Emergência (SAMU) e o envelhecimento da população brasileira.....	101
22. Educação: capacitação dos acompanhantes terapêuticos de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista em creches e escolas .....	103
23. Transformação digital na saúde, incluindo o Prontuário Eletrônico abordado no PL nº 5875/2013 .....	104
24. Incorporação de medicamentos para o câncer de mama no SUS .....	106
25. O impacto das redes sociais na autoestima e saúde mental de crianças e adolescentes.....	107
26. Atualização da legislação aplicada às emergências em saúde pública .....	109
27. Combate à gordofobia .....	110
28. Financiamento dos hospitais universitários no País, administrados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH .....	112
29. A inclusão de doenças raras na grade curricular de cursos de ensino superior de saúde.....	114

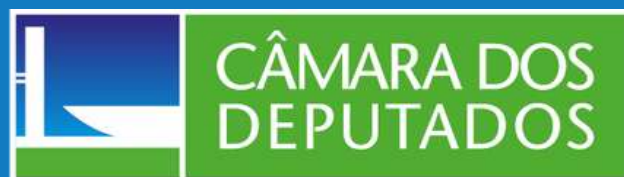
30. A infraestrutura de conectividade para acesso à saúde .....	115
31. Situação de pacientes com malformações congênitas fissura labiopalatina, anomalias craniofaciais e as síndromes correlatas à condição de deficiência .....	117
32. Conscientização do vírus sincicial respiratório .....	118
33. Valorização do clínico .....	120
34. Interoperabilidade em saúde .....	121
35. O acesso a ferramentas digitais de diagnóstico .....	123
36. Sensibilização quanto à presteza na abordagem dos infartos do miocárdio .....	124
37. Risco de surtos de doenças nas Américas .....	126
38. Telemedicina e telessaúde – inovação de processos de logística para melhorar o Sistema de Saúde .....	127
39. Experiências práticas em ferramentas digitais/acompanhamento de pacientes .....	128
40. Síndrome do intestino curto (SIC), amparo ao paciente e necessidade de criação de dia nacional em alusão à causa .....	129
41. Cirurgias eletivas no Brasil .....	131
42. Reflexos sanitários e ambientais das mudanças climáticas e das ondas de calor .....	132
43. Credenciamento de entidades filantrópicas junto ao Ministério da Saúde .....	134
44. Saúde ocupacional dos trabalhadores na limpeza pública .....	135
45. Impactos socioambientais e à saúde humana do fracking para extração de gás de xisto .....	137
46. Situação dos servidores do Ministério da Saúde cedidos ao Governo do Distrito Federal que atuam no combate à dengue .....	139
47. Importância da informação sobre o vírus HTLV e formas de enfrentamento .....	140
48. Uso da inteligência artificial aplicada à saúde .....	142
49. Atualização da legislação visando à preparação, prevenção e resposta às ameaças e emergências em saúde pública .....	143
50. Instituição do Dia dos Profissionais do SAMU .....	145
51. Benefícios da readequação de velocidades nas cidades brasileiras .....	146
52. Ações e políticas públicas sobre trombose venosa profunda e embolia pulmonar .....	148
53. Violência contra as mulheres com deficiência: enfrentamentos, desafios e políticas públicas de proteção e cuidado .....	150

54. Importância da Apae para as pessoas com deficiência .....	152
<b>Reuniões de Comparecimento de Ministro de Estado</b> .....	<b>154</b>
<b>Eventos Técnicos</b> .....	<b>160</b>
Diálogos com saúde .....	161
1. Financiamento em oncologia .....	162
2. Tributação de tecnologias em saúde no Brasil .....	162
3. O cenário atual do câncer .....	163
4. Prevenção das doenças cardiovasculares na Atenção Primária à Saúde .....	164
5. A importância do Complexo Econômico-Industrial da Saúde para ampliação do acesso a tecnologias em saúde no Brasil .....	165
6. Debate sobre o câncer colorretal .....	166
7. Tecnologia e inovação para Terapia Renal Substitutiva .....	167
8. Necessidade de regulação dos estudos in silico no Brasil para desenvolvimento de dispositivos médicos .....	168
9. Impactos das doenças cardiovasculares na saúde dos homens e tecnologias para diagnóstico e tratamento .....	169
Fóruns .....	170
Seminários .....	174
<b>Eventos externos</b> .....	<b>186</b>
1. Hospitais Municipais – Rio de Janeiro/RJ .....	187
2. Fábrica da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) – Goiana/PE .....	189
3. Creches municipais – Rio de Janeiro/RJ .....	191
4. Centro Especializado de Atendimento Multidisciplinar Infanto-juvenil (CEAMI) e Projeto Horta Inclusiva – Recife/PE e Vitória do Santo Antão/PE .....	192
5. Transtorno do Espectro Autista – Cascavel/PR .....	195
6. Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Sul de Minas Gerais/MG .....	197
7. Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia/MG .....	198
8. Transtorno do Espectro Autista – Curitiba/PR .....	200
9. Transtorno do Espectro Autista – Londrina/PR .....	201
10. Autismo na Amazônia – Rota de Inclusão – Belém/PA .....	203
11. Centro Especializado em Atendimento do Autismo (CETEA) – Belém/PA .....	204
12. Autismo na Amazônia – Rota de Inclusão – Santarém/PA .....	206
13. Hospital Estadual da Criança e do Adolescente e Clínica Teia – Goiânia/GO .....	208

14. Hospital de Clínicas da Unicamp – São Paulo/SP .....	209
15. Autismo na Amazônia – Rota de Inclusão – Município de Breves, Marajó, Pará .....	211
16. Novartis e Instituto Jô Clemente – São Paulo/SP .....	212
17. Autismo na Amazônia – Rota de Inclusão – Marabá/PA .....	214
18. Santas Casas de Viçosa/MG .....	216
19. Problema de falta de água no Rio de Janeiro – São João de Meriti/RJ .....	217
20. Centro de Referência de Doenças Raras – São Paulo/SP .....	218
21. Regionalização da Saúde– São Paulo/SP .....	219
22. Fracking – Salvador/BA .....	222
<b>Subcomissões</b> .....	<b>224</b>
Subcomissões Permanentes .....	225
Subcomissão de Modernização e Aperfeiçoamento da legislação aplicável ao Sistema Único de Saúde/SUS – SUBSUS .....	225
Subcomissão de Desempenho de atividades atinentes aos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde – SUBPLAN .....	226
Subcomissões Especiais .....	228
Subcomissão para tratar das doenças raras – SUBRARAS .....	228
Subcomissão para discutir e propor medidas destinadas a Políticas Públicas de Inclusão de Pessoas com Espectro Autista – SUBTEA .....	229
Subcomissão para debater Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital – SUBTELE .....	231
<b>Equipe Técnica</b> .....	<b>232</b>



Comissão de Saúde



# CARTA DO PRESIDENTE

---

# Carta do Presidente

A Comissão de Saúde (CSAUDE) apresenta seu Relatório de Atividades – 2023, elaborado com os dados referentes à 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura. Este foi o primeiro ano de funcionamento na Câmara dos Deputados de uma comissão permanente dedicada especificamente ao campo temático da saúde. Isso foi possível com a mudança do Regimento Interno, trazida pela Resolução nº 1/2023, que extinguiu a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e distribuiu suas competências entre a CSAUDE e Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

A conquista de um colegiado próprio para a saúde na Câmara dos Deputados manteve a intensa produtividade que sempre foi a marca da Comissão. Em 2023, foram apreciados 255 projetos de lei, em aproximadamente 368 horas de atividades – esse período abrange a discussão e a votação de projetos de leis e os diversos eventos que instruem a apreciação das matérias legislativas. Foram realizadas 23 reuniões deliberativas, 53 audiências públicas, 3 reuniões de comparecimento de ministros de Estado, 22 eventos externos e 15 encontros para debate e aprofundamento dos principais temas da saúde, realizados nas dependências da Câmara.

Em 2023, a Comissão de Saúde manteve em funcionamento duas subcomissões permanentes – Subcomissão de modernização e aperfeiçoamento da legislação aplicável ao Sistema Único de Saúde/SUS (SUBSUS) e Subcomissão de desempenho de atividades atinentes aos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde (SUBPLAN) – e três subcomissões especiais – Subcomissão para tratar das doenças raras (SUBRARAS), Subcomissão para discutir e propor políticas públicas de inclusão de pessoas com espectro autista (SUBTEA) e Subcomissão para debater telemedicina, telessaúde e saúde digital (SUBTELE). Juntas, elas realizaram 11 reuniões e aprovaram três relatórios finais, com os principais resultados alcançados no acompanhamento das respectivas políticas públicas setoriais.

Os membros da CSAUDE aprovaram três emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2024) e seis emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA 2024), que aportaram recursos imprescindíveis para a funcionamento do SUS, o maior sistema de saúde público e universal do mundo.

Por meio de debates qualificados e da interação democrática entre os 104 membros que integram a Comissão de Saúde, conseguimos entregar ao Brasil propostas que fazem a diferença na vida das pessoas. Trabalhamos pela efetivação dos princípios do SUS (universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação popular), em conjunto com os demais atores do poder público e da sociedade civil, com quem mantivemos relações institucionais profícuas.

Assim, fizemos do primeiro ano da CSAUDE uma amostra promissora da capacidade de realização de deputadas e deputados comprometidos com a saúde e o bem-estar do povo brasileiro.

Deputado Zé Vitor (PL-MG)  
Presidente da Comissão de Saúde



Comissão de Saúde



# COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

---

## PRESIDENTE



**Zé Vitor**  
PL-MG

## 1º VICE-PRESIDENTE

**Silvia Cristina**  
PL-RO



## 3º VICE-PRESIDENTE

**Pedro Westphalen**  
PP-RS



# Membros



**Abilio Brunini**

PP – RS

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Adriana Ventura**

NOVO – SP

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Adriano do Baldy**

PP – GO

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Afonso Hamm**

PP – RS

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Alice Portugal**

PCdoB – BA

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Ana Paula Lima**

PT – SC

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Ana Pimentel**

PT – MG

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Antonio Andrade**

REPUBLICANOS – TO

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Antonio Brito**

PSD – BA

15/03/2023 – 09/10/2023 (T)



**Arlindo Chinaglia**

PT – SP

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Augusto Puppio**

MDB – AP

15/03/2023 – 09/09/2023 (T)  
19/09/2023 – 04/02/2024 (S)



**Bebeto**

PP – RJ

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)

\*T – Titular, S – Suplente



**Beto Preto**

PSD – PR

15/03/2023 – 26/05/2023 (T)



**Bruno Farias**

AVANTE – MG

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Caio Vianna**

PSD – RJ

24/05/2023 – 31/05/2023 (T)  
31/05/2023 – 21/11/2023 (S)  
07/12/2023 – 04/02/2024 (S)



**Carmen Zanotto**

CIDADANIA – SC

21/11/2023 – 24/11/2023 (T)



**Célio Silveira**

MDB – GO

15/03/2023 – 09/08/2023 (T)  
12/12/2023 – 04/02/2024 (T)



**Célio Studart**

PSD – CE

15/03/2023 – 02/05/2023 (S)



**Clodoaldo Magalhães**

PV – PE

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Daiana Santos**

PCdoB – RS

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Dani Cunha**

UNIÃO – RJ

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Daniel Barbosa**

PP – AL

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Del. Éder Mauro**

PL – PA

22/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Del. Marcelo Freitas**

UNIÃO – MG

08/05/2023 – 16/05/2023 (S)

\*T – Titular, S – Suplente



**Deltan Dallagnol**

PODE – PR

21/03/2023 – 06/06/2023 (S)



**Detinha**

PL – MA

15/03/2023 – 24/04/2023 (T)  
25/04/2023 – 06/07/2023 (T)  
12/09/2023 – 01/12/2023 (T)



**Diego Garcia**

REPUBLICANOS – PR

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Dimas Gadelha**

PT – RJ

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Domingos Sávio**

PL – MG

20/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Dorinaldo Malafaia**

PDT – AP

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Dr. Fabio Rueda**

UNIÃO – AC

19/12/2023 – 04/02/2024 (T)



**Allan Garcês**

PP – MA

14/09/2023 – 20/10/2023 (S)  
20/10/2023 – 04/02/2024 (T)



**Dr. Benjamim**

UNIÃO – MA

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Dr. Daniel Soranz**

PSD – RJ

15/03/2023 – 24/05/2023 (T)  
21/11/2023 – 28/11/2023 (T)  
28/11/2023 – 05/12/2023 (S)



**Dr. Fernando Máximo**

UNIÃO – RO

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Dr. Francisco**

PT – PI

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)

\*T – Titular, S – Suplente





**Dr. Frederico**

PRD – MG

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Dr. Jaziel**

PL – CE

15/03/2023 – 06/09/2023 (T)  
30/10/2023 – 04/02/2024 (S)



**Dr. Luiz Ovando**

PP – MS

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Dr. Zacharias Calil**

UNIÃO – GO

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Dr. Alessandra Haber**

MDB – PA

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Eduardo Velloso**

UNIÃO – AC

15/03/2023 – 13/12/2023 (T)



**Eliane Braz**

PSD – CE

29/08/2023 – 14/11/2023 (T)



**Ely Santos**

REPUBLICANOS – SP

26/07/2023 – 04/02/2024 (T)



**Emidinho Madeira**

PL – MG

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Enf.ª Ana Paula**

PDT – CE

13/06/2023 – 01/10/2023 (S)



**Fernanda Pessoa**

UNIÃO – CE

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Fernando Rodolfo**

PL – PE

18/04/2023 – 22/08/2023 (S)

\*T – Titular, S – Suplente



**Filipe Martins**

PL – TO

15/03/2023 - 04/02/2024 (S)



**Flávia Morais**

PL – CE

15/03/2023 - 04/02/2024 (T)



**Florentino Neto**

PT – PI

15/03/2023 - 04/02/2024 (S)



**Gabriel Mota**

REPUBLICANOS – RR

16/03/2023 - 04/02/2024 (S)



**Geovania de Sá**

PSDB – SC

15/03/2023 - 26/09/2023 (T)

27/09/2023 - 21/11/2023 (T)

27/11/2023 - 04/02/2024 (T)



**Geraldo Mendes**

UNIÃO – PR

15/03/2023 - 08/05/2023 (S)

16/05/2023 - 04/02/2024 (S)



**Geraldo Resende**

PSDB – MS

15/03/2023 - 04/02/2024 (T)



**Giovani Cherini**

PL – RS

15/03/2023 - 04/02/2024 (S)



**Glaustin da Fokus**

PODE – GO

21/03/2023 - 04/02/2024 (S)



**Greyce Elias**

AVANTE – MG

21/11/2023 - 04/02/2024 (S)



**Helio Lopes**

PL – RJ

15/03/2023 - 18/04/2023 (S)

22/08/2023 - 04/02/2024 (S)



**Henderson Pinto**

MDB – PA

15/03/2023 - 04/02/2024 (S)

\*T - Titular, S - Suplente



**Henrique Júnior**

PL – MA

12/12/2023 – 04/02/2024 (T)



**Hildo do Candango**

REPUBLICANOS – GO

13/12/2023 – 04/02/2024 (T)



**Ismael Alexandrino**

PSD – GO

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Iza Arruda**

MDB – PE

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Jandira Feghali**

PCdoB – RJ

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Jeferson Rodrigues**

REPUBLICANOS – GO

15/03/2023 – 12/12/2023 (T)



**Jorge Solla**

PT – BA

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**José Rocha**

UNIÃO – BA

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Juliana Cardoso**

PT – SP

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Junior Lourenço**

PL – MA

20/04/2023 – 06/07/2023 (T)

12/09/2023 – 04/12/2023 (T)



**Júnior Mano**

PL – CE

15/03/2023 – 06/07/2023 (T)

22/11/2023 – 22/11/2023 (S)



**Leo Prates**

PDT – BA

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)

\*T – Titular, S – Suplente



**Lídice da Mata**

PSB – BA

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Lindbergh Farias**

PT – RJ

02/10/2023 – 28/11/2023 (S)



**Lucas Redecker**

PSDB – RS

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Luciano Galego**

PL – MA

11/12/2023 – 12/12/2023 (T)



**Luciano Vieira**

REPUBLICANOS – RJ

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Luiz Antonio Corrêa**

PP – RJ

15/03/2023 – 12/09/2023 (S)



**Luiz Carlos Busato**

UNIÃO – RS

15/03/2023 – 13/09/2023 (S)



**Luiz Lima**

PL – RJ

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Márcio Correa**

MDB – GO

09/08/2023 – 06/12/2023 (T)



**Mário Heringer**

PDT – MG

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Marx Beltrão**

PP – AL

15/03/2023 – 20/10/2023 (T)  
20/10/2023 – 04/02/2024 (S)



**Meire Serafim**

UNIÃO – AC

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)

\*T – Titular, S – Suplente



**Messias Donato**  
 REPUBLICANOS – ES  
 16/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Milton Vieira**  
 REPUBLICANOS – SP  
 15/03/2023 – 26/07/2023 (T)



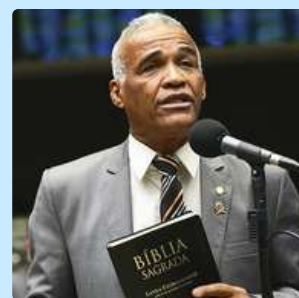
**Misael Varella**  
 PSD – MG  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Osmar Terra**  
 MDB – RS  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Pastor Gil**  
 PL – MA  
 15/03/2023 – 15/03/2023 (T)  
 15/03/2023 – 15/03/2023 (S)



**Pastor Sarg. Isidório**  
 AVANTE – BA  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Paulo Folleto**  
 PSB – ES  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Pedro Westphalen**  
 PP – RS  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Pinheirinho**  
 PP – MG  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Pompeo de Mattos**  
 PDT – RS  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Priscila Costa**  
 PL – CE  
 04/08/2023 – 27/10/2023 (S)



**Prof. Reginaldo Veras**  
 PV – DF  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (S)

\*T - Titular, S - Suplente



**Prof. Alcides**

PL – GO

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Rafael Simões**

UNIÃO – MG

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Reginete Bispo**

PT – RS

15/03/2023 – 21/03/2023 (S)



**Reinhold Stephanes**

PSD – PR

26/04/2023 – 21/11/2023 (S)

27/11/2023 – 04/02/2024 (S)



**Renilce Nicodemos**

MDB – PA

21/08/2023 – 04/02/2024 (S)



**Ricardo Abrão**

UNIÃO – RJ

15/03/2023 – 17/07/2023 (S)

04/10/2023 – 21/11/2023 (S)

23/11/2023 – 01/02/2024 (S)



**Ricardo Silva**

PSD – SP

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Roberto Monteiro Pai**

PL – RJ

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Rodrigo Gambale**

PODE – SP

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Rodrigo Valadares**

UNIÃO – SE

18/09/2023 – 04/02/2024 (S)



**Rosangela Moro**

UNIÃO – SP

15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Ruy Carneiro**

PODE – PB

15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**SAMUel Viana**  
 REPUBLICANOS – MG  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Silas Câmara**  
 REPUBLICANOS – AM  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Silvia Cristina**  
 PP – RO  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Silvio Antonio**  
 PL – MA  
 05/12/2023 – 21/12/2023 (T)  
 21/12/2023 – 04/02/2023 (T)



**Valmir Assunção**  
 PT – BA  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Vinicius Gurgel**  
 PL – AP  
 15/03/2023 – 06/07/2023 (S)



**Weliton Prado**  
 SOLIDARIEDADE – MG  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (T)



**Yuri do Paredão**  
 MDB – CE  
 08/11/2023 – 04/02/2024 (T)



**Zé Haroldo Cathedral**  
 PSD – RR  
 15/03/2023 – 29/03/2023 (S)



**Zé Neto**  
 PT – BA  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (S)



**Zé Vitor**  
 PL – MG  
 15/03/2023 – 04/02/2024 (T)

Comissão de Saúde



# ATIVIDADE LEGISLATIVA

---





## Atividade Legislativa

A Comissão de Saúde foi criada por meio da Resolução nº 01, de 2023. Até então, as propostas legislativas na área de saúde eram apreciadas pela Comissão de Seguridade Social e Família. Nesta 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura, a Comissão de Saúde reuniu-se para sua instalação em 15 de março.

Ao longo de 2023, foram realizadas 23 reuniões deliberativas, em que foram apreciados 322 requerimentos (para realização de audiências públicas, visitas técnicas, comparecimento de ministros(as) de Estado, envio de moções e requerimento de informação e indicação) e 255 projetos (considerando projetos de lei ordinária, lei complementar e de decreto legislativo).

Dos 255 projetos deliberados, 250 tinham pareceres pela aprovação e cinco pela rejeição (foram rejeitados os seguintes projetos: PL 617/2022 e apensado, PL 3081/2022, PL 1598/2011, PDL 76/2022 e apensado, e PL 2383/2019).

A seguir, apresentamos todos esses projetos apreciados em 2023, agrupados por área temática, e o resultado das decisões do Plenário da Comissão de Saúde.

# Discussão e votação de projetos

---

## 1. Alimentação e nutrição

A Comissão de Saúde se debruçou sobre 14 projetos no campo da alimentação e nutrição no ano de 2023.

Em uma iniciativa para a proteção à saúde na primeira infância, a Comissão de Saúde aprovou o **PL 3075/2011**, que visa alterar a Lei nº 11.265/2006 para proibir a comercialização e a oferta, ainda que de forma gratuita, de mamadeiras, bicos e chupetas que contenham o bisfenol-A (BPA) em sua composição. Embalagens e recipientes plásticos que contenham esse composto químico, quando aquecidos ou em contato com alimentos, podem liberar o BPA, com potencial de provocar uma série de problemas de saúde, inclusive o câncer. As demais propostas apensadas ao **PL 3075/2011** foram rejeitadas.

O transtorno do espectro autista foi um tema amplamente debatido durante o ano, em especial por meio da Subcomissão especial para discutir e propor medidas destinadas a Políticas Públicas de Inclusão de Pessoas com Espectro Autista (SUBTEA/CSAUDE). Duas propostas aprovadas contemplam o direito das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) à alimentação e nutrição. O **PL 1083/2022** institui um programa nacional de terapia nutricional para pessoas com TEA, cujos objetivos incluem a promoção da saúde, por meio da atuação de profissionais especializados nas unidades das redes pública e privada de saúde, bem como o estímulo a dietas adequadas, buscando minimizar a seletividade alimentar e os comportamentos compulsivos na alimentação. A Comissão de Saúde aprovou também o Parecer do Relator pela aprovação do **PL 4365/2020** e do **PL 4689/2020**, apensado, com substitutivo. A proposta inclui o direito à nutrição adequada e à terapia nutricional na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012). Nela, está previsto que a avaliação, a orientação e o acompanhamento nutricional da pessoa com TEA deverão ser disponibilizados nos serviços de atenção básica e, quando não houver profissional especializado, poderão ser realizados com o apoio de serviços de referência e o uso de ferramentas de telessaúde.

Outros importantes projetos também contemplam a terapia nutricional.

O **PL 2850/2019** estabelece prioridade de uso de alimentos *in natura* ou minimamente processados nas refeições oferecidas aos pacientes de hospitais públicos e privados. Já o **PL 2514/2023** visa alterar o Estatuto da Pessoa com Câncer, incluindo a garantia ao acesso à terapia nutricional para os pacientes com neoplasias. E o **PDL 146/2023** tem como objetivo sustar a aplicação dos incisos I e III do §2º do art. 2º da Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde nº 120, de 14 de abril de 2009, que dispõe sobre credenciamento/habilitação dos serviços de assistência de alta complexidade em terapia nutricional enteral e enteral/parenteral. Essa norma a ser sustada estabelece exigências que restringem os critérios para habilitação de serviços hospitalares como Centro de Referência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional.

Finalmente, foi aprovado o substitutivo do relator ao **PL 5653/2020**. Essa proposta altera o Decreto-Lei nº 986/69, que institui normas básicas sobre alimentos, para proibir o uso da palavra “mel” no rótulo de produtos que não contenham, em sua composição, a quantidade mínima de mel de abelha a ser definida em regulamento do Poder Executivo.

**Proposição:** PL 3075/2011

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 6388/2009, do PL 1197/2011, do PL 3221/2012, do PL 3222/2012, do PL 5483/2016 e do PL 5831/2009, apensados.

**Data da Aprovação:** 21/11/2023

**Proposição:** PL 4365/2020

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação deste e do PL 4689/2020, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 09/08/2023

**Proposição:** PL 1083/2022

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 2850/2019

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Osmar Terra (MDB-RS), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 31/10/2023

**Proposição:** PL 5653/2020

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Domingos Sávio (PL-MG), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 16/08/2023

**Proposição:** PL 2514/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Ruy Carneiro (PODE-PB), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 20/12/2023

**Proposição:** PDL 146/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Ruy Carneiro (PODE-PB), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 21/11/2023

---

## 2. Campanhas de saúde

A Comissão de Saúde aprovou dezenas de projetos que criam meses, semanas ou dias comemorativos alusivos à promoção de ações e serviços em saúde. A ideia é conscientizar a sociedade, estimular a reflexão sobre os problemas enfrentados por pacientes, estabelecer medidas de prevenção, diagnóstico e tratamento, e chamar a atenção sobre o papel do poder público na melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas.

Tais campanhas comemorativas são normalmente coordenadas pelo Ministério da Saúde, em parceria com os demais entes do Sistema Único de Saúde (SUS), como as secretarias estaduais e municipais de saúde. Muitos dos projetos aprovados criam calendários com programação variada de atividades, o que inclui campanhas de comunicação, parcerias com universidades e associações envolvidas na causa, ações de aperfeiçoamento e atualização profissional das equipes de atendimento e mutirão de serviços para a população.

Foram aprovados projetos que preveem campanhas sobre os seguintes temas: saúde única, combate à insuficiência renal crônica e apoio ao paciente transplantado, câncer colorretal, cuidado precoce em saúde, diabetes, incontinência urinária, síndrome de Sjögren, ostomia, ludopatia, síndrome de DiGeorge ou síndrome de deleção, paralisia cerebral, apraxia da fala na infância, síndrome do pânico, leucemias, saúde e bem-estar, angioedema hereditário, cegueira, distonia, câncer de pulmão e doença diverticular.

**Proposição:** PL 1837/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Ricardo Silva (PSD-SP), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 14/06/2023

**Proposição:** PL 3390/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Messias Donato (REPUBLIC-ES), pela aprovação deste e do PL 312/2022, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 29/11/2023

**Proposição:** PL 2614/2020

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação deste e do PL 5088/2020, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023

**Proposição:** PL 4196/2021

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação deste e do PL 2122/2022, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 14/06/2023

**Proposição:** PL 513/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Antonio Andrade (REPUBLIC-TO), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 23/08/2023

**Proposição:** PL 694/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Luiz Lima (PL-RJ), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023

**Proposição:** PL 997/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Florentino Neto (PT-PI), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 14/06/2023

**Proposição:** PL 1146/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 09/08/2023

**Proposição:** PL 2598/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 2666/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 2694/2022

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Ana Pimentel (PT-MG), pela aprovação deste e do PL 286/2023, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 27/09/2023

**Proposição:** PL 3002/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 23/08/2023

**Proposição:** PL 3003/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Clodoaldo Magalhães (PV-PE), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 16/08/2023

**Proposição:** PL 292/2023

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Iza Arruda (MDB-PE), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 429/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Mário Heringer (PDT-MG), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 14/06/2023

**Proposição:** PL 2660/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023

**Proposição:** PL 5753/2019

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), pela aprovação deste, do PL 1405/2022 e do PL 1917/2023, apensados, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 23/08/2023

**Proposição:** PL 3571/2023

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 4047/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Clodoaldo Magalhães (PV-PE), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 471/2020

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Dani Cunha (UNIÃO-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

---

## 3. Câncer

A Comissão de Saúde aprovou várias propostas para o tratamento do câncer. Com o **PL 665/2011**, o SUS deve cumprir as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas (DDTs) para o câncer de próstata, evitando variações no tratamento entre um centro e outro. A DDT é um protocolo de combate à doença elaborado pelo Ministério da Saúde e seguido por todo o País. O texto também obriga os planos de saúde a cobrir o exame de imagem PET-CT com PSMA, que identifica pequenas lesões cancerígenas no corpo, procedimento que hoje não faz parte do rol de procedimentos dos planos.

A compra direta de medicamentos para o tratamento do câncer e a vedação à sua interrupção estão estabelecidas no **PL 3070/2021** e no **PL 2313/2023**. Atualmente, a aquisição de medicamentos é realizada de forma descentralizada por hospitais habilitados em oncologia, que são parcialmente ressarcidos pelo Ministério da Saúde. O **PL 3070/2021** também prevê a compra indireta por meio de autorização exclusiva.

Ainda no âmbito do tratamento imediato do câncer, a prioridade a pessoas idosas é o objetivo do **PL 6606/2016**. O câncer é a segunda causa de morte em idosos no Brasil, atrás apenas das doenças do sistema circulatório. Também para priorizar o atendimento ao tipo de câncer com maior incidência em crianças e adolescentes, o **PL 903/2022** visa à oferta imediata de medicamentos para leucemias após a incorporação pelo SUS.

A oferta preferencial de quimioterapia oral no SUS, sempre que não houver opções comprovadamente mais eficazes, é o foco do **PL 3406/2020**.

Pessoas que passaram por mastectomia decorrente de câncer de mama terão direito à fisioterapia pós-cirurgia, de acordo com o **PL 3436/2021**. Quando indicada, a fisioterapia pode melhorar os resultados da cirurgia plástica reconstrutora da mama, melhorando a qualidade de vida da mulher.

**Proposição:** PL 665/2011

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação deste, do PL 983/2011, do PL 1317/2011, do PL 1395/2011, do PL 1897/2011, do PL 2316/2020 e do PL 2766/2022, apensados, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 14/06/2023

**Proposição:** PL 3406/2020

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Paulo Foletto (PSB-ES), pela aprovação deste e do PL 2428/2021, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 23/08/2023

**Proposição:** PL 3070/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Pedro Westphalen (PP-RS), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 3436/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Augusto Puppio (MDB-AP), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 31/10/2023

**Proposição:** PL 903/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Weliton Prado (SOLIDARI-MG), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 20/12/2023

**Proposição:** PL 2313/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Rodrigo Gambale (PODE-SP), pela aprovação deste e do PL 2515/2023, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 29/11/2023



**Proposição:** PL 6606/2016

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Luiz Lima (PL-RJ), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 21/11/2023

---

## 4. Carreiras da saúde

A Comissão de Saúde aprovou várias propostas relacionadas a carreiras da saúde, permitindo que atividades tão diversas quanto essenciais para a promoção do bem-estar tenham seu exercício regulamentado, com a fixação de direitos, deveres e requisitos profissionais de atuação. Destacam-se os projetos para a regulamentação das categorias de técnico em necropsia (**PL 10674/2018**), técnico de imobilizações ortopédicas (**PL 2194/2019**), técnico de laboratório (**PL 3374/2023**), técnico e tecnólogo em radiologia e bacharel em ciências radiológicas (**PL 3661/2012**).

Entre as carreiras de nível superior, foram destaques o projeto de regulamentação da terapia ocupacional (**PL 3364/2019**) e o que estipula piso nacional de R\$ 4.800 (quatro mil e oitocentos reais) para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, com jornada de 30 horas semanais (**PL 988/2015**). As duas carreiras ganharam espaço em diversas situações clínicas, principalmente depois da pandemia de covid-19 e com o envelhecimento da população. A regulamentação da profissão de biotecnologista, campo interdisciplinar de diversas áreas biológicas, foi objeto do **PL 3762/2019**.

Outra conquista visa à unificação do piso salarial de dois salários mínimos para agentes de vigilância sanitária, agentes indígenas de saúde e de saneamento, e agentes comunitários de saúde (ACS) e de combate às endemias (ACE), com o **PL 1126/2021**. A medida é uma forma de resolver problemas trabalhistas que afetam essas categorias, como vínculos precários, insegurança jurídica e descontinuidade dos contratos.

Na área da enfermagem, foi aprovado o **PL 3840/2023**, que reserva vagas para profissionais recém-formados de enfermagem e de outras áreas em contratações temporárias no serviço público ou em parcerias com entes privados na área da saúde. O estímulo ao aperfeiçoamento de enfermeiros, técnicos e auxiliares foi objeto do **PL 50/2015**, devendo ser garantido em cursos anuais oferecidos pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Enfermagem.

Para corrigir a falta de uma base de dados unificada sobre os programas de residência médica, o **PL 374/2023** passa a obrigar o Ministério da Educação e a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) a divulgarem mensalmente na internet todos os programas de residência médica autorizados e ativos no País, com informações sobre o número de vagas e as especialidades médicas ofertadas. Com o **PL 1732/2022**, médicos residentes ganham a possibilidade de dividir as férias anuais em períodos de no mínimo dez dias, melhorando suas condições de trabalho e estudo.

Profissionais que cometerem crime hediondo, como homicídio qualificado e estupro, terão o registro suspenso pelo respectivo conselho profissional, após o trânsito em julgado do processo criminal. É o que propõe o **PL 2070/2022**, que insta os conselhos a atuar com maior rigor em relação a profissionais de saúde criminosos.

Por fim, foi rejeitado o **PL 3081/2022**, que pretendia desregulamentar mais de uma centena de profissões, entre as quais várias carreiras da saúde. Em razão das profundas repercussões negativas, a Comissão de Saúde aprovou, por unanimidade, a rejeição da matéria.

**Proposição:** PL 10674/2018

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação deste e do PL 6535/2019, apensado, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 2194/2019

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Marx Beltrão (PP-AL), pela aprovação deste e do PL 1616/2023, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/09/2023

**Proposição:** PL 3364/2019

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 20/09/2023

**Proposição:** PL 3762/2019

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 20/12/2023

**Proposição:** PL 1126/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Marx Beltrão (PP-AL), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 24/05/2023

**Proposição:** PL 988/2015

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Iza Arruda (MDB-PE), pela rejeição deste, do PL 7827/2017, do PL 10509/2018, do PL 2078/2019, do PL 1825/2021 e do PL 1713/2023, apensados, e pela aprovação do PL 1731/2021, apensado.

**Data da Aprovação:** 30/08/2023

**Proposição:** PL 50/2015

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Luiz Ovando (PP-MS), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 16/08/2023

**Proposição:** PL 1732/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Luiz Lima (PL-RJ), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023

**Proposição:** PL 374/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Leo Prates (PDT-BA), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 23/08/2023

**Proposição:** PL 3374/2023

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Ana Paula Lima (PT-SC), pela aprovação, com emenda.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 3840/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Márcio Correa (MDB-GO), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 29/11/2023

**Proposição:** PL 3661/2012

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Ricardo Silva (PSD-SP), pela aprovação deste, com substitutivo, pela rejeição do PL 5874/2001, do PL 3508/2023, do PL 4111/2008, do PL 5170/2005, do PL 7602/2006, do PL 5209/2009 e do PL 7025/2010, apensados, e pela rejeição das emendas 1/2012 e 1/2019, apresentadas na CSAUDE.

**Data da Aprovação:** 29/11/2023

**Proposição:** PL 2070/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Leo Prates (PDT-BA), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 3081/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO), pela rejeição deste e da emenda apresentada na CSAUDE.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

---

## 5. Concessão de Título de Patrimônio Público da Saúde Pública

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados aprovou, em 2023, várias propostas legislativas relacionadas a temas que abordam a concessão de Título de Patrimônio Público da Saúde Pública. É o caso do **PDL 354/2022**, que concede o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública ao Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar). Empresa pública do Governo do Estado, fundada em 1940, o Tecpar vem prestando relevante trabalho à sociedade por meio de ações de apoio à inovação e ao desenvolvimento econômico e social dos paranaenses e dos brasileiros.

Já o **PDL 113/2023** visa conceder o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública ao Instituto Evandro Chagas (IEC), responsável por estudos inovadores sobre patologias tropicais e seu papel vital na saúde pública.

Por sua vez, o **PDL 345/2023** propõe conceder o referido título ao Instituto Nacional do Câncer (INCA), primeiro e principal centro especializado em câncer do Brasil, originalmente fundado em 1938 como Centro de Cancerologia, por iniciativa do médico gaúcho Mário Kroeff.

Finalmente, o **PDL 346/2023** outorga o título de Patrimônio Público da Saúde ao Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO), com sede no Rio de Janeiro. Centro de referência no tratamento de doenças e traumas ortopédicos de média e alta complexidade, o INTO recebeu, em março de 2006, a certificação máxima de qualidade para hospitais e clínicas médicas no mundo, concedida pela *Joint Commission International*. Em 2021 foi eleito pela revista norte-americana *Newsweek* como um dos melhores hospitais do

mundo especializados em ortopedia, ocupando a 39ª posição no *ranking*, em uma lista que reunia 125 unidades hospitalares.

**Proposição:** PDL 354/2022

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Ana Paula Lima (PT-SC), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PDL 113/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 21/12/2023

**Proposição:** PDL 345/2023

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Ana Pimentel (PT-MG), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PDL 346/2023

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Ana Pimentel (PT-MG), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

---

## 6. Doenças raras, autismo e deficiências

A Comissão de Saúde aprovou diversas propostas que garantem direitos a pessoas com autismo, doenças raras e deficiências. Um dos destaques foi o Estatuto da Pessoa com Doença Rara (**PL 4058/2023**), aquela que afeta até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos, conforme o critério adotado pela Organização Mundial de Saúde. O texto fixa ações preventivas (aconselhamento genético, triagem de gestantes de alto risco e início precoce do tratamento), estabelece prioridades de atendimento e proíbe que os planos de saúde cobrem valores diferenciados para os pacientes. Ficam, assim, equiparados os direitos das pessoas com doença rara aos das pessoas com deficiência.

Com a aprovação do **PL 601/2022** e do **PL 2687/2022**, pacientes com a forma grave do tremor essencial (doença neurológica caracterizada por um tremor incontrolável que atinge diversas partes do corpo durante os movimentos) e pacientes com diabetes *mellitus* tipo 1 passam a ser reconhecidos como com

deficiência para efeitos legais. O direito a ter acompanhante no atendimento em consultas e exames, mesmo em situação de calamidade pública, estado de sítio, de defesa ou de emergência, fica assegurado no **PL 2551/2020**. De acordo com o **PL 1757/2021**, esse direito alcança também pacientes com TEA ou outra deficiência cognitiva internados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Já o **PL 2621/2023** obriga o SUS a distribuir gratuitamente cordões de fita com desenhos de girassóis para identificar pessoas com deficiências ocultas, que são as que podem não ser percebidas de imediato, como é o TEA ou a surdez, entre outras.

A definição de diretrizes para o tratamento de pessoas com TEA ou com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é o foco do **PL 1669/2022**. O texto coloca a rede de atenção primária como ponto central de acolhimento e triagem para diagnóstico de TEA, por meio de testes padronizados após os 18 meses de idade, com posterior encaminhamento para avaliação multidisciplinar em um centro regional especializado, a ser iniciada em, no máximo, 90 dias.

Dentro da política de assistência social, o **PL 536/2021** cria instituições de longa permanência para adultos com TEA em situação de vulnerabilidade econômica e acentuado nível de dependência para atividades cotidianas. O **PL 8670/2017** altera o Código de Processo Civil, a fim de priorizar a tramitação de processos judiciais que tenham como parte pessoa com doença rara. O texto também garante ao paciente com câncer prioridade na tramitação judicial de solicitações de medicamentos de alto custo não incorporados ao SUS.

A ampliação do esclarecimento público sobre o TEA é o objetivo do **PL 5104/2020**, que obriga a disponibilização de informações sobre a condição e a escala M-Chat R/F, usada para o diagnóstico, no cartão de vacinação, no aplicativo Conecte SUS e nos canais de comunicação dos gestores do SUS. A estimulação precoce e constante por equipe multidisciplinar, a fim de atender melhor as pessoas com TEA, é o que garante o **PL 3732/2021**, que a inclui entre os serviços do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Pessoas que foram submetidas à cirurgia para abertura de um orifício interligando um órgão interno ao meio externo (ostomia) terão assegurado o prazo de até 180 dias após o encaminhamento médico para a realização de cirurgia de reversão da ostomia no SUS, de acordo com o **PL 1144/2022**. Esses

pacientes estão sujeitos a diversas complicações em decorrência do uso do orifício para alimentação, respiração ou eliminação de fezes ou urina, a depender do caso.

A presença de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em maternidades e estabelecimentos de saúde durante o pré-natal, trabalho de parto, parto e pós-parto é assegurada no **PL 2814/2022**. O estímulo à Libras também está presente no **PL 7095/2017**, que define o domínio do idioma como critério de desempate para prova de títulos em concursos públicos.

**Proposição:** PL 4058/2023

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Rosangela Moro (UNIÃO-SP), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 2551/2020

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Leo Prates (PDT-BA), pela aprovação deste, do PL 4251/2020 e do PL 1323/2023, apensados, nos termos do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

**Data da Aprovação:** 09/08/2023

**Proposição:** PL 5104/2020

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), pela aprovação deste e do PL 452/2023, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023

**Proposição:** PL 536/2021

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), pela aprovação deste, do PL 1380/2022, do PL 1466/2022 e do PL 2590/2023, apensados, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 29/11/2023

**Proposição:** PL 1757/2021

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Meire Serafim (UNIÃO-AC), pela aprovação, com emenda.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 8670/2017

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Rosangela Moro (UNIÃO-SP), pela aprovação deste, do PL 266/2019, do PL 902/2023 e do PL 4660/2023, apensados, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 3732/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Leo Prates (PDT-BA), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 16/08/2023

**Proposição:** PL 601/2022

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 1144/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 1669/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Benjamim (UNIÃO-MA), pela aprovação deste, do PL 527/2023, do PL 1063/2023, do PL 1221/2023, do PL 2080/2023, do PL 889/2023 e do PL 983/2023, apensados, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 29/11/2023

**Proposição:** PL 2687/2022

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Rosangela Moro (UNIÃO-SP), pela aprovação, nos termos da emenda adotada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

**Data da Aprovação:** 18/10/2023

**Proposição:** PL 2621/2023

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Rosangela Moro (UNIÃO-SP), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023



**Proposição:** PL 2474/2011

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR), pela rejeição deste, do PL 4250/2012, do PL 4382/2012 e do PL 5977/2013, apensados, e pela aprovação do PL 7095/2017, apensado, com emenda.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 2814/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR), pela aprovação deste e do PL 474/2023, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

---

## 7. Emergências de saúde pública

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados aprovou, em 2023, várias propostas legislativas relacionadas a temas que abordam emergências de saúde pública. O PL **3942/2021** determina o reconhecimento no Brasil das vacinas contra a covid-19 aplicadas no exterior, podendo ser incluídas no certificado de vacinação individual. A medida é válida mesmo que a vacina não esteja disponível no País. O projeto prevê ainda que a emissão do certificado de vacinação se dará com a apresentação, perante a autoridade competente, de documentação traduzida que confirme a imunização.

Já o PL **4376/2021** obriga os empregadores (públicos ou privados) a comunicarem à autoridade sanitária e aos seus funcionários a ocorrência, no local de trabalho, de casos de doenças que necessitem de isolamento ou quarentena. A falta desse aviso implica a aplicação de multa ao infrator.

O PL **898/2020**, por sua vez, prevê a dispensa de licitação em períodos de pandemias ou epidemias para compras governamentais feitas para ampliar a prestação de serviços médicos em locais de difícil provimento ou de alta vulnerabilidade. A medida terá validade de dois anos, contados da data de publicação do decreto do estado de calamidade pública. Poderão ainda ser contratados sem licitação profissionais de saúde brasileiros ou estrangeiros com diploma revalidado, e médicos estrangeiros.

A criação do Fundo Nacional de Apoio a Pandemias e Epidemias (FNAPE), destinado a financiar ações e serviços públicos de combate a epidemias e pandemias, é prevista no PL **1022/2020**. Os recursos poderão ser utilizados para a compra, pelo SUS, de insumos hospitalares e equipamentos de

proteção individual (EPIs), e para o treinamento de agentes de saúde. O dinheiro poderá ainda garantir o abastecimento de medicamentos e de testes, entre outros suprimentos médicos. O fundo receberá recursos do Orçamento da União e de outras fontes, como fundos públicos, doações particulares e convênios com órgãos públicos. Em situações de emergência em saúde pública no território nacional, serão destinados ao FNAPE 10% dos fundos partidário e eleitoral.

A prioridade no atendimento de médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem durante a vigência de situações de emergência em saúde pública é proposta no **PL 1884/2020**. Pelo texto, essa prioridade é aplicada após o atendimento dos grupos que já são reconhecidos como prioritários pela lei, como as pessoas idosas e com deficiência, entre outras.

O **PL 351/2019** cria a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS), que vai atuar de forma conjunta com estados, o Distrito Federal e os municípios em situações de emergência epidemiológica, desastres ou de desassistência à população. Desde 2011 o SUS mantém uma força nacional para atender entes federativos em casos de emergência em saúde, a qual é regulamentada por norma do Ministério da Saúde. Entre as mudanças está a que deixa claro que o Ministério da Saúde será responsável pela gestão da FN-SUS, o qual terá os limites de sua atuação e prazo definidos em ato de convocação.

O **PL 2701/2022** insere dispositivo na norma que trata da vigilância epidemiológica (Lei nº 6.259/75) para determinar regras para nomeação de doenças infecciosas, evitando-se associar o vírus a determinados animais ou etnias.

Por sua vez, o **PL 617/2022**, que institui a obrigatoriedade do uso de EPIs e de máscaras de proteção respiratória dentro de unidades de saúde públicas e privadas como medida preventiva de saúde pública, teve parecer pela rejeição, com o argumento de que a fiscalização seria inviável caso a proposta fosse aprovada.

**Proposição:** PL 3942/2021

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 17/05/2023

**Proposição:** PL 4376/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 14/06/2023

**Proposição:** PL 898/2020

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Antonio Andrade (REPUBLIC-TO), pela aprovação deste e do PL 1930/2021, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 1022/2020

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Leo Prates (PDT-BA), pela aprovação deste, do PL 1033/2020, do PL 1100/2020, do PL 1238/2020, do PL 2042/2020, do PL 2749/2020 e do PL 982/2021, apensados, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/09/2023

**Proposição:** PL 1884/2020

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Mário Heringer (PDT-MG), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 617/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Fernando Máximo (UNIÃO-RO), pela rejeição deste e do PL 802/2022, apensado.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 351/2019

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Ana Pimentel (PT-MG), com Complementação de Voto, pela aprovação deste e do PL 1774/2020, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 2701/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Bruno Farias (AVANTE-MG), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 23/08/2022

---

## 8. Medicamentos

Foram deliberadas na Comissão de Saúde, em 2023, 13 propostas relacionadas a medicamentos.

A distribuição de medicamentos à população foi tema de duas dessas propostas. O **PL 1697/2022** garante aos pacientes do SUS o direito de receber os medicamentos para a continuidade do seu tratamento após a alta hospitalar, desde que dentro do prazo máximo de 90 dias de tratamento. E o **PL 868/2023** prevê a distribuição gratuita pelo Ministério da Saúde, por meio do Programa Farmácia Popular do Brasil, de medicamentos para o tratamento de transtornos relacionados à ansiedade e à depressão.

Ainda sobre o Programa Farmácia Popular, esse foi objeto do **PL 8301/2017**. A proposta altera a lei de sua criação, incluindo as atribuições do Ministério da Saúde e oferecendo maior segurança jurídica às ações do órgão.

Duas propostas no campo da regulação de medicamentos têm como objetivo a proteção do consumidor. O substitutivo ao **PL 221/2015** altera o Código de Defesa do Consumidor para tipificar a obtenção de vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza, cuja compra pelo consumidor decorra de influência direta do profissional. Já o **PL 4306/2016** altera a lei que trata da vigilância sanitária sobre produtos farmacêuticos (Lei nº 6.360/76), obrigando que medicamentos que possam comprometer os reflexos ou funções cognitivas das pessoas, como ansiolíticos e antieméticos (que tratam náuseas e vômitos), tenham alertas em seus rótulos/embalagens, e não apenas em suas bulas.

Por fim, o **PDL 76/2022** visa suspender a vigência da resolução da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, órgão do governo responsável pela regulação econômica do mercado de medicamentos no Brasil, que autorizou o reajuste de 10,89% no seu preço a partir de 31 de março de 2022.

**Proposição:** PL 1697/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Geraldo Resende (PSDB-MS), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 29/11/2023

**Proposição:** PL 868/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), com Complementação de Voto, pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 221/2015

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Paulo Foletto (PSB-ES), com Complementação de Voto, pela aprovação deste, do PL 407/2015, do PL 434/2015, do PL 445/2015, do PL 973/2015 e do PL 2452/2015, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 438/2020 e do PL 2479/2021, apensados.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 4306/2016

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação deste e do PL 9682/2018, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 17/05/2023

**Proposição:** PL 8301/2017

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Zé Vitor (PL-MG), pela aprovação deste, do PL 9919/2018 e do PL 1257/2023, apensados, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PDL 76/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO), pela rejeição deste e do PDL 79/2022, apensado.

**Data da Aprovação:** 29/06/2022

---

## 9. Planos de saúde

Em 2023, a Comissão de Saúde aprovou duas propostas legislativas com o objetivo de alterar a Lei dos Planos de Saúde (Lei nº 9656/1998). O **PL 4119/2020** busca permitir que as entidades de autogestão (cujos planos de assistência não podem ser comercializados em massa) ofereçam cobertura em localidade diversa quando o beneficiário estiver residindo fora dos limites da abrangência geográfica prevista inicialmente. Já o **PL 956/2022** garante ao médico autonomia para escolher a abordagem terapêutica no tratamento de pacientes com plano de saúde. Com isso, as operadoras de planos de saúde privados serão proibidas de restringir a liberdade do exercício de atividade profissional do prestador de serviço, desde que a ciência e as leis sejam observadas.

**Proposição:** PL 4119/2020

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Luciano Vieira (PL-RJ), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 956/2022

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 13/09/2023

---

## 10. Políticas públicas de saúde

A elaboração de políticas públicas de saúde, uma das áreas fundamentais do trabalho da Comissão de Saúde, recebeu atenção especial dos membros do colegiado. Para o combate às doenças do sistema circulatório, foram aprovados projetos sobre cardiopatias congênitas (**PL 4700/2019**), o diagnóstico de diabetes e hipertensão com exame móvel (**PL 4592/2020**), e a criação do Estatuto da Pessoa Diagnosticada com acidente vascular cerebral (**PL 2499/2023**).

No campo das demais doenças crônicas, foram aprovadas a Política de Assistência Integral à Pessoa Diabética (**PL 2501/2022**), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Doença Renal (**PL 4590/2020**), a Política Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele (**PL 4623/2023**), a Política Nacional de Saúde Funcional (**PL 1673/2021**) e a Política Nacional de Assistência às Pessoas com Distrofias Hereditárias de Retina (**PL 2366/2022**).

Na área de distúrbios da fala, foram aprovadas a Política Nacional de Saúde Vocal (**PL 11158/2018**), a Política de Atenção à Gagueira (**PL 2461/2022**) e a inclusão do distúrbio vocal como doença laboral (**PL 3993/2023**). A atenção a pessoas com fendas labiais e palatinas é o objetivo do **PL 3329/2019**, que cria o Cadastro Nacional de Pessoas com Fissura Labiopalatina, e do **PL 2811/2021**, que institui um exame obrigatório para detectar fissuras no céu da boca de bebês, decorrentes de malformação congênita.

Com o **PL 1945/2021**, a ocorrência de choque anafilático, forma mais grave de reação alérgica, passa a ter notificação obrigatória ao Ministério da Saúde, permitindo que seja criado um cadastro nacional de pacientes. Também na área de alergias, o **PL 2840/2019** estabelece a cobertura pelo SUS e pelos

planos de saúde do teste provocação oral, considerado referência para o diagnóstico de alergias alimentares.

No âmbito da saúde ambiental, o **PL 4094/2021** obriga a análise periódica da qualidade do ar no interior de edifícios públicos, a fim de limitar as situações de contágio por patógenos de transmissão respiratória. A publicação atualizada, em placas de fácil visualização, da condição de banho das praias foi estabelecida no **PL 2323/2019**. Com o **PL 7817/2017**, fica proibida e sujeita à multa a continuidade do abastecimento de veículos após o acionamento da trava de segurança nas bombas dos postos de combustível, o que diminui o risco de explosões e liberação de gases tóxicos.

No campo da saúde integral, o **PL 6568/2013** cria a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, que abrange a prevenção, a detecção precoce, o diagnóstico e o tratamento de doenças que acometam exclusiva ou predominantemente a população masculina, com ampla divulgação à população. Com o **PL 2173/2022**, as academias de ginástica e seus espaços físicos são reconhecidos como componentes da atenção básica em saúde, de acordo com a adesão ao Programa Academias da Saúde, executado pelo governo federal.

Foram aprovados ainda o **PL 4389/2004**, que assegura a gratuidade em voos domésticos para o transporte aéreo de órgãos e de tecidos humanos para fins de transplante, e o **PL 4552/2016**, que obriga unidades de saúde a comunicarem casos de violência física a autoridades policiais e ao Ministério Público em até 24 horas após o atendimento.

**Proposição:** PL 11158/2018

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 23/08/2023

**Proposição:** PL 3329/2019

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Augusto Puppio (MDB-AP), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 31/10/2023

**Proposição:** PL 4700/2019

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação deste e do PL 4281/2020, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 17/05/2023

**Proposição:** PL 4592/2020

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 14/06/2023

**Proposição:** PL 1673/2021

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Iza Arruda (MDB-PE), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 6568/2013

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR), com Complementação de Voto, pela aprovação deste, do PL 6669/2013, do PL 6011/2016, do PL 1749/2022 e do PL 3127/2021, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 5685/2009, do PL 2722/2011, do PL 2030/2015, do PL 4212/2015, do PL 5706/2013, do PL 4581/2021, do PL 1411/2022, do PL 2329/2022 e do PL 701/2022, apensados.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 2840/2019

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Célio Silveira (MDB-GO), com Complementação de Voto, pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 24/05/2023

**Proposição:** PL 1945/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Rafael Simões (UNIÃO-MG), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 4094/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 21/11/2023

**Proposição:** PL 2499/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 20/12/2023

**Proposição:** PL 2173/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023



**Proposição:** PL 2366/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR), pela aprovação deste e do PL 1765/2023, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 2461/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 09/08/2023

**Proposição:** PL 2501/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 3993/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Benjamim (UNIÃO-MA), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 4623/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO), pela aprovação deste e do PL 4824/2023, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 20/12/2023

**Proposição:** PL 4590/2020

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 2811/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Leo Prates (PDT-BA), pela aprovação deste e do PL 2988/2023, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 20/12/2023

**Proposição:** PL 4389/2004

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 4552/2016

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), pela aprovação deste e do PL 6232/2016, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023

**Proposição:** PL 7817/2017

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Luiz Lima (PL-RJ), pela aprovação deste e do PL 8282/2017, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 2701/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Bruno Farias (AVANTE-MG), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 23/08/2023

**Proposição:** PL 2323/2019

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Célio Silveira (MDB-GO), com Complementação de Voto, pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 16/05/2023

**Proposição:** PL 2383/2019

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Jorge Solla (PT-BA), pela rejeição.

**Data da Aprovação:** 13/09/2023

**Proposição:** PL 1598/2011

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO), pela rejeição.

**Data da Aprovação:** 20/12/2023

---

## 11. Recursos para a saúde

Em 2023, o financiamento dos serviços públicos de saúde foi tema de seis propostas legislativas deliberadas na Comissão de Saúde.

Duas delas preveem a destinação de recursos para instituições filantrópicas – dentre elas as Santas Casas de Misericórdia – que prestam serviços de média e alta complexidade ao SUS por meio de convênios. É o caso do **PL 2526/2019**, que estabelece que, por até cinco anos, 40% dos recursos arrecadados por meio de leilões de mercadorias apreendidas pela Receita Federal serão

destinados ao Fundo Nacional de Saúde, com a finalidade específica de ressarcir despesas com procedimentos de saúde realizados por essas entidades. Por sua vez, o **PL 2627/2022** prorroga até 2025 a possibilidade de repasses de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para hospitais filantrópicos e sem fins lucrativos que participam do SUS.

Outras duas propostas preveem a destinação de deduções de Imposto de Renda (IR) para a saúde pública. O **PL 671/2023** cria o Programa Nacional de Apoio à Atenção Básica e Especializada Complementar (Pronabec), de âmbito municipal, para captar recursos para a construção, reforma, ampliação e finalização de obras em unidades básicas de saúde e hospitais públicos, bem como para a aquisição de equipamentos hospitalares. Permite que pessoas físicas deduzam os valores correspondentes às doações diretamente efetuadas em benefício das obras até o limite de 5% do imposto sobre a renda devido. Já as pessoas jurídicas poderão deduzir até 3% do IR devido em cada período de apuração trimestral ou anual. A outra proposta foi o **PLP 19/2022**, pela qual os contribuintes poderão obter, no IR anual, dedução pelas doações a entidades beneficentes das áreas de educação, saúde e assistência social.

O **PLP 18/2021** insere dispositivos na Lei Complementar nº 141/2012, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29 e fixa os valores mínimos que os entes federativos devem aplicar na saúde. Pelo texto, os serviços de resgate realizados por bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal passarão a integrar o rol de Ações e Serviços Públicos de Saúde, possibilitando assim que essas instituições recebam verba orçamentária oriunda de emendas parlamentares individuais.

Por fim, o **PLP 71/2023** permite a realocação, por estados, municípios e Distrito Federal, de recursos dos fundos de saúde provenientes de repasses federais. A medida se refere ao dinheiro remanescente em contas criadas antes de 1º de janeiro de 2018. Pela lei atual, esse recurso financeiro deve regressar à União.

**Proposição:** PL 2526/2019

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Zé Vitor (PL-MG), pela aprovação, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 2627/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Abílio Brunini (PL-MT), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 09/08/2023

**Proposição:** PL 671/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Zé Vitor (PL-MG), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 31/10/2023

**Proposição:** PLP 19/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Leo Prates (PDT-BA), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023

**Proposição:** PLP 18/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Frederico (PATRIOTA-MG), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023

**Proposição:** PLP 71/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Fernando Máximo (UNIÃO-RO), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 29/11/2023

---

## 12. Saúde da mulher

Na área da saúde da mulher, a Comissão de Saúde aprovou o **PL 3246/2021**, que institui o Programa de Detecção Precoce e Tratamento da Endometriose, doença que acomete cerca de 10% das mulheres em idade reprodutiva. O texto assegura avaliações médicas periódicas, atendimento especializado com equipe multidisciplinar e formação continuada para profissionais de saúde que atuam na área. Prevê ainda a atualização periódica do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PDCT) da Endometriose, e a implantação de um sistema estatístico sobre a prevalência da doença no País.

Outro projeto aprovado foi o **PL 1640/2022**, que institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental. A proposta visa humanizar o luto de mulheres que perderam seus bebês durante a gestação, no parto ou nos primeiros dias de nascido, garantindo que fiquem em alas separadas durante o atendimento hospitalar.

Já o **PL 2220/2021** garante às mulheres vítimas de violência prioridade na coleta e realização de exame toxicológico nas redes hospitalares, sempre que houver suspeita de administração de drogas sem o seu consentimento. Essa

medida fica incluída na Lei nº 10.778/03, que determina a notificação compulsória de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços públicos ou privados de saúde.

**Proposição:** PL 3246/2021

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Flávia Moraes (PDT-GO), com Complementação de Voto, pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 14/06/2023

**Proposição:** PL 1640/2022

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste, do PL 2099/2022, do PL 1344/2023, do PL 1819/2023 e do PL 2715/2022, apensados, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com subemendas.

**Data da Aprovação:** 21/11/2023

**Proposição:** PL 2220/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Benjamim (UNIÃO-MA), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023

---

## 13. Saúde mental

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados aprovou, no ano de 2023, oito projetos relacionados a temas que abordam a saúde mental.

Duas propostas trataram de saúde mental do trabalhador. Em reconhecimento às questões de saúde mental enfrentadas pelos trabalhadores em saúde, o **PL 1464/2022** institui a Política Nacional de Atenção Integral à Síndrome de Esgotamento Profissional (SEP) – também conhecida como Síndrome de *Burnout* – no âmbito do SUS. O poder público, nas ações para prevenção, diagnóstico e tratamento da SEP, deverá observar uma série de diretrizes, como a avaliação médica e psicológica periódica, com vistas ao diagnóstico precoce, e a abordagem multidisciplinar no acompanhamento da saúde dos trabalhadores com a síndrome. Por seu turno, o **PL 2364/2023** concede desconto no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) às empresas tributadas com base no lucro real que adotarem programas de saúde mental no ambiente de trabalho. Pela proposta, a empresa poderá

deduzir em dobro do IRPJ o valor gasto com ações que promovam a saúde mental dos funcionários, desde que o desconto não exceda 5% do imposto devido.

Com o **PL 611/2019**, a instalação de telas ou redes de proteção ao longo de pontes e viadutos localizados em áreas urbanas se torna obrigatória. O texto define como equipamentos de proteção: grades, malhas e dispositivos similares, capazes de proteger pessoas e evitar tentativas de suicídio. A medida foi incluída como um dos objetivos da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Lei nº 13.819/2019).

Três propostas tiveram como foco a proteção de crianças e adolescentes. O **PL 1096/2023** assegura a crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual prioridade no atendimento psicológico pelo SUS, incluindo estabelecimentos conveniados ou contratados. Já o **PL 1232/2022** altera a Lei nº 13.431/2017, tornando obrigatória a presença física de pelo menos um profissional da área de saúde com formação em saúde mental em oitivas, perante a autoridade policial ou judiciária, de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência. O substitutivo aprovado prevê que, dentre os profissionais especializados que colherão o depoimento especial de crianças e adolescentes, haja pelo menos um profissional com formação na área de saúde. Com o objetivo de oferecer atendimento social e psicológico às mulheres que, por alguma razão, não pretendem ficar com seus filhos, o **PL 291/2020** institui o Programa de Orientação Psicológica e Social – Boa Mãe. Segundo o projeto, nos casos em que a mãe realmente optar por não ficar com o filho, deve-se promover a reinserção da criança na mesma família ou, em último caso, em família substitutiva. Nos casos de encaminhamento à adoção, a ideia é proporcionar orientação necessária para as mães ou gestantes procederem de forma correta e legal.

Originário do Senado Federal, o **PL 4364/2020** cria a Política Nacional de Enfrentamento à Doença de Alzheimer e Outras Demências. Estabelece que a política deve ter a participação de instituições de pesquisa, comunidade acadêmica e científica e sociedade civil, e obriga o poder público a orientar as redes pública e privada de saúde sobre as doenças, incluindo a identificação de sinais e sintomas em fases iniciais. A proposta prevê ainda que órgãos gestores do SUS deverão incluir em banco de dados as notificações relativas à ocorrência das enfermidades e que o SUS também deverá apoiar o desenvolvimento de tratamentos e medicamentos.

Finalmente, o **PDL 66/2022** anula os efeitos de portaria do Ministério da Saúde, publicada em 2022, que cancelou o repasse mensal de verbas para as unidades da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), mantidas pelo SUS. Conhecidas como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), essas unidades prestam atendimento psicossocial e multiprofissional a pessoas com transtorno mental e usuários de drogas.

**Proposição:** PL 1232/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Silas Câmara (REPUBLIC-AM), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 1464/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Emidinho Madeira (PL-MG), pela aprovação deste e do PL 1920/2023, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 09/08/2023

**Proposição:** PL 2364/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Francisco (PT-PI), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 29/11/2023

**Proposição:** PL 611/2019

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Luiz Lima (PL-RJ), pela aprovação deste e do PL 4542/2019, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023

**Proposição:** PL 4364/2020

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Zé Vitor (PL-MG), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1933/2021 e do PL 864/2022, apensados.

**Data da Aprovação:** 16/08/2023

**Proposição:** PL 291/2020

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 01/06/2022

**Proposição:** PL 1096/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Clodoaldo Magalhães (PV-PE), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PDL 66/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 13/09/2023

---

## 14. Sistema Único de Saúde (SUS)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados aprovou no ano de 2023, nove projetos relacionados ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Três propostas visavam à ampliação da oferta de serviços e cuidados em saúde. O **PL 98/2020** torna obrigatória a oferta de atividades físicas para idosos no SUS, nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e em instituições conveniadas. Essas atividades deverão ser elaboradas por profissionais de educação física, especificamente para pessoas com mais de 60 anos, e ocorrer diariamente. Já o **PL 3446/2019** autoriza o Ministério da Saúde a expedir instruções para a inclusão da equoterapia na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Conforme a proposta, os entes federativos podem firmar acordos com entidades públicas ou privadas para prestação dos serviços de equoterapia no tratamento das pessoas com deficiência, mediante contrato, convênio, termo de fomento, termo de cooperação, ou outro instrumento congênere. Por sua vez, o **PL 4589/2020** garante a realização, pelo SUS, de exame de ultrassonografia em crianças com sintomas de disfunção miccional.

A ampliação do acesso da população a cirurgias eletivas pelo SUS é o objeto do **PL 3468/2021**, que determina à União e aos entes federativos a elaboração e a execução de um plano para esse fim. O plano deverá incluir pontos como identificação da demanda reprimida; reestruturação dos processos de trabalho para atender a demanda; elaboração e divulgação, na internet, de listas de espera; e indicação de cirurgias prioritárias. Nessa mesma linha de ampliação de acesso, o **PL 6236/2019** permite a realização de parcerias entre o SUS e hospitais particulares em caso de oferta insuficiente de serviços de saúde, mantendo-se a gratuidade aos usuários. Essas parcerias poderão ocorrer por meio de processos simplificados de seleção por parte da administração pública. Já o **PL 2872/2023** permite o uso do credenciamento na contratação de prestadores de serviços complementares ao SUS, como clínicas privadas e hospitais filantrópicos.



O **PL 1241/2023** altera a composição da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), que tem por objetivo assessorar o Ministério da Saúde nas atribuições relativas à incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias em saúde pelo SUS, bem como na constituição ou alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica. A proposta inclui na Conitec um especialista indicado pela Associação Médica Brasileira e um representante de organização da sociedade civil de caráter nacional, constituída há mais de dois anos.

Na seara do financiamento dos serviços de saúde, foram aprovados o **PL 1615/2021**, que prevê que nos crimes de homicídio ou de lesões corporais o condutor de veículo flagrado sob a influência de álcool ou substância psicoativa deverá ressarcir os custos do SUS no atendimento às vítimas, e o **PL 2739/2022**, que define como prioritários os investimentos da União na modernização e na ampliação do atendimento nos hospitais federais, de modo a humanizar a prestação dos serviços aos pacientes e diminuir as filas de espera.

**Proposição:** PL 6236/2019

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 98/2020

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Luiz Lima (PL-RJ), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

**Proposição:** PL 3468/2021

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste e do PL 1539/2022, apensado, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 14/06/2023

**Proposição:** PL 3446/2019

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação deste, do PL 2024/2022 e do PL 4554/2023, apensados, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023

**Proposição:** PL 2739/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Benjamim (UNIÃO-MA), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 23/08/2023

**Proposição:** PL 1241/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dr. Fernando Máximo (UNIÃO-RO), com Complementação de Voto, pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 13/12/2023

**Proposição:** PL 4589/2020

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 24/05/2023

**Proposição:** PL 1615/2021

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Luiz Lima (PL-RJ), pela aprovação, com emenda.

**Data da Aprovação:** 25/10/2023

**Proposição:** PL 2872/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Dimas Gadelha (PT-RJ), pela aprovação.

**Data da Aprovação:** 29/11/2023

---

## 15. Telessaúde

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados aprovou, no ano de 2023, quatro propostas legislativas relativas à telessaúde.

Uma delas, o **PL 481/2022**, confere validade no território nacional a todos os atos e documentos com assinatura digital e autenticidade certificada adotados pelos profissionais no âmbito da telessaúde.

Duas propostas estão diretamente relacionadas aos direitos das pessoas com deficiências. O **PL 1557/2023** garante à pessoa com deficiência o acesso a serviços de telerreabilitação por meio do SUS, nas condições estabelecidas na Lei nº 14.510/2022, que disciplina as práticas de telessaúde. Já o **PL 3697/2012** dá aos pacientes do SUS com mobilidade reduzida o direito à aplicação domiciliar de medicamentos, procedimentos e vacinas, concede a esses

pacientes o direito de receber em casa todos os medicamentos de uso contínuo prescritos por médico, sem ônus, e inclui a marcação remota de consultas e procedimentos por meio do aplicativo Conecte SUS.

Finalmente, o **PL 4506/2023** permite acionar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) por meio de aplicativo de celular, que será disponibilizado pelo SUS, mediante convênio firmado com os municípios interessados. As operadoras de telefonia deverão permitir o uso do aplicativo pelos usuários sem que haja consumo do pacote de dados contratado.

**Proposição:** PL 481/2022

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Florentino Neto (PT-PI), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 09/08/2023

**Proposição:** PL 1557/2023

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Luisa Canziani (PSD-PR), pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 12/09/2023

**Proposição:** PL 3697/2012

**Deliberação:** Parecer da Relatora, Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste, do PL 5612/2013, do PL 3951/2015, do PL 6773/2016, do PL 2330/2021 e do PL 11053/2018, apensados, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Data da Aprovação:** 21/11/2023

**Proposição:** PL 4506/2023

**Deliberação:** Parecer do Relator, Deputado Gabriel Mota (REPUBLIC-RR), com Complementação de Voto, pela aprovação, com substitutivo.

**Data da Aprovação:** 06/12/2023

Comissão de Saúde



# ORÇAMENTO

---

# Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as regras para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano subsequente. Entre outras funções, ela determina o nível de equilíbrio geral entre receitas e despesas; traça regras para as despesas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; disciplina o repasse de verbas da União para estados, municípios e entidades privadas e indica prioridades de financiamento pelos bancos públicos. Em 2023, as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados puderam aprovar até três emendas de Acréscimo de Metas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 ( PL nº 4/2023 – CN, ou PLDO 2024).

Foram apresentadas um total de 30 propostas de emendas ao PLDO 2024. Na reunião realizada em 13 de novembro de 2023, a Comissão aprovou as três emendas de Acréscimo de Metas, as quais visavam à implantação, desenvolvimento e manutenção de saúde digital; à telessaúde e inovação no SUS; à ampliação da rede de atenção de média e alta complexidade e à estruturação da rede de atenção especializada à saúde. Foram aprovadas ainda 11 (onze) emendas ao texto do PLDO 2024.

## Emendas de Acréscimo de Meta

**Tipo de Emenda:** Inclusão

**Programa:** 5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde

**Ação:** 21CF - Implantação, desenvolvimento e manutenção de saúde digital, telessaúde e inovação no sus

**Acréscimo de meta:** 100000000

**Tipo de Emenda:** Inclusão

**Programa:** 5118 - Atenção Especializada à Saúde

**Ação:** 8585 - Atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade

**Acréscimo de meta:** 100000000

**Tipo de Emenda:** Inclusão

**Programa:** 5118 - Atenção Especializada à Saúde

**Ação:** 8535 - Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde

**Acréscimo de meta:** 9325

# Emendas ao Texto do Projeto de Lei

**Tipo de Emenda:** Aditiva

**Referência:** Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção IV, Art.88, Inciso I, Alínea C

**Texto Proposto:** d) construção e ampliação

**Tipo de Emenda:** Modificativa

**Referência:** Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art.48, § 6

**Texto Proposto:** 6º Quando se destinarem ao atendimento de consórcios públicos, os recursos oriundos de emendas parlamentares que adicionarem valores aos tetos transferidos à rede do SUS, nos termos do disposto no inciso II do § 5, serão transferidos aos fundos de saúde, inclusive de gestão estadual caso o Estado integre a entidade nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 4º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e repassados aos respectivos consórcios, não submetendo-se aos limites fixados para os repasses aos municípios-sede do consórcio.

**Tipo de Emenda:** Aditiva

**Referência:** Corpo de Lei, Cap IV, Seção X, Subseção III, Art 81, § 6

**Texto Proposto:** § 7º A indicação de beneficiários de que trata o inciso II do caput, quando em ações que destinem recursos para o Sistema Único de Saúde - SUS ou à Rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, poderá ser vinculada aos estabelecimentos de saúde através do CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde ou de assistência social através do CNEAS - Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, por meio de cadastro, pelo autor da emenda, no SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.

§ 8º A vinculação de que trata o § 7º obriga o beneficiário da emenda a repassar o recurso à entidade cadastrada no prazo previsto no

§ 8º do art. 48. Em caso de atraso, fica suspenso o repasse de novos recursos federais ao beneficiário até sua normalização.

**Tipo de Emenda:** Aditiva

**Referência:** Corpo da Lei, Cap II, Art 4

**Texto Proposto:** Art. 4º As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2024 constarão na Lei do Plano Plurianual 2024-2027, e deverão ser consideradas, em caráter indicativo, durante a elaboração, a aprovação e a execução do orçamento:

I - Na saúde:

- a) Ampliação do teste de triagem neonatal, conforme a Lei 14.154/21;
- b) Ampliação dos centros especializados em transtornos do espectro autista.

**Tipo de Emenda:** Aditiva

**Referência:** Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 91, § 3

**Texto Proposto:** “§ 4º A emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura dos instrumentos a que se refere o caput, bem como a doação de bens, materiais e insumos, não dependerão da situação de adimplência do Município de até cinquenta mil habitantes.”

**Tipo de Emenda:** Modificativa

**Referência:** Corpo da Lei, Cap II, Art 4

**Texto Proposto:** Art. 4º As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2024 constarão na Lei do Plano Plurianual 2024-2027, incluirá ações de promoção da saúde mental, e deverão ser consideradas, em caráter indicativo, durante a elaboração, a aprovação e a execução do orçamento.

**Tipo de Emenda:** Aditiva

**Referência:** Corpo da Lei, Cap I, Art 1, Inciso III

**Texto Proposto:** “O Poder Executivo Federal, no exercício financeiro de 2024, garantirá o reajuste e a aplicação do piso salarial dos profissionais da enfermagem, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022”.

**Tipo de Emenda:** Modificativa

**Referência:** Corpo da Lei, Cap II, Art 4

**Texto Proposto:** Art. 4º As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2024 constarão na Lei do Plano Plurianual 2024-2027, incluirá a promoção de ações voltadas ao atendimento integral de crianças com deficiência e deverão ser consideradas, em caráter indicativo, durante a elaboração, a aprovação e a execução do orçamento.

**Tipo de Emenda:** Aditiva

**Referência:** Corpo da Lei, Cap II, Art 4

**Texto Proposto:** Art. 4º As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2024 constarão na Lei do Plano Plurianual 2024-2027, e deverão ser consideradas, em caráter indicativo, durante a elaboração, a aprovação e a execução do orçamento:

I - Na saúde:

- a) Ampliação do teste de triagem neonatal, conforme a Lei 14.154/21;
- b) Ampliação dos centros especializados em transtornos do espectro autista.

**Tipo de Emenda:** Aditiva

**Referência:** Corpo da Lei, Cap II, Art 4

**Texto Proposto:** Dê nova redação ao caput do art. 4º do Projeto de Lei nº 4/2023-CN (PLDO 2024)

As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2024 consistem na implantação da Saúde Digital e Informatização das Unidades Básicas de Saúde - UBS, além daquelas que constarão na Lei do Plano Plurianual 2024-2027, e deverão ser consideradas, em caráter indicativo, durante a elaboração, a aprovação e a execução do orçamento.

**Tipo de Emenda:** Aditiva

**Referência:** Anexo III

**Texto Proposto:** Seção III - Das Demais Despesas

I - Despesas com o Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde

As emendas ao PLDO 2024 encontram-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/emendas-da-comissao-a-ldo2024>

---



# Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê as receitas e fixa as despesas do governo federal para o ano seguinte, indicando quanto será aplicado em cada área e de onde virão os recursos. Esta lei projeta parâmetros macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), a inflação e a taxa de juros; prevê a arrecadação do governo com tributos e outras fontes de recursos; define metas para a política fiscal, medidas que o governo toma para equilibrar suas despesas e receitas; define os valores que a União poderá usar para investimentos e financiamentos, por área; entre diversas outras indicações.

É importante ressaltar que as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLN nº 29/2023 – CN ou PLOA 2024) precisavam ser compatíveis com o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2024- 2027 (PL nº 28/2023- CN ou PPA 2024).

As comissões permanentes da Câmara dos Deputados, no âmbito de suas competências regimentais, puderam apresentar até 8 (oito) emendas ao PLOA 2024, sendo no máximo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento. As emendas de remanejamento somente puderam propor acréscimos e cancelamentos em dotações do mesmo órgão orçamentário e do mesmo grupo de natureza de despesa, observada a compatibilidade das fontes de recursos.

Os membros da Comissão de Saúde apresentaram um total de 68 propostas de emendas. Na reunião realizada em 22 de novembro de 2023, a Comissão aprovou 8 (oito) emendas que determinavam que os investimentos fossem direcionados ao custeio da atenção primária à saúde; à estruturação de unidades de atenção especializada; ao custeio de procedimentos de média e alta complexidade; ao custeio da Assistência Hospitalar e Ambulatorial e ao reforço de investimentos no Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão (Genomas Brasil).

**Tipo de Emenda:** Apropriação

**Programa:** Atenção Especializada à Saúde

**Ação:** 2E90- Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospital e Ambulatorial para Cumprimento de Metas

**Funcional Programática:** 10.302.5118.2E90

**Valor:** R\$ 5.000.000.000

**Tipo de Emenda:** Apropriação

**Programa:** Atenção Especializada à Saúde

**Ação:** 8535- Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

**Funcional Programática:** 10.302.5118.8535.0001

**Valor:** R\$ 4.000.000.000

**Tipo de Emenda:** Apropriação

**Programa:** Atenção Primária à Saúde

**Ação:** 2E89- Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas

**Funcional Programática:** 10.301.5119.2E89

**Valor:** R\$ 5.000.000.000

**Tipo de Emenda:** Apropriação

**Programa:** Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde

**Ação:** 21ED- Fortalecimento do Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão- Genomas Brasil

**Funcional Programática:** 10.571.5120.21ED.0001

**Valor:** R\$ 100.000.000

**Tipo de Emenda:** Remanejamento

**Programa:** Atenção Primária à Saúde

**Ação:** 8581- Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde

**Funcional Programática:** 10.301.5119.8581.0001

**Valor:** R\$ 1.005.000.000

**Tipo de Emenda:** Remanejamento

**Programa:** Atenção Especializada à Saúde

**Ação:** 2E90- Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimentos de Metas

**Funcional Programática:** 10.302.5118.2E90

**Valor:** R\$ 2.000.000.000

**Tipo de Emenda:** Remanejamento

**Programa:** Atenção Especializada à Saúde

**Ação:** 8535- Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

**Funcional Programática:** 10.302.5118.8535.0001

**Valor:** R\$ 1.005.000.000

**Tipo de Emenda:** Remanejamento

**Programa:** Atenção Especializada à Saúde

**Ação:** 8535- Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

**Funcional Programática:** 10.302.5118.8535.0001

**Valor:** R\$ 2.000.000.000

As emendas ao PLOA 2024 encontram-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/emendas-da-comissao-a-loa2024>

---

Comissão de Saúde



# AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

---

# Audiências Públicas

As reuniões de audiência pública, de acordo com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, têm como objetivos instruir matérias legislativas em tramitação e tratar de temas de interesse público dentro da área de atuação da Comissão. Podem ser propostas por qualquer de seus membros ou ainda a pedido de entidade interessada. No ano de 2023, a Comissão de Saúde realizou 54 reuniões desse tipo, das quais seis foram em conjunto com outras Comissões permanentes ou temporárias da Câmara dos Deputados.

## 1. Efetivação do piso salarial nacional da Enfermagem

Data da reunião: 18/04/2023

Requerimento nº 7/2023 CSAUDE, do Deputado Bruno Farias (Avante-MG).

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para discutir a efetivação do piso salarial nacional da Enfermagem.

O debate foi solicitado pelo Deputado Bruno Farias (Avante-MG). "No SUS, o grupo de enfermagem é responsável por 60% a 80% das ações na atenção básica e 90% dos processos de saúde em geral, estando presentes em todas as ações desenvolvidas", disse o deputado.

"A relevância dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem na promoção, manutenção e recuperação da saúde do povo brasileiro é primordial para que se garanta nosso princípio maior da Constituição Federal, qual seja, a dignidade da pessoa humana".

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Elton Bernardo Bandeira de Melo

Secretário-Adjunto da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde

**Elton Bernardo Bandeira de Melo**

Secretário-Adjunto da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde

**Elissandro Noronha**

Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal (COREN-DF)

**Daniel Menezes**

Conselheiro Federal do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)

**Maria do Socorro Pacheco Pena**

Vice-Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais (COREN-MG)

**Marcos Vinícius Barros**

Diretor-Geral Jurídico da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde)

**Marco Aurélio Ferreira**

Diretor de Relações Governamentais da Associação Nacional dos Hospitais Privados (ANAHP)

**Dario Saadi**

Vice-Presidente de Saúde da Frente Nacional de Prefeitos (FNP)

**Denilson Magalhães**

Consultor de Saúde da Confederação Nacional dos Municípios (CNM)



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

## 2. Reforma tributária e a oneração de produtos nocivos à saúde

Data da reunião: 20/04/2023

Requerimentos nº 40/2023 e nº 84/2023 CSAUDE, do Deputado Daniel Soranz (PSD-RJ); e nº 87/2023 CSAUDE, da Deputada Juliana Cardoso (PT-SP).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu questões relacionadas à reforma tributária e à oneração de produtos nocivos à saúde.

Para o Deputado Daniel Soranz (PSD-RJ), que solicitou o debate, com as atuais discussões sobre a reforma tributária o País tem a oportunidade histórica de reduzir o ônus causado pelas externalidades negativas de produtos não saudáveis, que recaem sobre a sociedade e os governos. "A tributação onerosa dos produtos nocivos à saúde contribui para a melhoria dos indicadores de saúde e de economia e para a redução de iniquidades", afirmou.

Na avaliação do deputado, "igualmente relevante nos debates sobre a reforma tributária, quando se trata de saúde e bem-estar social, é garantir que se discuta como as medidas fiscais podem também seguir na direção de incentivar ambientes e práticas saudáveis e financiar políticas públicas promotoras de saúde e que previnem doenças".

Expositores:

**Letícia de Oliveira Cardoso**

Coordenadora-Geral de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde

**Paula Johns**

Fonte: Agência Câmara de Notícias  
Diretora Executiva da ACT - Promoção da Saúde

**Luciana Maya**

Técnica da Área de Alimentação, Nutrição, Atividade Física e Câncer do Instituto Nacional do Câncer (INCA)

**Ana Paula Teixeira**

Técnica da Divisão de Controle do Tabaco e Outros Fatores de Risco de Câncer do Instituto Nacional do Câncer (INCA)

**Evelyn Kowalczyk dos Santos**

Representante do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde

---

## **3. Instituição do Dia Nacional em Defesa da Vacina**

Data da reunião: 26/04/2023

Requerimento nº 11/2023 CSAUDE, da Deputada Iza Arruda (MDB-PE).

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu a criação do Dia Nacional em Defesa da Vacina, a ser celebrado no dia 17 de janeiro. Conforme a autora do requerimento para o debate, Deputada Iza Arruda (MDB-PE), a data é uma alusão ao início da vacinação contra a covid-19 no Brasil, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a autorização temporária de uso emergencial da vacina Coronavac.





Câmara dos Deputados

"No caso da pandemia de covid-19, as vacinas foram capazes de controlar, de forma magnífica, a taxa de mortalidade", afirmou. A deputada acrescentou que o Brasil é referência mundial, com o Programa Nacional de Imunizações (PNI), existente há quase 50 anos. "Desde então, essa política vem sendo aperfeiçoada e modernizada, tendo resultados comprovados, com a redução dos índices de incidência das doenças provocadas por agentes infecciosos", alegou. A legislação atual exige a realização de audiência ou consulta pública envolvendo amplos setores da população para a criação de data comemorativa por meio de projeto de lei.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Eder Gatti

Diretor do Departamento de Imunizações e Doenças Imunopreveníveis do Ministério da Saúde

Meiruze Sousa Freitas

Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Alex Machado Campos

Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Tatiana Ganem

Chefe de Gabinete da Diretoria de Biomanguinhos/Fundação Oswaldo Cruz

Esper Kallás

Presidente do Instituto Butantan

Margareth Dalcolmo

Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) e Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz

Maria Ângela Wanderley

Coordenadora do Centro de Referência de Imunobiológicos Especiais de Pernambuco (CRIE/UPE)

Tânia Bachega

Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal (SBTN)

---

## 4. Debate sobre a realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde

Data da reunião: 09/05/2023

Requerimento nº 27/2023 CSAUDE, das Deputadas Juliana Cardoso (PT-SP), Denise Pessôa (PT-RS) e Ana Pimentel (PT-MG) e do Deputado Jorge Solla (PT-BA).

Faltando pouco menos de dois meses para a 17ª Conferência Nacional de Saúde, representantes do governo federal, de organismos internacionais e das secretarias estaduais de saúde foram chamados pelos integrantes da Comissão de Saúde da Câmara para falar sobre o encontro e destacaram um objetivo: o fortalecimento do SUS. Realizadas há 81 anos no país, as conferências nacionais de saúde reúnem governo, sociedade civil e profissionais do setor para propor melhorias para a saúde pública.

Os convidados da audiência pública apontaram que é melhor fazer a gestão do sistema público de saúde com participação popular. A Deputada Juliana Cardoso (PT-SP), autora do pedido para a realização do debate, enfatizou que a conferência nacional é uma grande oportunidade de debater as políticas públicas de saúde, e que as conferências regionais também são muito potentes.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

#### Expositores:

**Valcler Rangel Fernandes**

Assessor Especial da Ministra da Saúde

**Lúcia Regina Florentino Souto**

Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Saúde

**Fernando Pigatto**

Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

**Lucilene Florêncio**

Secretária de Estado da Saúde do Distrito Federal e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)

**Julio Pedroza**

Coordenador de Sistemas e Serviços de Saúde e Capacidades Humanas para a Saúde da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS)

## 5. Acesso a tratamento do angioedema hereditário

Data da reunião: 16/05/2023

Requerimento nº 25/2023 CSAUDE, do Deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater o acesso a tratamento do angioedema hereditário, doença genética rara causada pela deficiência ou mau funcionamento do inibidor de C1, uma das proteínas do sistema imunológico. Seus sintomas geralmente se iniciam na infância ou adolescência, com inchaços em regiões variadas do corpo. Nos casos mais graves, a doença pode levar ao edema e fechamento de glote, com risco de morte. Segundo o Deputado Diego Garcia (Republicanos-PR), que pediu a audiência, um dos maiores desafios para os pacientes de angioedema hereditário é a dificuldade no acesso aos medicamentos.

"Atualmente, no SUS, estão disponíveis apenas os derivados de hormônios andrógenos atenuados ou tratamento com plasma fresco. Tecnologias mais modernas não estão disponíveis, o que leva à judicialização do tratamento, incerteza para o paciente e ameaça à sustentabilidade do sistema público de saúde", disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Rodrigo Cariri

Coordenador-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde

Eli Mansur

Representante do Grupo de Estudos Brasileiro em Angioedema Hereditário (GEBRAE)

Raquel de Oliveira Martins

Presidente da Associação Brasileira de Angioedema Hereditário (ABRANGHE)

---

## 6. Piso salarial dos agentes de vigilância sanitária

Data da reunião: 18/05/2023

Requerimentos nº 107/2023 CSAUDE, do Deputado Zé Vitor (PL-MG), e nº 111/2023 CSAUDE, do Deputado Geraldo Resende (PSDB-MS).

Agentes de vigilância sanitária estiveram na Câmara dos Deputados para pedir apoio ao Projeto de Lei 1126/2021, que garante piso salarial nacional de dois salários mínimos para a categoria. Esses profissionais atuam nos municípios para eliminar, diminuir ou prevenir riscos sanitários à saúde da população. Eles participaram de audiência pública na Comissão de Saúde para discutir o projeto, que também equipara, para fins legais e de remuneração, as atividades desempenhadas por agentes de vigilância sanitária, agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados

#### Expositores:

**Benedito Augusto de Oliveira**

Coordenador-Geral de Regulação e Relações de Trabalho na Saúde do Ministério da Saúde

**Denilson Magalhães**

Consultor de Saúde da Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

**Odilon Bezerra dos Santos Filho**

Representante da Associação Nacional dos Profissionais da Vigilância Sanitária nos Municípios Brasileiros (UNAVISA)

**Matheus Moreira Pirolo**

Diretor Jurídico da Associação dos Fiscais Estaduais de Vigilância Sanitária do Mato Grosso do Sul (Afevisa/MS)

## 7. Ampliação da oferta de vacinas para pessoas com diabetes e obesidade

Data da reunião: 23/05/2023

Requerimento nº 22/2023 CSAUDE, do Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu debate sobre estratégias para melhorar a adesão e o acesso de pacientes com diabetes e/ou obesidade às vacinas oferecidas nos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (Cries). De acordo com o Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO), que propôs o debate, o Brasil tem, segundo dados da Federação Internacional de Diabetes, mais de 16 milhões de adultos afetados pela doença. O gasto com saúde relacionado ao diabetes no Brasil atingiu 42,9 bilhões de dólares em 2021, o terceiro maior do mundo.

Ainda conforme o parlamentar, deve-se promover a imunização de crianças, adolescentes, adultos e idosos com diabetes enquanto estratégia de proteção à saúde, já que, além de prevenir doenças infecciosas, auxilia na prevenção de complicações da própria diabetes. A baixa cobertura vacinal, no entanto, é motivo de preocupação.

"Precisamos que o Ministério da Saúde se sensibilize a fazer mais campanhas de vacinação para a população em geral e mais específicas para pessoas

com diabetes e com obesidade, além de disponibilizar em todos os postos de saúde vacinas mais efetivas contra a influenza (em comparação com a que atualmente já é oferecida), e também a vacina pneumocócica polissacarídica, que está presente apenas nas 52 unidades dos Crie", afirmou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Vanessa Pirolo

Coalizão Vozes do *Advocacy* em Diabetes e em Obesidade e Associação Botucatuense de Assistência ao Diabético (ABAD)

Cintia Cercato

Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO)

Juarez Cunha

Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm)

Levimar Araújo

Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD)

Maria Cristina Izar

Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo (SOCESP)

Ernesto Montenegro

Ministério da Saúde

---

## 8. Incorporação de novos medicamentos para câncer de mama pelo SUS

Data da reunião: 25/05/2023

Requerimento nº 74/2023 CSAUDE, da Deputada Silvia Cristina (PL-RO).

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir a incorporação de novos medicamentos no SUS para tratar o câncer de mama. O debate atendeu a requerimento da Deputada Silvia Cristina (PL-RO), 1ª vice-presidente do colegiado. O objetivo foi discutir como aprimorar os procedimentos para disponibilização de novos medicamentos.



Silvia Cristina lembrou que a Lei Orgânica da Saúde determina que a incorporação e a exclusão pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos serão efetuadas mediante a instauração de processo administrativo, a ser concluído em prazo não superior a 180 dias, contado da data em que foi protocolado o pedido, admitida a sua prorrogação por 90 dias corridos, quando as circunstâncias exigirem.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados

#### Expositores:

**Eduardo David Gomes de Souza**

Analista Técnico de Políticas Sociais da Secretaria de Atenção Especializada em Saúde do Ministério da Saúde

**Angélica Nogueira Rodrigues**

Médica pesquisadora e professora adjunta da Faculdade de Medicina da UFMG

**Joana Jeker**

Presidente da Recomeçar - Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília

**Marlene Oliveira**

Presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida

Mary Anne Golino de Freitas Taves

Gerente Técnica do Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON) / Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

## 9. A atual situação das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo - PDPs

Data da reunião: 30/05/2023

Requerimento nº 5/2023 CSAUDE, do Deputado Jorge Solla (PT-BA).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre a atual situação das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs). Nessas parcerias, o Ministério da Saúde firma acordos com laboratórios privados que se comprometem a transferir aos laboratórios públicos nacionais a tecnologia para a produção de determinado medicamento, num prazo de cinco anos; em contrapartida, o governo se compromete a garantir aos laboratórios privados a exclusividade na compra desses produtos, durante o período em questão, explicou o Deputado Jorge Solla (PT-BA), que pediu a realização do debate.

"É fácil entender que as PDPs, além de gerarem grande economia para o Ministério da Saúde e possibilitarem a diminuição da dependência do País com a importação desses produtos, também trazem benefícios à população com a garantia do fornecimento de medicamentos essenciais ao Sistema Único de Saúde", defendeu o deputado. "Passada mais de uma década, faz-se necessária uma avaliação aprofundada dessa importante política pública."

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Carlos Gadelha

Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde do Ministério da Saúde

Artur Roberto Couto

Presidente da Associação dos Laboratórios Oficiais do Brasil (ALFOB)

Marcos Krieger

Vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde- Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

---

## 10. Financiamento e organização da política de oncologia do Brasil

Data da reunião: 01/06/2023 (conjunta com a Comissão Especial destinada a acompanhar as Ações de Combate ao Câncer no Brasil - CECANCER)

Requerimentos nº 88/2023 e nº 104/2023 CSAUDE e nº 5/2023 e nº 30/2023 CECANCER, da Deputada Flávia Morais (PDT-GO).

A Comissão de Saúde e a Comissão Especial do Combate ao Câncer no Brasil realizaram audiência pública conjunta sobre o financiamento e organização da política de oncologia do Brasil. A Deputada Flávia Morais (PDT-GO), que pediu o debate, disse que a descentralização é uma das bases fundamentais do SUS, o que se reflete no financiamento do sistema.

Nesse contexto, o desembolso para atenção oncológica possui algumas particularidades. Com tratamento de alto custo e inovações que surgem a cada dia, o financiamento para tratamento do câncer torna-se um campo de amplo debate em que dilemas são levantados e opiniões diferentes confrontadas", afirmou.

"Em decorrência disso, acrescentou a deputada, os gastos federais com tratamentos ambulatoriais e hospitalares de câncer têm crescido ano a ano. No entanto, afirmou, os gastos públicos em saúde em nosso país ainda são muito baixos.

"A razão está ligada no fato do SUS não ter sensibilizado os segmentos políticos para que promovam um aumento do financiamento que permita tornar realidade o princípio da cobertura universal em saúde, e, possivelmente os atendimentos e todo trabalho efetuado até aqui poderão estar comprometidos no futuro", disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados

Expositores:

René José Moreira dos Santos

Coordenador de Desenvolvimento Institucional do Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Jales Benevides Santana

Presidente do Hospital Araújo Jorge

Roney Pereira Pinto

Diretor do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Estado de Goiás

Patrícia Gonçalves dos Santos

Representante da Coordenação-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde

Alexandre Jacome

Representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC) e Diretor da Sociedade Brasileira de Oncologia (SBO)

---

## 11. O cenário de incidência da dengue no Brasil, impactos e medidas de combate à doença

Data da reunião: 06/06/2023

Requerimento nº 56/2023 CSAUDE, do Deputado Pedro Westphalen (PP-RS).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre a incidência da dengue no Brasil, impactos e medidas de combate à doença. O pedido para realização do debate foi apresentado pelo Deputado Pedro Westphalen (PP-RS).

Ele apontou aumento de 53% dos casos de dengue em março deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. "Há décadas a epidemia de dengue representa um desafio para o sistema de saúde brasileiro, carecendo de medidas efetivas para evitar que o cenário se repita em 2023", afirmou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Daniel Garkauskas Ramos

Coordenador Substituto da Coordenação-Geral de Vigilância de Arboviroses da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde

Alessandro Aldrin Pinheiro Chagas

Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)

Renato Kfoury

Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm)

Natacha Souza

Paciente residente no Distrito Federal

---

## **12. A garantia da utilização dos recursos para o pagamento do piso salarial dos agentes comunitários e de endemias e a garantia do repasse integral dos recursos para o pagamento do referido piso**

Data da reunião: 13/06/2023

Requerimento nº 9/2023 CSAUDE, da Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

Representantes do Ministério da Saúde defenderam a discussão de uma carreira para os profissionais da saúde em geral, como forma de atender as

demandas por novos pisos salariais para categorias específicas. Em audiência da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados sobre os agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, representantes dos municípios indicaram problemas nos repasses da União para o pagamento do piso desses profissionais.

Denilson Magalhães, consultor de saúde da Confederação Nacional dos Municípios, disse que o Ministério da Saúde não tem repassado integralmente recursos para o pagamento do piso no caso de trabalhadores temporários – ou seja, aqueles que, por diversos motivos, estão substituindo agentes permanentes. Segundo ele, isso gerou um passivo de R\$ 280 milhões em 2022.

Mas a Deputada Enfermeira Ana Paula (PDT-CE) afirmou que os prefeitos precisam ter planejamento, pois a contratação temporária não é regular. “O gestor público precisa compreender que em um quadro de pessoal existem faltas, vacância por aposentadoria ou doença, ou outras situações. Ele precisa trabalhar de forma planejada os concursos públicos para que não haja esta possibilidade de não ter repasse para os profissionais”, explicou.



Câmara dos Deputados

Leonardo Berzoini, da área de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, esclareceu que o governo só pode repassar recursos para agentes de combate a endemias contratados diretamente pelas prefeituras. E existem limites relacionados ao quantitativo de agentes necessários para atuar contra cada tipo de endemia.

Para a Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), alguns municípios não registraram corretamente o total de profissionais de enfermagem.

“A Rais [Relação Anual de Informações Sociais] não estava sendo alimentada por parte dos gestores. O Ministério não tem culpa se o município não manteve a regularidade da informação. E há empresas terceirizadas, há mudança da nomenclatura do cargo de técnico de enfermagem. Houve uma briga no Sul do País estes dias, o debate que estava acontecendo na Câmara era mudar o nome de técnico de enfermagem para técnico em assuntos especiais, só para não pagar o piso!” , disse a deputada.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Benedito Augusto de Oliveira

Coordenador-Geral de Regulação e Relações de Trabalho na Saúde do Ministério da Saúde

Guilherme Loureiro Werneck

Diretor substituto do Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde

Leonardo Pimentel Berzoini

Assessor Técnico do Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde

Ilda Angélica Correia

Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (CONACS)

Denilson Magalhães

Consultor de Saúde da Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

---

## **13. O PL 3070/2021 e a disponibilização e aquisição de tratamentos oncológicos no SUS**

Data da reunião: 14/06/2023

Requerimento nº 102/2023 CSAUDE, do Deputado Pedro Westphalen (PP-RS).



A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para debater sobre a disponibilização de tratamentos oncológicos no SUS. O evento foi solicitado pelo Deputado Pedro Westphalen (PP-RS), relator do Projeto de Lei 3070/2021, de autoria do Deputado Dr. Frederico (Patriota-MG).

Ao final do debate, o Deputado Pedro Westphalen (PP-RS) reforçou a importância de ouvir diferentes partes interessadas no tema, de forma a subsidiar as argumentações para a produção de um parecer sobre a matéria.

Fonte: Associação Médica Brasileira



Câmara dos Deputados

Expositores:

Ávila Teixeira Vidal

Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde

Fernando Henrique de Albuquerque Maia

Coordenador-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde

Carlos Gil

Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC)

Carmen Zanotto  
Secretária de Estado da Saúde de Santa Catarina

Luciana Holtz  
Instituto Oncoguia

Suzete Bragagnolo  
Procuradora da República no Rio Grande do Sul / 13º Ofício - Núcleo de Seguridade Social,  
Previdência Social e Assistência Social do Ministério Público Federal

## 14. Jornada da pessoa com doença renal no SUS e as formas de diagnóstico precoce da condição

Data da reunião: 27/06/2023

Requerimentos nº 19/2023 e nº 63/2023 CSAUDE, do Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO).



Câmara dos Deputados

Em audiência pública para tratar da jornada da pessoa com doença renal no SUS, o coordenador-geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Rodrigo Cariri, disse aos integrantes da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados que os primeiros seis meses de governo foram usados para "apagar incêndios" no SUS, como o reajuste da da tabela dos serviços de

hemodiálise. “A hemodiálise estava ameaçada de parar por colapso financeiro. Se não fosse a PEC da Transição, a gente teria colapsado o sistema. Não tinha mais dinheiro para nada”, ressaltou.

Rodrigo afirmou que somente agora a pasta vai atuar sobre a assistência integral ao doente renal crônico ou àquele que poderá se tornar um. A doença renal é caracterizada quando ocorre o mau funcionamento dos rins por três meses. O diagnóstico é feito por exame de sangue para dosagem de creatinina e de pesquisa para a presença de proteínas na urina.

O Deputado Dr. Zacharias Calil defendeu que é importante orientar para os diagnósticos precoces nas primeiras consultas no SUS e no programa Mais Médicos. “Nós temos que capacitá-los para esse tipo de atendimento. Chamar a atenção porque a população está envelhecendo e cada dia mais nós temos problemas renais sobrecarregando o SUS”, alertou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

**Rodrigo Cariri Chalegre de Almeida**

Coordenador-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde

**Marta da Cunha Lobo Souto Maior**

Coordenadora-Geral Substituta de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde

**Vanessa Pirollo**

Coordenadora da Associação Botucatuense de Assistência ao Diabético e Coalizão Vozes do Advocacy em Diabetes e em Obesidade (ABAD)

**Verônica Savatin**

Secretária Municipal de Saúde de Senador Canedo (GO) e representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)

**Isadora Cartaxo**

Presidente Regional da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN) no Distrito Federal

**Levimar Araújo**

Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD)

**Luís Henrique Canani**

Representante da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD)

Mário Ernesto Rodrigues

Médico Nefrologista e Fundador da Clínica Renalcare DF

## 15. A necessidade de ampliação do acesso a tratamentos e recursos para Distonia no Sistema Público de Saúde

Data da reunião: 11/07/2023

Requerimento nº 141/2023 CSAUDE, da Deputada Meire Serafim (União-AC).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir a necessidade de ampliação do acesso a tratamentos para distonia no SUS.

A audiência atendeu a requerimento da Deputada Meire Serafim (União-AC). Segundo ela, a distonia, que se caracteriza por contrações musculares involuntárias que resultam em movimentos e posturas anormais, afeta inúmeras pessoas no País, e o debate proposto visa lançar luz sobre as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos afetados e suas famílias.

"O objetivo é ampliar a conscientização pública e dos formuladores de políticas sobre a distonia e suas implicações. Devido à variedade de formas e gravidades da distonia, o manejo eficaz desta condição pode ser extremamente complexo e requer uma abordagem personalizada", afirmou.

A deputada destacou que muitos pacientes com distonia necessitam de terapias múltiplas e interdisciplinares, incluindo medicação, fisioterapia, terapia ocupacional e, em alguns casos, cirurgia. "No entanto, muitas dessas terapias podem não estar facilmente disponíveis para todos os pacientes, especialmente aqueles que dependem do sistema de saúde pública".

Meire Serafim ressaltou ainda que o diagnóstico da distonia pode ser um desafio. "A falta de conhecimento sobre a condição entre os profissionais de saúde muitas vezes leva a atrasos no diagnóstico e tratamento, o que pode resultar em piora dos sintomas e qualidade de vida reduzida", acrescentou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Sara Casagrande

Neurologista

Heitor Felipe Lima

Neurologista

Maria Nilde Soares

Presidente do Instituto Distonia Saúde

Patrícia Dumke da Silva Moller

Neurologista pediátrica

Kedna de Souza Pereira

Comunicadora e Conselheira Fiscal do Instituto Distonia Saúde

## 16. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS

Data da reunião: 15/08/2023

Requerimentos nº 117/2023 e nº 120/2023 CSAUDE, do Deputado Clodoaldo Magalhães (PV-PE); e nº 155/2023 CSAUDE, do Deputado Dr. Frederico (PATRIOTA-MG).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS). O programa foi criado em 2009 com o propósito de apoiar e aprimorar o SUS por meio de projetos de capacitação de recursos humanos, pesquisa, avaliação e incorporação de tecnologias, gestão e assistência especializada demandados pelo Ministério da Saúde.

De acordo com o Deputado Clodoaldo Magalhães (PV-PE), que propôs o debate, a iniciativa reúne seis hospitais sem fins lucrativos que são referência em qualidade médico-assistencial e gestão: Hospital Alemão Oswaldo Cruz, Beneficência Portuguesa de São Paulo, Hospital do Coração (HCor), Hospital Israelita Albert Einstein, Hospital Moinhos de Vento e Hospital Sírio-Libanês.

O Programa, conforme explicou o parlamentar, é mantido com os recursos gerados pelos próprios hospitais participantes, que desembolsam os valores correspondentes aos tributos – mesmo que imunes – e aplicam em projetos de interesse do sistema público de saúde. "Nos últimos 13 anos, os hospitais de excelência investiram cerca de R\$ 7,9 bilhões no SUS, valor que nunca existiria no modelo tradicional", afirmou.

"O nosso intuito é que as áreas de atuação atinjam as demandas iminentes da população como a realização de cirurgias eletivas e exames de alta complexidade demandadas pelo SUS sem qualquer ônus para os usuários, ou seja, saia do rol de atividade meio e passe à atividade fim", defendeu Clodoaldo Magalhães.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

#### Expositores:

##### **Pedro Ivo Sebba Ramalho**

Diretor do Departamento de Cooperação Técnica e Desenvolvimento em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde

##### **Alexandre Giroux Cavalcante**

Diretor da 1ª Diretoria Técnica da Unidade de Auditoria Especializada em Saúde do Tribunal de Contas da União

##### **Ana Paula Pinho**

Diretora Executiva de Responsabilidade Social no Hospital Alemão Oswaldo Cruz, CEO do Instituto Social Hospital Alemão Oswaldo Cruz e representante do Conselho Nacional de Saúde

##### **René José Moreira dos Santos**

Coordenador de Desenvolvimento Institucional do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)

##### **Marcelo Ramos**

Ex-Deputado Federal

##### **Hisham Mohamad Hamida**

Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)

---

# 17. Situação do acidente vascular cerebral no SUS

Data da reunião: 22/08/2023

Requerimento nº 183/2023 CSAUDE, da Deputada Silvia Cristina (PL-RO).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu a prevenção, o diagnóstico e o tratamento, pelo SUS, de acidente vascular cerebral (AVC).

A Deputada Silvia Cristina (PL-RO), que solicitou a realização do debate, destacou que o AVC é a segunda causa de morte e a primeira causa de incapacidade no mundo, de acordo com a *World Stroke Organization*. Além disso, estima-se que cerca de 70% dos indivíduos que sofrem um AVC não retornam ao trabalho.

"Queremos reunir informações que venham a contribuir para estimular o conhecimento e permitir que mais pessoas tenham a possibilidade de se prevenir e ter um diagnóstico precoce para esse mal", afirmou.

Foram convidados representantes do Ministério da Saúde, da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), do Instituto Lado a Lado pela Vida e da Sociedade Brasileira de AVC.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Expositores:

Rodrigo Cariri Chalegre de Almeida

Coordenador-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde

Celso Amodeo

Representante da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC)

Marlene Oliveira

Presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida

Maramelia Miranda Alves

Presidente da Sociedade Brasileira de AVC

---

## 18. Projeto “PRF amiga dos Autistas”

Data da reunião: 22/08/2023

Requerimento nº 199/2023 CSAUDE, das Deputadas Dra. Alessandra Haber (MDB-PA) e Iza Arruda (MDB-PE) e dos Deputados Diego Garcia (REPUBLICANOS-PR), Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), Rafael Simões (UNIÃO-MG) e Augusto Puppio (MDB-AC).

A Subcomissão Especial do Transtorno do Espectro Autista da Comissão de Saúde (SUBTEA/CSAUDE) da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para debater o projeto "PRF amiga dos Autistas".

A iniciativa busca qualificar os policiais rodoviários federais para lidar com colegas que tenham pessoas com diagnóstico de autismo na família, além de prepará-los para fazer uma abordagem mais humanizada nas rodovias de todo o País.

A presidente da Subcomissão, Deputada Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), informou que há 154 projetos de lei em tramitação na Câmara sobre o Transtorno de Espectro Autista. "Deste total, 26 se encontram na Comissão de Saúde", detalhou.

"Assim, é de fundamental importância trazer subsídios para essa discussão, não apenas para propor medidas ainda não contempladas, mas também acelerar a tramitação desses projetos de lei para que mais rapidamente se transformem em medidas efetivas a essas pessoas", afirmou a Dra. Alessandra Haber.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados

**Expositores:**

**Antônio Fernando Souza Oliveira**

Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal

**Fernando Cotta**

Inspetor presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos autistas da PRF, responsável pelo projeto "PRF amiga dos autistas" da Polícia Rodoviária Federal, presidente de honra do Movimento Orgulho Autista Brasil-MOAB

**Alexandre Rodrigues da Silva**

Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco

**Igor Ramos**

Superintendente da Polícia Rodoviária Federal do Distrito Federal

**Alexandre Figueiredo**

Gestor do Projeto PRF Amiga dos Autistas no Mato Grosso do Sul

Tácio Melo

Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais

Teógenes Abreu

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal do Distrito Federal

---

## 19. Panorama atual da Triagem Neonatal Obrigatória no SUS - Teste do Pezinho

Data da reunião: 29/08/2023

Requerimentos nº 156/2023 CSAUDE e nº 200/2023 CSAUDE, da Deputada Iza Arruda (MDB-PE).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde promoveu a audiência pública que discutiu O Panorama atual da Triagem Neonatal obrigatória no SUS, a partir do Teste do Pezinho, e os desafios para a ampliação do exame essencial para a saúde da criança, bem como sobre os próximos passos para a implementação da Lei nº 14.154/2021.

A Deputada Iza Arruda (MDB-PE) ressaltou a importância de debater esse tema, por entender que cada estado tem uma realidade diferente e que é importante que se construam políticas públicas para alcançar o objetivo. A construção de um Grupo de Trabalho para mudar esse fluxo da triagem neonatal é um grande passo.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Expositores:

**Helena Maria dos Santos**

Representante do Ministério da Saúde

**Carlos Gouvêa**

Médico Diretor da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal e Erros Inatos do Metabolismo (SBTEIM)

**Amira Awada**

Advogada e Presidente do Instituto Vidas Raras

**Roseana Faneco Amorim**

Líder do Grupo Mulheres do Brasil/Recife-PE

**Pollyana Dias**

Presidente da ONG AMAR

**Suhellen Oliveira da Silva**

Presidente da Associação de Amigos e Portadores de Doenças Neuromusculares-DONEM e Representante do Universo Coletivo AME

**Daniela Machado Mendes**

CEO do Instituto Jô Clemente

**Bruna Rafaela Monteiro**

Gestora de Regionalização da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Pernambuco

## 20. Práticas baseadas em evidências no Transtorno do Espectro Autista

Data da reunião: 29/08/2023

Requerimento nº 199/2023 CSAUDE, das Deputadas Dra. Alessandra Haber (MDB-PA) e Iza Arruda (MDB-PE) e dos Deputados Diego Garcia (REPUBLICANOS-PR), Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), Rafael Simões (UNIÃO-MG) e Augusto Puppio (MDB-AC).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde debateu em audiência pública as práticas baseadas em evidências científicas no Transtorno de Espectro Autista. O evento discutiu e propôs medidas destinadas a Políticas Públicas de Inclusão, a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas com autismo.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Nayara Barbalho

Advogada, Coordenadora de Políticas para o Autismo no Estado do Pará e Presidente da Comissão de Direitos das Pessoas com Autismo da OAB/PA

Andréa Werner

Autista, Deputada Estadual de São Paulo, Presidente da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Fundadora do @lagartavirapupa

Willian Chimura

Professor e Mentor da @academiadoautismo, Programador e Youtuber

---

## 21. Serviço de Atendimento em Urgência e Emergência (SAMU) e o envelhecimento da população brasileira

Data da reunião: 12/09/2023

Requerimento nº 113/2023 CSAUDE, da Deputada Juliana Cardoso (PT-SP).



Câmara dos Deputados

A audiência pública teve o objetivo de aprofundar a discussão sobre a Rede de Urgência e Emergência no SUS, aliada ao processo de envelhecimento crescente da população brasileira, e, portanto, maior utilização do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU). O SAMU tem a missão de chegar a 85% das pessoas, mas ainda não é oportuno, ou seja, ainda não consegue atingir a meta de chegar ao local da ocorrência no tempo de 6 a 10 minutos e com a equipe certa para cada caso.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

#### Expositores:

Felipe Reque

Coordenador-Geral de Urgência do Ministério da Saúde

Ligia Gualberto

Coordenadora de Saúde da Pessoa Idosa na Atenção Primária do Ministério da Saúde

Eduardo Fernando De Souza

Coordenador da Comissão Nacional de Urgência do Conselho Federal de Enfermagem

Paulo de Tarso Monteiro Abrahão

Ex-Coordenador-Geral de Urgência do Ministério da Saúde

Gisele O'Dwyer

Pesquisadora da Fiocruz e representante do Conselho Federal de Enfermagem

Marisa Malvestio

Pós-doutoranda e pesquisadora da Universidade de São Paulo

Flávia Anunciação

Secretária dos Trabalhadores da Saúde do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (SINDISEP)

Walquiria Cristina Barbosa

Representante do Conselho Nacional de Saúde

## 22. Educação: capacitação dos acompanhantes terapêuticos de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista em creches e escolas

Data da reunião: 12/09/2023

Requerimento nº 199/2023 CSAUDE, das Deputadas Dra. Alessandra Haber (MDB-PA) e Iza Arruda (MDB-PE) e dos Deputados Diego Garcia (REPUBLICANOS-PR), Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), Rafael Simões (UNIÃO-MG) e Augusto Puppio (MDB-AC).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu a capacitação dos acompanhantes terapêuticos de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em creches e escolas. A audiência pública foi promovida pela Subcomissão especial criada para discutir e propor medidas destinadas à inclusão de pessoas com TEA (SUBTEA/CSAUDE).

Segundo a Deputada Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), que preside a Subcomissão, levantamento feito em julho de 2023 mostrou que há 154 projetos de lei em tramitação na Câmara que têm o TEA como tema principal.



"É de fundamental importância trazer subsídios para esta discussão, não apenas para propor medidas ainda não contempladas, mas também acelerar a tramitação desses projetos de lei para que mais rapidamente se transformem em medidas efetivas para essas pessoas", destacou a Dra. Alessandra Haber.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Suely Menezes

Conselheira CNE

Flávia Marçal

Professora da UFRA, coordenadora do Projeto TEA da UFRA e administradora do Grupo Mundo Azul

Lucelmo Lacerda

Professor e pesquisador em autismo e inclusão

Francisco Paiva

Autor do livro "Autismo - não espere, aja logo!", cofundador e editor-chefe da Revista Autismo

Manoel Holanda

Secretário de Governo do Município de Vitória de Santo Antão

---

## **23. Transformação digital na saúde, incluindo o Prontuário Eletrônico abordado no PL 5875/2013**

Data da reunião: 19/09/2023

Requerimento nº 81/2023 CSAUDE, da Deputada Adriana Ventura (Novo-SP).

Foi realizado debate sobre a Transformação Digital na Saúde e o Prontuário Eletrônico na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, presidido pela Deputada Adriana Ventura (Novo-SP).

A proponente da reunião relatou que é de extrema importância a realização de audiências com o tema de integração de dados e sistemas, enfatizando a necessidade de debater a maior dificuldade, que é como fortalecer a cultura de compartilhamento de dados de saúde de forma segura e padronizada.

Também afirmou que uma das preocupações trazidas por profissionais de hospitais diz respeito à integração da saúde complementar, utilizada por mais de 50 milhões de pessoas, o que suscita questões em relação à qualidade dos dados inseridos. Destacou ainda que é fundamental garantir o consentimento do paciente para o uso desses dados apenas na formulação de políticas públicas. Segundo a deputada, é necessário falar sobre a unificação dos bancos de dados, não apenas da plataforma, e ressaltou a importância de compartilhar dúvidas e conhecimentos para ajudar uns aos outros.

Fonte: Associação Médica Brasileira



Câmara dos Deputados

Expositores:

Paula Xavier dos Santos

Coordenadora-Geral de Informação e Informática em Saúde do Ministério da Saúde

Cristina Balestrin

Assessora de Gabinete da Secretaria de Saúde do Estado de Paulo

Tiago Texera

Gestor de Saúde na Prefeitura Municipal de Jundiáí-SP

Pierre Lambert Oliveira

Assessor da Gestão de Saúde da Prefeitura Municipal de Jundiáí-SP

---

## 24. Incorporação de medicamentos para o câncer de mama no SUS

Data da reunião: 20/09/2023

Requerimento nº 208/2023 CSAUDE, da Deputada Silvia Cristina (PL-RO).



A Comissão de Saúde discutiu a situação da incorporação de medicamentos para o câncer de mama no SUS. O Instituto Nacional de Câncer (INCA) estimou, para o ano de 2023, 73.610 casos novos, o que representa uma taxa ajustada de incidência de 41,89 casos por 100.000 mulheres. A taxa de mortalidade por câncer de mama, ajustada pela população mundial, foi 11,84 óbitos por 100.000 mulheres, em 2020, com as maiores taxas nas regiões Sudeste e Sul, com 12,64 e 12,79 óbitos por 100.000 mulheres, respectivamente.

Os números são preocupantes e há a necessidade por parte desta Comissão permanente trazer o tema à discussão. A Frente Parlamentar em Prol da Luta Contra o Câncer também atua para que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal deem o devido destaque a este tema tão importante.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Fernando Henrique de Albuquerque Maia

Coordenador-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde

Laura Testa

Representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica

Angélica Nogueira Rodrigues

Médica pesquisadora e professora adjunta da Faculdade de Medicina da UFMG

Joana Jeker

Presidente da Recomeçar - Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília

---

## **25. O impacto das redes sociais na autoestima e saúde mental de crianças e adolescentes**

Data da reunião: 21/09/2023

Requerimentos nº 132/2023 e nº 231/2023 CSAUDE, da Deputada Rosângela Moro (União-SP).

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública sobre o impacto das redes sociais na autoestima e saúde mental de crianças e adolescentes.

A audiência foi proposta pela Deputada Rosângela Moro (União-SP). Ela citou estudos que demonstram o desenvolvimento de transtornos físicos e mentais em usuários de plataformas digitais motivados pelo compartilhamento "desenfreado" de fotografias de rosto e corpo editadas, que estabelecem padrões estéticos inalcançáveis. Entre esses transtornos estão a dismorfia corporal (preocupação extrema com a aparência), a anorexia, a bulimia e a depressão.

Estudos também mostram que a ampla maioria dos profissionais de saúde mental preocupa-se com o aumento de casos de autoflagelação, suicídio, ansiedade e depressão entre os jovens devido à exposição às redes sociais.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados

Expositores:

**Maria Aparecida Cina da Silva**

Chefe de Gabinete da Secretaria de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde

**Thais Hagge**

Vice-Presidente de Beleza e Bem-Estar da Unilever Brasil

**Joana de Vilhena Novaes**

Profª Drª Coordenadora do Núcleo de Doenças da Beleza da PUC-Rio

**Bruno Ziller**

Coordenador de Projetos do Instituto Cactus

**Lilian Miranda**

Coordenadora de Voluntariado do Instituto Mãos Sem Fronteira

---

## **26. Atualização da legislação aplicada às emergências em saúde pública**

Data da reunião: 26/09/2023

Requerimento nº 165/2023 CSAUDE, do Deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir a legislação relativa às emergências em saúde pública. O autor do requerimento para a realização da audiência foi o Deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO). Segundo ele, o objetivo do debate foi "discutir as formas como a legislação brasileira atual pode ser aprimorada para garantir uma resposta mais efetiva e eficiente a crises de saúde pública futuras".

Ele destacou que a pandemia de covid-19 revelou "lacunas e oportunidades de melhorias significativas" no sistema público de saúde e em sua legislação. "Nossa infraestrutura de saúde foi testada ao limite, com hospitais e unidades de saúde sobrecarregados, profissionais de saúde extenuados e recursos escassos", argumentou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

**Edenilo Baltazar Barreira Filho**

Coordenador-Geral da Vigilância das Emergências em Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde

**Fernando Campos Avendanho**

Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)

**Alessandro Aldrin Pinheiro Chagas**

Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS)

**Julival Ribeiro**

Médico infectologista e membro da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI)

---

## **27. Combate à gordofobia**

Data da reunião: 28/09/2023 (conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial - CDHMIR)

Requerimentos nº 20/2023 CSAUDE, do Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO); e nº 58/2023 CDHMIR, da Deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

As Comissões de Saúde e de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizaram audiência pública conjunta sobre ações de combate à gordofobia. Os requerimentos para a realização da audiência foram apresentados pela Deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e pelo Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO). A ideia foi discutir a elaboração de uma proposta de lei para combate à gordofobia ou até mesmo a criação do Estatuto da Pessoa com Obesidade.

Os deputados citaram uma pesquisa sobre obesidade e gordofobia elaborada, em 2022, pela Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica e pela Sociedade Brasileira de Metabologia e Endocrinologia.

Por isso, os parlamentares afirmaram que é necessário discutir medidas de combate à gordofobia e garantir a dignidade à pessoa com obesidade nas diversas esferas que compõem uma vida plena, igualitária e de direito de qualquer cidadão.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados



Expositores:

Carla Caroline Silva dos Santos  
Representante do Ministério da Saúde

Vanessa Pirolo  
Associação Botucatuense de Assistência ao Diabético e Coalizão Vozes do *Advocacy* em Diabetes e em Obesidade

Maria Edna de Melo  
Representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) e da Associação Médica Brasileira (AMB)

Erick Cuzziol Lima Luiz  
Nutricionista e Ativista com Obesidade

Luis Fernando Villaça Meyer  
Diretor de Operações do Instituto Cordial/Painel Brasileiro da Obesidade (PBO)

---

## **28. Financiamento dos hospitais universitários no País, administrados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH**

Data da reunião: 04/10/2023 (conjunta com a Comissão de Educação - CE)  
Requerimentos nº 215/2023 CSAUDE, do Deputado Geraldo Resende (PSDB-MS);  
e nº 195/2023 CE, da Deputada Lêda Borges (PSDB-GO).

A Comissão de Saúde, em audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, promoveu a discussão sobre a Rede EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), vinculada ao Ministério da Educação, que administra 41 hospitais universitários federais, apoiando e impulsionando suas atividades na área da saúde e educação. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: atendem pacientes do SUS ao mesmo tempo em que apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas e inovação.



Câmara dos Deputados

Os crescentes investimentos em pesquisa e inovação tecnológica em saúde, além do impacto na produção acadêmica, tornam-se hoje fundamentais na qualificação dos serviços ofertados pelos hospitais universitários, quer seja em relação aos cuidados oferecidos aos usuários do SUS ou em apoio à residência médica. Ademais, fomentam e oportunizam a solução de problemas regionais de saúde pública e atendimento às pessoas mais vulneráveis. Neste sentido, acompanhar, fiscalizar e apoiar o financiamento da EBSEH é premissa básica para assegurarmos a pesquisa e extensão de nossas universidades federais que asseguram o atendimento do SUS em todas as regiões do País.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositor:

Arthur Chioro

Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH)

## 29. A inclusão de doenças raras na grade curricular de cursos de ensino superior de saúde

Data da reunião: 05/10/2023

Requerimento nº 53/2023 CSAUDE, da Deputada Rosângela Moro (União-SP).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu a inclusão de disciplinas sobre doenças raras na grade curricular de cursos de ensino superior na área da saúde. A audiência pública foi pedida pela Deputada Rosângela Moro (União-SP), que lembrou que em 2014 foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras. Porém, segundo ela, "pouco foi feito no sentido de estabelecer as diretrizes de cuidado às pessoas com doenças raras em todos os níveis de atenção do SUS".

Rosângela Moro destacou ainda que, entre as diretrizes da política nacional, está a educação permanente de profissionais de saúde, por meio de atividades que visem ao aprimoramento de conhecimentos para a atenção à pessoa com doença rara. Para a deputada, é fundamental discutir a inclusão do estudo das doenças raras nas grades curriculares dos cursos na área da saúde. "Atualmente não há previsão de conteúdo relacionado às doenças genéticas durante os cursos de graduação em saúde, assim os profissionais não adquirem conhecimento mínimo sobre essas doenças", afirmou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Andreia Bessa

Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS)

Natasha Shessarenko Fraife Barreto

Câmara Técnica de Doenças Raras do Conselho Federal de Medicina (CFM)

Carlos Gouvêa

Representante da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal e Erros Inatos do Metabolismo

Fernanda Monti Rabelo

Médica neurologista infantil

---

## 30. A infraestrutura de conectividade para acesso à saúde

Data da reunião: 10/10/2023

Requerimento nº 233/2023 CSAUDE, da Deputada Flávia Morais (PDT-GO).

Pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - Cetic, mostra que apenas 25% dos estabelecimentos públicos de saúde possuem política de segurança da informação, como requer a Lei Geral de Proteção de Dados. O indicador foi discutido em audiência da Comissão de Saúde sobre a conectividade do sistema de saúde.



Câmara dos Deputados

A Deputada Flávia Morais (PDT-GO) afirmou que os parlamentares têm necessidade de um diagnóstico mais preciso sobre as carências do SUS, inclusive para destinar suas emendas orçamentárias. E citou a telessaúde: “Hoje quando a gente fala em telessaúde, a gente sabe que a gente precisa de equipamentos, de nova tecnologia; equipamentos que precisam ser atualizados, pois ficam ultrapassados com o tempo... De forma direta eu queria saber como está a aquisição destes equipamentos pelos municípios e estados, como isso acontece?”

Fonte: Agência Câmara de Notícias

#### Expositores:

**Demi Getschko**

Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) - CETIC.br

**José Eduardo Bueno de Oliveira**

Diretor de Informação e Informática do Datasus do Ministério da Saúde

**Nereu Henrique Mansano**

Assessor técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)

## 31. Situação de pacientes com malformações congênitas fissura labiopalatina, anomalias craniofaciais e as síndromes correlatas à condição de deficiência

Data da reunião: 17/10/2023

Requerimento nº 86/2023 CSAUDE, da Deputada Juliana Cardoso (PT-SP).



Câmara dos Deputados

O conceito de pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, pode ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas”, e está expresso no art. 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Assembleia Geral da ONU, em 2006.

Dessa forma, deficiência transcende os impedimentos corporais e passa a ser atribuída à desvantagem social sofrida pelas pessoas em decorrência das barreiras ambientais. É nesse contexto que o debate da questão da equiparação das malformações congênitas como a fissura labiopalatina, anomalias craniofaciais e as síndromes correlatas à condição de deficiência foi realizado na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

Expositores:

**Sabrina da Luz**

Fonaudióloga representante da Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina

**Helena Barros**

Advogada representante da Associação dos Fissurados Labiopalatais de Sorocaba e Região (AFISSORE)

**Jeniffer Dutka**

Pesquisadora e professora da Faculdade de Odontologia de Bauru

**Thyago Cezar**

Vice-Presidente da Rede Nacional de Associação de Pais e Pessoas com Fissura Labiopalatina (REDE PROFIS)  
Fonte: Agência Câmara de Notícias

**Emanuela Barros**

Presidente da Associação dos Fissurados Labiopalatais de Sorocaba e Região (AFISSORE)

**Arthur de Almeida Medeiros**

Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde

---

## **32. Conscientização do vírus sincicial respiratório**

Data da reunião: 19/10/2023

Requerimento nº 221/2023 CSAUDE, do Deputado Dorinaldo Malafaia (PDT-AP).

O vírus sincicial é conhecido por ser causador da bronquiolite em crianças de até dois anos de idade e tem uma alta letalidade em bebês de até seis meses, principalmente prematuros. Segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz, as infecções causadas pelo VSR – vírus sincicial respiratório – foram responsáveis por 59% dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave nas crianças com até 4 anos de idade no período de 11 de dezembro de 2022 a 7 de janeiro de 2023.



Câmara dos Deputados

O vírus costuma circular com mais intensidade no outono e no inverno, mas, no início de 2023, ele apresentou um aumento das hospitalizações do público infantil fora de época. O objetivo da audiência pública foi discutir o tema, a carga atual da doença, os dados epidemiológicos atuais e os tratamentos existentes, levando em consideração que a conscientização e a prevenção são parte dos esforços para se construir uma compreensão profunda e tratar os mais vulneráveis.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

**Débora Chong e Silva**

Médica pediatra e pneumologista e docente de pediatria da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade Federal do Paraná

**Marco Aurélio Safadi**

Médico Pediatra infectologista, professor e Diretor do Departamento de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e Presidente do Departamento de Infectologia da Sociedade Brasileira de Pediatria e do Departamento de Imunizações da Sociedade de Pediatria de São Paulo



Greice Madeleine

Coordenadora-Geral de Vigilância das Doenças Imunopreveníveis do Ministério da Saúde

Nereu Henrique Mansano

Assessor técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)

Fabício Carneiro De Oliveira

Gerente-Geral da Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Anvisa

---

## 33. Valorização do clínico

Data da reunião: 24/10/2023

Requerimentos nº 164/2023 e nº 190/2023 CSAUDE, do Deputado Dr. Luiz Ovando (PP-MS).

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater a necessidade de valorização do médico clínico, que é aquele especializado em ter uma visão geral do organismo humano.

O requerimento para a realização da audiência foi apresentado pelo Deputado Dr. Luiz Ovando (PP-MS). "O médico é fundamental para a saúde física, mental e social da sociedade, no entanto, a prática médica resolutiva tem os seus alicerces no clínico o que, infelizmente, foi abandonado e negligenciado", justificou.

Para ele, a "valorização política" do clínico é necessária, assim como a oferta de uma remuneração mais atrativa aos profissionais. "Busca-se, portanto, estimular o médico a resgatar sua identidade profissional o que, infelizmente, está opaca e pouco definida", concluiu o deputado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Eliziane Brandão Leite

Gerente de Educação Médica da Coordenação do Curso de Medicina das Escolas Superiores de Ciência da Saúde (ESCS/FEPECS/DF)

**Carlos Magno Pretti Dalapicola**

Representante titular do Conselho Federal de Medicina no Conselho Deliberativo da Associação Médica Brasileira e representante suplente na Comissão Intersectorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho e no Comitê Intersectorial do Programa Trabalho Seguro

**Fábio Freire José**

Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica (SBCM)

**Eduardo Freire Vasconcellos**

Diretor de Editoração Científica da Associação Médica de Brasília (AMBR)

**Etelvino de Souza Trindade**

Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB)



Câmara dos Deputados

## 34. Interoperabilidade em saúde

Data da reunião: 24/10/2023

Requerimento nº 238/2023 CSAUDE, da Deputada Flávia Morais (PDT-GO).

A audiência pública se refere à interoperabilidade em saúde. Sabendo que o Brasil possui diferentes realidades em termos de acesso à saúde e infraestrutura tecnológica, variedade de capacidade tecnológica entre municípios, estados e União, assim como entre os setores público e privado, foi importante escutar especialistas sobre o cenário atual e como avançar.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados

#### Expositores:

**Ana Estela Haddad**

Secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde

**Felipe Ferré**

Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)

**Michael Luiz**

Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS)

**Luís Gustavo Kiatake**

Diretor de Relações Governamentais da Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS)

**Carlos Pedrotti**

Presidente da Saúde Digital Brasil

**Júlia Cestari**

Líder do Comitê de Saúde Digital

## 35. O acesso a ferramentas digitais de diagnóstico

Data da reunião: 31/10/2023

Requerimento nº 236/2023 CSAUDE, da Deputada Flávia Morais (PDT-GO).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu sobre o acesso a ferramentas digitais de diagnóstico. O encontro ocorreu atendendo ao Requerimento nº 236/2023, da Deputada Flávia Morais (PDT-GO). Com o avanço da tecnologia e práticas de telessaúde, a jornada do paciente também tem se transformado graças à evolução de tecnologias conhecidas como *Point of Care* - permitindo maior capilaridade de acesso a testes diagnósticos em regiões distantes ou grandes centros urbanos, antes concentrados. A audiência proporcionou também o avanço das discussões relacionadas à testagem diagnóstica em estabelecimentos farmacêuticos - para o que se faz importante entender práticas e possibilidades.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Marília Santini de Oliveira

Coordenadora Geral de Laboratórios de Saúde Pública (SVSA/MS)

**Edmilson Canale**

Técnico da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI/MS)

**Leandro Rodrigues Pereira**

Diretor-Adjunto da Terceira Diretoria da Anvisa

**Franco Pallamolla**

Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (Abimo)

**Carlos Gouvêa**

Presidente da Câmara Brasileira de Diagnóstico Laboratorial (CBDL)

**Ariel Uarian**

Líder de Políticas Públicas do Movimento Inovação Digital (MID)

**Marcos Queiroz**

Líder do Comitê de Radiologia e Diagnóstico por Imagem da ABRAMED e Diretor de Medicina Diagnóstica do Hospital Albert Einstein

---

## **36. Sensibilização quanto à prestação na abordagem dos infartos do miocárdio**

Data da reunião: 07/11/2023

Requerimento nº 126/2023 CSAUDE, do Deputado Dr. Luiz Ovando (PP-MS).

Popularmente conhecido como ataque cardíaco, o Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) é um processo de morte do tecido (necrose) de parte do músculo cardíaco por falta de oxigênio, devido à obstrução da artéria coronária. Essa obstrução ocorre, em geral, pela formação de um coágulo em uma área previamente comprometida por aterosclerose (placa de gordura), causando estreitamentos dos vasos sanguíneos do coração, e que pode levar à morte súbita.

O IAM é a maior causa de mortes no país. Estima-se que, no Brasil, ocorram de 300 mil a 400 mil casos anuais de infarto e que a cada 5 a 7 casos, ocorra um óbito.

A audiência pública realizada pela Comissão de Saúde teve o objetivo de sensibilizar a população e toda a área médica quanto à necessidade de presteza na abordagem de problemas envolvendo episódios de IAM, na perspectiva de fomentar o debate acerca do tema.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados

Expositores:

Délcio Gonçalves da Silva Júnior

Médico do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian/UFMS

Nasser Sarkis Simão

Doutor em Medicina pela UnB

José Armando Mangione

Médico cardiologista intervencionista do Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo

## 37. Risco de surtos de doenças nas Américas

Data da reunião: 07/11/2023

Requerimento nº 97/2023 CSAUDE, da Deputada Iza Arruda (MDB-PE).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater o risco de surto de doenças nas Américas com o diretor da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS), Jarbas Barbosa. A autora do requerimento para a realização da audiência foi a Deputada Iza Arruda (MDB-PE). Ela alertou que as Américas têm, atualmente, a segunda pior cobertura vacinal no mundo. Cerca de 2,7 milhões de crianças não receberam todas as doses em 2021, ficando sem proteção completa contra difteria, tétano e coqueluche. Mais de 50% das crianças que nunca receberam uma vacina na região estão no Brasil e no México.

"Em recente comunicado, Jarbas Barbosa convocou os países a intensificarem urgentemente os programas de vacinação", lembrou a deputada. Acrescenta-se que "o risco de surtos de doenças nas Américas atinge o nível mais alto em 30 anos devido à queda na cobertura vacinal".

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositor:

Jarbas Barbosa

Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS)

## 38. Telemedicina e telessaúde - inovação de processos de logística para melhorar o Sistema de Saúde

Data da reunião: 08/11/2023

Requerimento nº 264/2023 CSAUDE, das Deputadas Adriana Ventura (NOVO-SP) e Flávia Moraes (PDT/GO) e dos Deputados Paulo Foletto (PSB-ES), Zé Vitor (PL-MG) e Dr. Frederico (PATRIOTA-MG).



Câmara dos Deputados

A audiência pública realizada pela Comissão Saúde contou com a palestra do Prof. Dr. Chao Lung Wen com o objetivo de, entre outros, abordar e propor discussões estruturantes sobre o atual cenário de infraestrutura que viabilize o uso das ferramentas digitais em saúde, além da deliberação e exposição sobre como tecnologias e ferramentas no ecossistema de saúde digital estão sendo utilizadas ao longo da jornada do paciente no contexto brasileiro.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Expositor:

Chao Lung Wen

Presidente da Associação Brasileira de Telessaúde e Telemedicina e Diretor da Cátedra de Telemedicina da Universidade de São Paulo (USP)

---

## **39. Experiências práticas em ferramentas digitais/acompanhamento de pacientes**

Data da reunião: 08/11/2023

Requerimento nº 235/2023 CSAUDE, da Deputada Flávia Morais (PDT-GO).



Câmara dos Deputados

Com a finalidade de dar continuidade aos trabalhos previstos no cronograma aprovado da Subcomissão Especial para debater Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital (Subtele), a audiência pública realizada pela Comissão de Saúde teve como objetivo discutir as ferramentas digitais de acompanhamento de tratamento do paciente, assim como as experiências exitosas do uso de tecnologias na atenção à saúde. Presidida pela Deputada Adriana Ventura (Novo-SP), proporcionou a discussão sobre a adoção das tecnologias e melhorias de fluxo de atendimento e de acompanhamento.

Pensando no setor de saúde como um todo, também é importante entender como as tecnologias e facilidades no uso de ferramentas digitais têm mudado a percepção e o acesso do paciente a serviços e produtos de saúde. Nesse contexto, foi também essencial entender como a regulação em saúde acompanha todo o processo.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Regina Maura

Secretária Municipal de Saúde de São Caetano do Sul (SP)

Silvia Regina

Secretária Municipal de Pouso Alegre (MG)

Samara Furtado Carneiro

Sub-Secretária de Logística em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do DF

Reginaldo Passos

Coordenador Especial em Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Saúde do DF

Thiago Brasil Silverio

Gerente de Produtos Controlados Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Julia Cestari

Movimento Inovação Digital

Carlos Pedrotti

Presidente do Saúde Digital Brasil

---

## **40. Síndrome do intestino curto (SIC), amparo ao paciente e necessidade de criação de dia nacional em alusão à causa**

Data da reunião: 21/11/2023

Requerimento nº 62/2023 CSAUDE, do Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO).

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre a síndrome do intestino curto, com o objetivo de discutir iniciativas de amparo aos pacientes e a necessidade de criação de dia nacional em alusão à doença.

O pedido para a realização do debate foi do Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO). Ele destacou que essa síndrome é altamente complexa, debilitante e com risco de morte. Trata-se de uma condição em que o indivíduo possui o intestino delgado com comprimento total insuficiente para a absorção dos nutrientes e líquidos nas quantidades necessárias ao organismo, inviabilizando a nutrição por via oral e impactando significativamente a qualidade de vida e rotina dos pacientes.

"Trata-se de doença ainda pouco conhecida no Brasil e no mundo, sendo necessária a promoção de discussões que insiram a temática na área de saúde, visando trazer o adequado amparo ao paciente", afirmou Calil.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados

Expositores:

**Cristina Flores**

Médica Presidente do Grupo de Estudos da Doença Inflamatória Intestinal do Brasil (GEDIIB)

**Erika Fukushima**

Médica especialista em gastroenterologia pediátrica atuante na Secretaria Estadual de Saúde de Goiás - Hospital Estadual da Criança e do Adolescente (HECAD)

**Júlia Gonçalves de Assis**

Associação do Leste Mineiro de Doenças Inflamatórias Intestinais (ALEMDII)

Rodrigo Vicenzi

Coordenador do Centro de Reabilitação Intestinal e Transplante do Hospital Sírio-Libanês e especialista colaborador da Coordenação Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde

Pietro Parronchi

Portador da Síndrome do Intestino Curto

---

## 41. Cirurgias eletivas no Brasil

Data da reunião: 22/11/2023

Requerimento nº 276/2023 CSAUDE, do Deputado Emidinho Madeira (PL-MG).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu a lista de espera para a realização de cirurgias eletivas no Brasil. O Deputado Emidinho Madeira (PL-MG), que pediu o debate, destacou que o SUS não tem conseguido atender todas as demandas por procedimentos dessa natureza.

Ele lembrou que relatório divulgado pelo Ministério da Saúde em junho de 2023 apontou que mais de 1 milhão de pessoas aguardam na fila por uma cirurgia eletiva no SUS.

A demora traz evidentes prejuízos não só para o paciente, mas para todo o sistema, já que torna necessário realizar novos exames pré-operatórios e até a complexidade da cirurgia", avaliou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Rosana Parra

Diretora de Atenção Hospitalar e Urgência e Emergência da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Fábio Baccheretti Vitor

Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais

Daniel Porto Soares

Diretor da Santa Casa de Misericórdia de Passos (MG)

Renato Pereira da Silva

Diretor do Hospital de Gimirin (MG)

José Sérgio Tavella Júnior

Diretor de Assistência Hospitalar do Hospital Alzira Velano - Alfenas (MG)

Adriana Corgozinho de Melo Pereira

Gestora da Santa Casa de Areado (MG)

---

## **42. Reflexos sanitários e ambientais das mudanças climáticas e das ondas de calor**

Data da reunião: 22/11/2023

Requerimento nº 244/2023 CSAUDE, da Deputada Ana Pimentel (PT-MG).

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu os reflexos sanitários e ambientais das mudanças climáticas e das ondas de calor.

O debate foi sugerido pela Deputada Ana Pimentel (PT-MG). Ela destacou que a crise climática está provocando impactos diretos na saúde pública de maneira preocupante. "O aumento extremo das temperaturas resulta em riscos elevados de insolação, desidratação e até mesmo mortes, afetando especialmente idosos e crianças", afirmou.

Ela acrescentou que a poluição do ar, agravada pelo clima em mudança, está exacerbando doenças respiratórias e cardiovasculares. O cenário, na avaliação dela, leva ainda à expansão de doenças transmitidas por vetores, como malária e dengue; a problemas relacionados à segurança alimentar e ao acesso à água potável; e tem um impacto muito significativo na saúde mental.

"Diante das adversidades do tempo presente, é fundamental reconhecer a crise climática como uma questão de saúde pública e agir com urgência para mitigar também estes efeitos".

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados

Expositores:

**Agnes Soares da Silva**

Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde

**Christovam Barcellos**

Pesquisador titular do Laboratório de Informação em Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (LIS/ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz

**Guilherme Franco Netto**

Membro do GT Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)

Mayara Floss

Representante da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade

Cláudia Lins

Gerente de Sustentabilidade e Resiliência da Confederação Nacional dos Municípios

Inamara Santos Melo

Coordenadora-Geral de Adaptação à Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente

---

## 43. Credenciamento de entidades filantrópicas junto ao Ministério da Saúde

Data da reunião: 28/11/2023

Requerimentos nº 93/2023 e nº 187/2023 CSAUDE, do Deputado Domingos Sávio (PL-MG).



Câmara dos Deputados

A audiência pública realizada pela Comissão de Saúde debateu as atividades das entidades filantrópicas junto ao Ministério da Saúde. Tais instituições são fiscalizadas e precisam atender às exigências da Vigilância Sanitária para prestarem serviços de saúde aos seus internos ou assistidos. O Deputado Domingos Sávio (PL-MG) reforçou a importância de se debater a temática abordada e, dentre outros aspectos, ressaltou que há uma falha na legislação,

que não prevê o credenciamento, junto ao Ministério da Saúde, de entidades como instituições sem fins lucrativos, de longa permanência para idosos, que cuidam de pessoas com deficiência e de dependentes químicos, pois está somente explícita em lei a importância dessas instituições no aspecto social, e não de saúde.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Rosilene Fátima Teixeira de Oliveira

Diretora da DGSuas, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE-MG)

Márcia de Carvalho de Assis

Superintendente da APAE Rio de Janeiro

Elaine Pereira Clemente

Presidente da Federação Nacional das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas (FENIBREF)

---

## **44. Saúde ocupacional dos trabalhadores na limpeza pública**

Data da reunião: 30/11/2023

Requerimento nº 99/2023 CSAUDE, do Deputado Jorge Solla (PT-BA).

A audiência pública debateu a saúde ocupacional dos trabalhadores da limpeza pública, sejam os encarregados da varrição das ruas ou os dedicados à coleta dos resíduos sólidos. A invisibilidade e a falta de reconhecimento fazem parte da rotina desses trabalhadores, que só são reconhecidos como essenciais quando paralisam suas atividades, ou em situações traumáticas, como a pandemia de covid-19, quando aumentou muito a produção de resíduos e embalagens descartáveis, intensificando-se a necessidade de limpeza urbana.

Fonte: Agência Câmara de Notícias





Câmara dos Deputados

Expositores:

Rodrigo Oliveira

Representante do Ministério da Saúde

Anamélia Taglianetti

Auditora Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego

Ana Angélica Rabello Oliveira

Coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública da Bahia (SINDILIMP BAHIA)

Luiz Carlos Suica

Vereador da Câmara Municipal de Salvador

---

## 45. Impactos socioambientais e à saúde humana do fracking para extração de gás de xisto

Data da reunião: 30/11/2023 (conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS)

Requerimentos nº 58, 69, 82 e 83/2023 CMADS, dos Deputados Ivan Valente (PSOL-SP), Coronel Chrisóstomo (PL-RO), Marcelo Queiroz (PP-RJ) e Nilto Tatto (PT-SP), respectivamente; e Requerimentos nº 39 e 68/2023 CSAUDE, do Deputado Jorge Solla (PT-BA).



Câmara dos Deputados

O *fracking*, também conhecido como fraturamento hidráulico, é uma técnica utilizada para realizar perfurações de até mais de 3,2 mil metros de profundidade no solo para a extração de gás de xisto ou folhelho. Por meio da tubulação instalada nessas perfurações, é injetada uma grande quantidade de água em conjunto com solventes químicos comprimidos – alguns até mesmo com potencial cancerígeno. A grande pressão gerada por essa água provoca explosões que fragmentam a rocha. Para que o buraco não se feche novamente, também é inserida uma quantidade elevada de areia que, supostamente, evita que o terreno ceda e, ao mesmo tempo, por sua

porosidade, permite a migração do gás a ser extraído. Esse processo pode criar novos caminhos para a liberação do gás ou pode ser usado para ampliar os canais já existentes. Alguns estudos mostram que mais de 90% de fluidos resultantes do *fracking* podem permanecer no subsolo. O *flowback*, fluido do fraturamento que retorna à superfície, normalmente armazenado em lagoas abertas ou tanques no local do poço, também causa impactos como a contaminação do solo, ar e lençóis de água subterrânea.

A audiência pública foi realizada com o objetivo de debater o uso desta técnica de fraturamento hidráulico para exploração do gás de xisto, o *fracking*, e seus impactos principalmente à saúde humana, mas também ao solo, ao clima, às águas subterrâneas e às economias locais, que acabam por afetar novamente a saúde humana.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

#### Expositores:

##### Edmilson Comparini Maturana

Coordenador-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres (CGTef)

##### Thais Araújo

Assessora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde

##### Flávio Torres

Gerente-Executivo de SMS e Operações do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP)

##### Beto Lunitti

Prefeito de Toledo (PR)

##### Marcio Felix

Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP)

##### Telmo Ghiorzi

Secretário-Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (ABESPetro)

##### Juliano Bueno de Araújo

Diretor-Técnico do Observatório do Petróleo e Gás

##### Luiz Fernando Scheibe

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

## 46. Situação dos servidores do Ministério da Saúde cedidos ao Governo do Distrito Federal que atuam no combate à dengue

Data da reunião: 04/12/2023

Requerimento nº 172/2023 CSAUDE, do Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF).



Câmara dos Deputados

A audiência foi realizada pela Comissão de Saúde para discutir a situação dos servidores do Ministério da Saúde cedidos ao Governo do Distrito Federal e que atuam no combate à dengue, que recebem uma gratificação denominada GACEN. Essa gratificação encontra-se congelada há 11 anos, uma vez que o seu último reajuste ocorreu no ano de 2012. Ainda existem vários servidores do citado Ministério que, embora trabalhem no combate à dengue, não recebem a gratificação. Essa situação cria uma desigualdade entre os servidores que exercem a mesma função.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Carlos Henrique Bessa Ferreira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (SINDSEP-DF)

César Henrique Melchiades Leite

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (SINDSEP-DF)

Silene Leiro Santos

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (SINDSEP-DF)

Sérgio Ronaldo da Silva

Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF)

---

## 47. Importância da informação sobre o vírus HTLV e formas de enfrentamento

Data da reunião: 05/12/2023

Requerimento nº 181/2023 CSAUDE, do Deputado Jorge Solla (PT-BA).

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu a importância da informação sobre o vírus HTLV (vírus linfotrópico de células T humanas) e formas de enfrentá-lo. Trata-se de um vírus da mesma família do HIV e que age de forma similar a ele, inclusive quanto ao contágio.

O HTLV não tem cura e os infectados podem ficar assintomáticos ou desenvolver a leucemia ou o linfoma, além de problemas neurológicos e dermatites.

O debate foi conduzido pelo Deputado Jorge Solla (PT-BA). Na audiência pública, a representante do Ministério da Saúde, Pamela Cristina Gaspar, falou sobre o que a pasta tem feito em relação ao vírus. A médica infectologista Ceuci Nunes, diretora do Bahia Farma, lembrou que o HTLV é bastante anterior ao HIV e enfatizou que o trabalho de combate a este vírus é muito difícil.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados

#### Expositores:

**Bernardo Galvão Castro**

Professor da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP/Fiocruz-BA)

**Carlos Brites**

Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Adijeane Oliveira de Jesus**

Coordenadora-Geral da Associação das Pessoas Vivendo com HTLV no Brasil (HTLVida)

**Rosângela Oliveira Santos de Almeida**

Secretária da Saúde do Município de Amargosa (BA)

**Pamela Cristina Gaspar**

Representante do Departamento de Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde

## 48. Uso da inteligência artificial aplicada à saúde

Data da reunião: 05/12/2023

Requerimento nº 237/2023 CSAUDE, da Deputada Flávia Morais (PDT-GO).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para discutir experiências práticas do uso da inteligência artificial aplicada à saúde e o uso de tecnologias emergentes. O evento foi presidido pela Deputada Adriana Ventura (Novo-SP).

O debate fez parte do cronograma de trabalho da Subcomissão sobre telemedicina e telessaúde e foi proposto pela Deputada Flávia Morais (PDT-GO), que é relatora do colegiado.

A deputada destacou que o uso de inteligência artificial tem sido discutido de forma ampla em todo o mundo, inclusive no setor de saúde. "Com avanços nas discussões sobre o uso de inteligência artificial em saúde, experiências em centros de pesquisas, assim como no caso de regulamentação, é importante entender o panorama atual sobre como esse debate se reflete no uso de tecnologias em saúde", disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

David Xavier da Silva

Coordenador-Geral de Inovação em Saúde Digital do Ministério da Saúde

Giovanni Guido Cerri

Presidente do INOVA HC (In. Lab)

Miriam Wimmer

Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

Frederico Borges

Superintendente de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira de Planos de Saúde

Walquiria Favero

Consultora jurídica, professora e pesquisadora no Centro de Ensino Pesquisa e Inovação da FGV Direito SP

Felipe Cabral

Coordenador do Grupo de Trabalho de Tecnologia e Informação em Saúde da Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHP)

Maurício Cerri

Superintendente de Tecnologia e Inovação da UNIMED do Brasil

---

## **49. Atualização da legislação visando à preparação, prevenção e resposta às ameaças e emergências em saúde pública**

Data da reunião: 07/12/2023

Requerimento nº 258/2023 CSAUDE, do Deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO).

A audiência teve como objetivo discutir questões relacionadas aos setores produtivos da indústria, comércio e transportes, com ênfase na necessidade de aprimorar a legislação para situações de emergências à saúde, como as ocorridas durante a pandemia de covid-19, bem como para situações de desastres naturais, como as enchentes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.



Os setores da indústria, comércio e transportes desempenham papéis fundamentais na economia brasileira. O setor produtivo enfrentou desafios sem precedentes durante a pandemia, como a interrupção das cadeias de suprimentos, o fechamento temporário de empresas e a necessidade de adaptar-se rapidamente a protocolos de segurança para proteger os trabalhadores e a população em geral. Além disso, desastres naturais, como enchentes, continuam sendo uma ameaça em várias regiões do Brasil. A colaboração entre o setor produtivo e as autoridades governamentais é essencial para garantir uma resposta eficaz a essas emergências.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados  
Câmara dos Deputados

### Expositores:

**Claudio Patrus de Campos Bello**

Especialista da Gerência Executiva de Saúde e Segurança do Trabalho do SESI

**Francisco Hostins Júnior**

Conselheiro da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina

**Jamile Antunes**

Gerente-Executiva de Operação Finalística da Confederação Nacional dos Transportes

## 50. Instituição do Dia dos Profissionais do SAMU

Data da reunião: 07/12/2023

Requerimento nº 290/2023 CSAUDE, do Deputado Yury do Paredão (PL-CE).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir a criação do Dia dos Profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), a ser comemorado em 29 de setembro.

O debate foi proposto pelo Deputado Yury do Paredão (sem partido-CE), autor do Projeto de Lei 2585/2023, que sugere a criação da data comemorativa. Ele lembrou que o SAMU foi instituído há 20 anos, no dia 29 de setembro de 2003, por meio da Portaria nº 1.864/03, do Ministério da Saúde.

"Os profissionais do SAMU desempenham um relevante papel na saúde pública do País, atendendo emergências médicas e salvando vidas diariamente. Isso foi salientado durante a grave crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19", destacou.

"O reconhecimento público de sua importância para a sociedade pode aumentar a motivação desses profissionais e incentivar a busca pela melhoria contínua dos serviços prestados pelo SAMU", defendeu o deputado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Francisco Nilson Maciel Mendonça Filho  
Superintendente do SAMU-CE

Victor Leonardo Arimatéia Queiroz  
Diretor-geral do SAMU-DF

Vanessa Rocha da Silva  
Gestora do SAMU-DF

Rangel Fernandes  
Coordenador de Saúde do Gabinete da Deputada Distrital Dayse Amarílio

Jorge Vianna  
Deputado Distrital

---

## 51. Benefícios da readequação de velocidades nas cidades brasileiras

Data da reunião: 12/12/2023 (conjunta com a Comissão de Viação e Transportes - CVT)

Requerimentos nº 128/2023 CVT, do Deputado Juninho do Pneu (União-RJ); e nº 273/2023 CSAUDE, da Deputada Sílvia Cristina (PL-RO).

As Comissões de Saúde e de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados debateram os benefícios da readequação de velocidades nas cidades brasileiras.

Os pedidos para realização da audiência foram apresentados pelo Deputado Juninho do Pneu (União-RJ) e pela Deputada Sílvia Cristina (PL-RO). Eles lembraram que a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) elegeu o planejamento urbano como instrumento essencial para o desenvolvimento sustentável das cidades, definindo, em suas diretrizes, a “prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados”.

Segundo os autores dos requerimentos, apesar da legislação federal, as cidades seguem priorizando carros em seu planejamento, sem integrar de

maneira efetiva o transporte público, gerando altos custos ambientais, sociais, econômicos e políticos. "As vias das cidades não são amigáveis para quem caminha ou pedala, e a velocidade e o volume de tráfego atuam como barreiras que impedem ou dificultam significativamente os deslocamentos locais a pé ou de bicicleta", argumentaram.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Câmara dos Deputados

Expositores:

**Letícia de Oliveira Cardoso**

Diretora do Departamento de Análises Epidemiológicas e Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde

**Adrualdo de Lima Catão**

Secretário Nacional de Trânsito

**Marcos Daniel Souza dos Santos**

Diretor do Departamento de Regulação da Mobilidade e Trânsito Urbano da Secretaria Nacional de Mobilidade

**Rodrigo Ribeiro**

Representante da Organização Nacional de Segurança Viária (ONSV)

Bruno Rizzon  
Representante da WRI Brasil

Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho  
Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Victor Pavarino  
Oficial Técnico em Segurança Viária e Prevenção de Lesões Não-Intencionais da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS)

---

## 52. Ações e políticas públicas sobre trombose venosa profunda e embolia pulmonar

Data da reunião: 14/12/2023

Requerimento nº 224/2023 CSAUDE, do Deputado Dr. Zacharias Calil (União-  
GO).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para discutir ações e políticas públicas sobre trombose venosa profunda (TVP) e embolia pulmonar (EP), principais causas de mortalidade por

doenças cardiovasculares.

"A TVP é caracterizada pela formação de coágulos sanguíneos nas veias profundas, geralmente nas pernas. Esses coágulos podem obstruir o fluxo sanguíneo, causando dor, inchaço e vermelhidão na região afetada. No entanto, o maior risco associado à TVP é a possibilidade de o coágulo se desprender e migrar para os pulmões, causando uma embolia pulmonar", explicou o Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO), que solicitou a realização do debate.

"Estima-se que a TVP afete cerca de 1 a 2 em cada 1.000 pessoas a cada ano, enquanto a EP é responsável por aproximadamente 10% das mortes hospitalares nos Estados Unidos", afirmou.

Diante da relevância dessas condições, Calil disse que é fundamental promover uma discussão ampla e abrangente sobre a prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento e o acompanhamento dos pacientes com TVP e EP. "Além disso, é necessário abordar questões relacionadas à conscientização da população, à capacitação dos profissionais de saúde e ao acesso aos medicamentos e tratamentos adequados."

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Joyce Maria Annichino-Bizzacchi

Presidente da Sociedade Brasileira de Trombose e Hemostasia

Cyrillo Cavalheiro Filho

Presidente Emérito da Sociedade Brasileira de Trombose e Hemostasia

Luciana Dutra

Paciente

## 53. Violência contra as mulheres com deficiência: enfrentamentos, desafios e políticas públicas de proteção e cuidado

Data da reunião: 19/12/2023 (conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD - e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher - CMULHER)

Requerimentos nº 65/2023 CPD, da Deputada Andreia Siqueira (MDB-PA); nº 105/2023 CMULHER, da Deputada Lêda Borges (PSDB-GO); e nº 308/2023 CSAUDE, da Deputada Iza Arruda (MDB-PE).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência realizou audiência pública, em conjunto com as Comissões de Saúde e de Defesa dos Direitos da Mulher, para discutir o enfrentamento da violência contra as mulheres com deficiência, os desafios e as políticas públicas de proteção e cuidado.

O debate foi sugerido pelas Deputadas Iza Arruda (MDB-PE), Andreia Siqueira (MDB-PA) e Lêda Borges (PSDB-GO), que justificaram a importância da

discussão ao citar conclusões extraídas do Atlas da Violência. "Este estudo, adotando abordagem demográfica e categorização segundo gênero, faixa etária e natureza da deficiência, revelou, de maneira inequívoca, que as mulheres com deficiência, notadamente aquelas inseridas em estratos sociais e econômicos vulneráveis, encontram-se suscetíveis a índices substanciais de violência", explicaram.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Expositores:

### Anna Paula Feminella

Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

### Pagu Rodrigues

Coordenadora-Geral de Prevenção de Violência contra as Mulheres da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Ministério das Mulheres

### Monica Alves Silva

Coordenadora de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

### Marivaldo de Castro Pereira

Secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública

### Neusa Maria

Coautora do Projeto Eu Me Protejo e Fundadora/Coordenadora da Frente Nacional de Mulheres com Deficiência

### Tereza Nelma

Ex-Deputada Federal, psicóloga e especialista em educação especial

### Rosana Lago

Fundadora e coordenadora da Frente Nacional das Mulheres com Deficiência

---



## 54. Importância da Apae para as pessoas com deficiência

Data da reunião: 19/12/2023

Requerimento nº 317/2023 CSAUDE, do Deputado Zé Vitor (PL-MG).



Câmara dos Deputados

A audiência pública discutiu a importância da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) no atendimento das pessoas com deficiência intelectual ou múltipla. O Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, considerando a população com idade igual ou superior a dois anos, segundo estimativas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022.

A Federação Nacional das Apaes, ou Apae Brasil, é a maior rede de apoio às pessoas com deficiência intelectual ou múltipla. O movimento da Apae surgiu através da necessidade de prestar assistência às pessoas com esses tipos de deficiências. Busca soluções alternativas para que seus filhos alcancem condições de serem incluídos na sociedade, com garantia de direitos como qualquer outro cidadão. A realização da audiência trouxe luz ao tema e proporcionou o debate e a busca de novas soluções.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Expositores:

**Jarbas Feldner de Barros**

Presidente Eleito da APAE Brasil

**Eliane Pereira dos Santos**

Assessora Técnica de Saúde da APAE Brasil

**Arnaldo Silva**

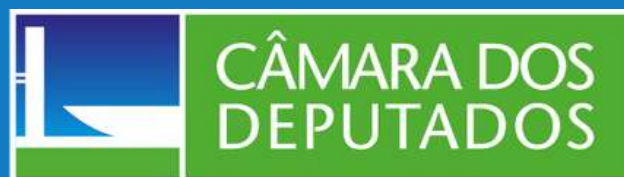
Deputado Estadual (UNIÃO-MG)

**Arthur de Almeida Medeiros**

Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde

---

Comissão de Saúde



# REUNIÕES DE COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO

## Comparecimento da ministra da Saúde

Data da reunião: 19/04/2023 (conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CIDOSO)

Requerimentos nº 1/2023 CSAUDE, da Deputada Adriana Ventura (Novo-SP); nº 6/2023 CSAUDE, da Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ); nº 26/2023 CSAUDE, da Deputada Ana Paula Lima (PT-SC); nº 44/2023 CSAUDE, do Deputado Luciano Vieira (PL-RJ); nº 50/2023 CSAUDE, do Deputado Dr. Jaziel (PL-CE); e nº 3/2023 CIDOSO, do Deputado Aliel Machado (PV-PR).



Câmara dos Deputados

As Comissões de Saúde e de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados promoveram reunião conjunta, com a presença da ministra da Saúde, Nísia Trindade. O objetivo foi a apresentação das prioridades da pasta em 2023. O convite atendeu a requerimentos apresentados pelas Deputadas Adriana Ventura (Novo-SP), Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Ana Paula Lima (PT-SC) e pelos Deputados Luciano Vieira (PL-RJ), Dr. Jaziel (PL-CE) e Aliel Machado (PV-PR).

"Para que a ministra possa apresentar o quadro geral encontrado de problemas na pasta, os desafios a serem enfrentados, e as ações que serão implementadas pelo Ministério da Saúde visando garantir o acesso à população brasileira nas ações e serviços de saúde no país", justificou a Deputada Ana Paula Lima.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Comparecimento do ministro das Cidades

Data da reunião: 14/06/2023

Requerimentos nº 69/2023, nº 103/2023 e nº 139/2023 CSAUDE, da Deputada Adriana Ventura (Novo-SP).



Câmara dos Deputados

O ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho, afirmou aos deputados integrantes da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados que os dois decretos sobre saneamento básico editados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva apenas deram mais prazo para os municípios e os estados se adequarem ao Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020). Os decretos evitaram, segundo ele, que centenas de cidades ficassem impedidas de receber recursos públicos. A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de

Decreto Legislativo nº 98/2023, que suspende os dois decretos, com a alegação de que extrapolaram o que diz a lei. O projeto atualmente está em análise no Senado.

Na Câmara, a argumentação foi que, segundo o ministro, cerca de 30 milhões de pessoas que moram em 1.113 municípios ficariam prejudicadas a partir de abril de 2023 caso os decretos não tivessem sido editados. Os decretos ampliaram o prazo para a comprovação da capacidade econômico-financeira das empresas que prestam serviços para essas cidades. Jader Filho disse ainda que outro prazo ampliado vai permitir que 2.208 municípios se adequem aos critérios de regionalização dos serviços. Caso contrário, essas cidades ficariam impossibilitadas de receber recursos públicos para serviços de saneamento, principalmente em Minas Gerais, Acre, Pará e Tocantins.

O ministro destacou que os estudos para esses processos podem levar cerca de três anos. Por isso, há necessidade de aumentar a transição para o novo sistema, que exige a licitação para a concessão de serviços de saneamento.

Para a Deputada Adriana Ventura (Novo-SP), que solicitou a audiência com o ministro, o governo privilegiou o setor público. “É claro que nós temos algumas exceções, mas as empresas estatais que cuidam são ineficientes. Não tiveram êxito, não resolveram o problema. Tem muito exemplo de má gestão, muito exemplo de não atender critério econômico... E não vai atender nem se der dez anos de prazo”, disse ela. Em resposta, o Deputado Joseildo Ramos (PT-BA) afirmou que o serviço público sempre será necessário porque existem regiões que não interessam ao setor privado, principalmente nas áreas rurais.

Já o ministro Jader Filho disse que o governo tem compromisso apenas com a universalização dos serviços até 2033, como indica a lei. “O que nós queremos é investimento — seja do setor público, seja do setor privado. Não existe solução única. E aí vou falar um pouco da região Nordeste. Por exemplo: você levar uma adutora a 70 quilômetros, cujo sistema não fica de pé com o setor privado. Quem vai fazer esse investimento? O setor privado?”, questionou.

O Deputado Domingos Sávio (PL-MG) afirmou que as medidas tomadas pelos decretos são importantes, mas poderiam ter sido feitas por medida provisória para evitar que os prazos fossem facilmente prorrogados. “O meu temor é que, quando você trata esta matéria por decreto, amanhã o senhor, o presidente Lula, o governo vai ser pressionado para fazer outro, para prorrogar de novo. A gente conhece como isso funciona no Brasil”, disse Sávio.

O ministro das Cidades afirmou que os novos decretos também ampliam as possibilidades de ação do setor privado com parcerias público-privadas. Ele ainda explicou que o governo vai priorizar, no apoio aos processos de concessão, os modelos que visem à menor tarifa com o menor tempo de universalização. Ou seja, o valor da outorga ficará em segundo plano. O País não atende com água potável mais de 36 milhões de pessoas e os serviços de saneamento não chegam a 96 milhões.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Comparecimento da ministra da Saúde

Data da reunião: 13/09/2023 (conjunta com a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família - CPASF)

Requerimentos nº 137/2023 CSAUDE, do Deputado Osmar Terra (MDB-RS); nº 158/2023 CSAUDE, do Deputado Luiz Ovando (PP-MS); nº 38/2023 CPASF, das Deputadas Chris Tonietto (PL-RJ), Clarissa Tércio (PP-PE), Franciane Bayer (REPUBLICANOS-RS) e dos Deputados Filipe Martins (PL-TO) e Pastor Eurico (PL-PE).



Câmara dos Deputados

As Comissões de Saúde e de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados receberam a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

A Deputada Chris Tonietto (PL-RJ) queria informações sobre resolução de julho de 2023 do Conselho Nacional de Saúde para definir as "orientações estratégicas para o Plano Plurianual (PPA) e para o Plano Nacional de Saúde (PNS), de 2024 a 2027". "A resolução orienta a repartição de competências entre os Poderes e a execução de políticas públicas que se relacionam com 'a legalização do aborto e a legalização da maconha no Brasil'. Tais objetivos, além de implicarem em perigosa intromissão em matérias que dizem respeito exclusivamente ao Congresso Nacional, também atacam frontalmente direitos fundamentais, como é o caso do direito à vida e à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral de crianças e adolescentes", ressaltou a deputada.

O Deputado Osmar Terra (MDB-RS) queria esclarecimentos da ministra a respeito de entrevista na qual ela teria falado sobre a possível punição a médicos contrários a vacinas. "É importante a ministra esclarecer esse fato inusitado, porque pela primeira vez na história do nosso País um ministro da Saúde se dispõe a formar um grupo de trabalho para penalizar profissionais da área que possuem divergências de opinião", justificou o deputado no requerimento.

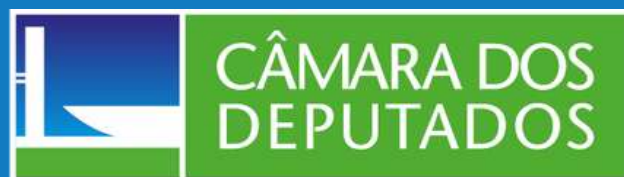
Já o Deputado Dr. Luiz Ovando (PP-MS) esperava respostas sobre o não empenho de emendas parlamentares e o não pagamento de emendas empenhadas em um nível que garantisse o adequado custeio da Média e Alta Complexidade (MAC) durante o corrente ano.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

---



Comissão de Saúde



# EVENTOS TÉCNICOS

---



## Diálogos com Saúde

A iniciativa "Diálogos com Saúde", proposta pela Deputada Silvia Cristina (PL-RO) por meio do Requerimento nº 96/2023 CSAUDE, representou uma abordagem inovadora da Comissão de Saúde. Esses diálogos buscaram abordar as duas principais *causas mortis* no país: as doenças cardiovasculares e o câncer.

As reuniões, presididas pela Deputada Silvia Cristina, foram agendadas para ocorrer das 8 às 9 horas, às quartas-feiras, antecedendo as reuniões deliberativas regulares da Comissão. A programação contou com a participação ativa da sociedade médica especializada, médicos especialistas, profissionais da área, entidades representativas e o poder público.

Participaram da iniciativa as Frentes Parlamentares ligadas à Saúde: Frente Parlamentar Mista em prol da luta contra o câncer; Frente Parlamentar Mista em prol do combate às doenças cardiovasculares; Frente Parlamentar Mista em prol da saúde 4.0 e do acesso e uso racional de equipamentos e dispositivos médicos.

# 1. Financiamento em oncologia

Data do evento: 10/05/2023

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu palestra para abordar o financiamento em oncologia. O evento contou com a presença do Dr. Nelson Teich, ex-ministro da Saúde, que trouxe uma análise sobre os desafios e necessidades do sistema de saúde brasileiro na abordagem da segunda causa *mortis*, o câncer.

Dr. Teich alertou que “vai ser impossível tratar de uma coisa complexa como o câncer se o sistema todo não funcionar bem”, e criticou a existência de projetos que “são perfeitos no papel, mas nunca acontecem na prática”. O ex-ministro destacou a necessidade de uma abordagem sistêmica, que inclua financiamento adequado e gestão eficiente, para que as ações propostas realmente cheguem à sociedade.

Convidado:

Nelson Luiz Sperle Teich

Médico oncologista, consultor em saúde e ex-Ministro da Saúde

---

## 2. Tributação de tecnologias em saúde no Brasil

Data do evento: 17/05/2023

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu palestra para abordar o tributação no setor de saúde, à luz das discussões da reforma tributária. Fernando Silveira destacou a complexidade da cadeia produtiva da saúde, que atualmente é alvo de elevada carga tributária, amenizada por meio de isenções tributárias e convênios. Defendeu que na reforma tributária deve-se reconhecer a essencialidade do setor, sugerindo a adoção de alíquotas favorecidas.

Renato Benine explicou como se dá, de modo geral, a tributação do setor farmacêutico. Lembrou que o regime diferenciado de tributação do setor saúde não é exclusividade no Brasil, e defendeu que a reforma tributária não

deve gerar aumento na carga do setor, o que poderia ter implicações para o Estado e para a população.

Já Bruno Sobral afirmou acreditar que a reforma tributária é a política pública mais importante a ser implementada atualmente no Brasil, devido a seu potencial impacto no crescimento do Produto Interno Bruto. Também destacou que a reforma não deve criar efeito negativo para o setor de saúde, que tem relevante importância para a produtividade no Brasil.

Convidados:

Fernando Silveira

Presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde

Renato Benine

Gerente de relações institucionais do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos

Bruno Sobral

Diretor-executivo da Confederação Nacional de Saúde

---

### 3. O cenário atual do câncer

Data do evento: 24/05/2023

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu evento técnico para apresentar o cenário atual do Câncer no Brasil. A reunião foi mediada pelo Deputado Weliton Prado (SOLIDARIEDADE/MG).

Médico oncologista, o Dr. Igor Morbeck trouxe dados epidemiológicos acerca do câncer no Brasil e no mundo, com destaque especial para taxas de mortalidade e de incidência da doença. Ressaltou principalmente os cânceres de próstata, mama, pulmão, cólon e reto, e estômago, que frequentemente são diagnosticados tardiamente. Lembrou da subnotificação de casos e da dificuldade de acesso dos pacientes ao diagnóstico precoce e tratamento no Brasil. Reiterou a necessidade de investimentos em pesquisa e inovação.

Convidado:

Igor Morbeck

Médico oncologista, professor, palestrante e pesquisador

## 4. Prevenção das doenças cardiovasculares na Atenção Primária à Saúde

Data do evento: 31/05/2023

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu debate sobre a prevenção das doenças cardiovasculares na Atenção Primária à Saúde.

A especialista convidada, Dra. Juliane Seabra Garcez, cardiologista pelo Instituto do Coração (Incor-USP) e membro da Sociedade Brasileira de Cardiologia Regional de Sergipe, apontou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, que mostram que desde a década de 1990 as doenças vasculares são a maior causa de morte no Brasil. Apresentou, ainda, informações do cardiômetro, indicador do número de mortes por doenças cardiovasculares no País, criado pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, que registrou mais de 165 mil mortes em 2023. De acordo com a cardiologista, a hipertensão e o tabagismo são os líderes de fatores de risco que podem provocar o acometimento cardiovascular. Por isso, apresentou estudos que comprovam que adoções de hábitos saudáveis funcionam como prevenção das doenças e podem reduzir em até 50% o risco de desenvolvê-las. Dados do IBGE também foram utilizados para demonstrar a disparidade dos atendimentos ofertados pelo SUS e pela saúde suplementar aos pacientes com doenças cardiovasculares. A palestrante explicou que 70% dos brasileiros são dependentes do SUS, cuja maior concentração é no Norte e Nordeste. Explicou que o índice de mortalidade no SUS é de 12,2% e no privado 6,2%. Por isso, defendeu que a prevenção das doenças pode contribuir para reduzir a disparidade desses dados.

Convidada:

Juliane Seabra Garcez

Médica cardiologista e membro da Sociedade Brasileira de Cardiologia – Regional Sergipe.

---

## **5. A importância do Complexo Econômico-Industrial da Saúde para ampliação do acesso a tecnologias em saúde no Brasil**

Data do evento: 21/06/2023

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e as frentes parlamentares ligadas à saúde realizaram debate sobre a importância do Complexo Econômico-Industrial da Saúde para a ampliação do acesso a tecnologias em saúde no Brasil. O objetivo é expandir a produção nacional de itens prioritários para o SUS e reduzir a dependência do Brasil de insumos, medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde. Para os especialistas convidados, ter um complexo industrial é fundamental para que o país tenha maior sustentabilidade em relação à saúde.

Convidados:

Marcelo Ramos  
Ministério da Saúde

Fernando Silveira  
Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (ABIMED)

Carlos Eduardo  
Diretor da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII)

Igor Cavet  
Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

Nelson Mussolini  
Presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma)

---

## 6. Debate sobre o câncer colorretal

Data do evento: 23/08/2023

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu debate sobre o câncer colorretal. De acordo com o especialista convidado, Dr. Marcos Santos, presidente da Sociedade Brasileira de Auditoria Médica, o câncer colorretal representa o terceiro tumor mais frequente, depois do câncer de pulmão, e o que traz maior mortalidade. Por isso, ele chamou atenção para a importância do diagnóstico precoce como um fator chave para aumentar a curabilidade e reduzir os custos associados ao tratamento. Destacou que a chance de cura quando o tumor é detectado em estágio inicial é de 90% dos pacientes. Já quando há invasão linfática, a cura apresenta uma queda entre 50 a 60%. Reforçou que realizar testes quantitativos em uma população, com foco na faixa etária de 50 a 75 anos – em que há o maior risco de desenvolvimento de câncer colorretal – resultaria em economia de recursos para o SUS em médio prazo. Também explicou que atualmente são empregadas três estratégias descritas na literatura para a detecção do câncer colorretal. Duas delas envolvem a busca por pequenas moléculas de hemoglobina nas fezes, antes que seja perceptível a olho nu (abordagem qualitativa), e a colonoscopia, um procedimento de custo elevado e indisponível no SUS.

Convidado:

**Marcos Santos**

Presidente da Sociedade Brasileira de Auditoria Médica

---

# 7. Tecnologia e inovação para Terapia Renal Substitutiva

Data do evento: 20/09/2023

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu evento sobre tecnologia e inovação para terapia renal substitutiva. Mediaram o debate a Deputada Silvia Cristina (PL/RO) e o Deputado Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP).

De acordo com o Dr. Poli de Figueiredo, há uma epidemia oculta de doença renal crônica, que em seus estágios avançados leva à necessidade de terapia renal substitutiva. Ressaltou que o uso da hemodiafiltração de alto volume resulta em menor mortalidade, especialmente a cardiovascular, que a hemodiálise convencional.

O Dr. Mário Ernesto trouxe ao debate o uso das tecnologias para facilitar o tratamento de pacientes em hemodiálise, destacando como exemplo o acesso remoto em diálise peritoneal.

Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, o Dr. José Moura Neto reforçou que, apesar dos grandes avanços nas tecnologias para a nefrologia, há uma demora na incorporação dessas tecnologias pelo SUS. Lembrou também que mesmo as tecnologias básicas já incorporadas nem sempre estão disponíveis a todos os usuários dos serviços públicos de saúde.

Por fim, Arthur Neto, influenciador digital e paciente renal defendeu a ampliação do uso da hemodiafiltração e manifestou preocupação com a redução do número de nefrologistas no Brasil.

Convidados:

Carlos Eduardo Poli de Figueiredo

Médico nefrologista e professor titular de medicina na PUCRS

Mário Ernesto

Médico Nefrologista

José Moura Neto

Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN)

Arthur Neto

Influenciador digital e paciente dialítico



# 8. Regulação dos estudos *in silico* no Brasil para desenvolvimento de dispositivos médicos

Data do evento: 04/10/2023

A Comissão de Saúde promoveu um debate sobre a necessidade de regulação dos estudos *in silico* no Brasil para o desenvolvimento de dispositivos médicos, conduzido pela Deputada Silvia Cristina (PL-RO).

O convidado Luiz Carlos Maia Ladeira discorreu sobre a importância dos modelos computacionais e de simulações, que podem complementar o rol de evidências gerados por outros testes diagnósticos. Ressaltou ainda que há uma perspectiva de crescimento nos investimentos nesse tipo de tecnologia. E, por fim, ressaltou a proposta de se trazer para o Brasil a harmonização global para aceitação de evidências digitais geradas por métodos *in silico*.

Hugo Luiz Oliveira trouxe um relato de pesquisa científica em que foi realizada a modelagem *in silico* da válvula aórtica de Wheatley, permitindo que fosse reproduzido, com precisão, o comportamento real dessa válvula.

Já Alessandro Nascimento, representante da Anvisa, relatou que a agência já avalia modelos computacionais em processos regulatórios. Destaca, todavia, que esses modelos ainda são incipientes, principalmente no que diz respeito à harmonização global. Reiterou que há disposição da Anvisa para regular esse tipo de tecnologia para saúde, levando-se sempre em conta a segurança do dispositivo médico e a sua performance para o usuário final.

Convidados:

Luiz Carlos Maia Ladeira

Mestre e Doutor em Biologia Celular e Estrutural pela Universidade Federal de Viçosa

Hugo Luiz Oliveira

Professor e Pesquisador da UNICAMP

Alessandro Nascimento

Coordenador de Pesquisas Clínicas de Produtos para a Saúde da ANVISA

## 9. Impactos das doenças cardiovasculares na saúde dos homens e tecnologias para diagnóstico e tratamento

Data do evento: 22/11/2023

A Comissão de Saúde debateu os impactos das doenças cardiovasculares na saúde dos homens e tecnologias para diagnóstico e tratamento. O evento foi mediado pela Deputada Silvia Cristina (PL-RO) e pelo Deputado Weliton Prado (SOLIDARIEDADE-MG).

Ricardo Alkmim destacou especialmente as arritmias cardíacas, responsáveis por cerca de 300 mil mortes/ano no país e que afetam especialmente a população em idade produtiva. Afirmou que as tecnologias mais modernas para seu tratamento não estão amplamente disponíveis aos brasileiros e reforçou que seu custo é elevado e o reembolso pelo SUS aos serviços conveniados é insuficiente.

A exposição do convidado Fábio Pitta teve como foco as doenças cardiovasculares, principal causa de mortalidade no Brasil. Destacou a necessidade de prevenção, com redução dos fatores de risco, e também do diagnóstico precoce e do tratamento adequado.

Representante do Ministério da Saúde, Rodrigo Cariri lembrou que a pandemia de covid-19 teve um grande impacto na prevenção e no tratamento das doenças cardiovasculares. Ressaltou que o governo tem trabalhado para recompor o orçamento do SUS e os pagamentos de serviços especializados. Reconheceu que há ainda entraves na atenção secundária, de média complexidade e reiterou o compromisso do ministério com a criação da Política Nacional de Atenção Especializada.

Convidados:

**Ricardo Alkmim Teixeira**

Cardiologista do InCor/HCFMUSP; Conselheiro e Presidente 2020/2021 da Sociedade Brasileira de Arritmias Cardíacas (SOBRAC)

**Fábio Pitta**

Médico do Programa de Cardiologia do Hospital Israelita Albert Einstein; Médico assistente da Unidade de Aterosclerose do InCor-HCFMUSP

**Rodrigo Cariri**

Coordenador Geral de Atenção Especializada - Ministério da Saúde.

# Fóruns

## 1. VII Fórum Nacional de Saúde Ocular

Data do evento: 15/06/2023

Requerimento nº 28/2023 CSAUDE, do Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde realizou o VII Fórum Nacional de Saúde Ocular com o tema: “Saúde Ocular no SUS: onde estamos e onde queremos chegar”.

“Decisões importantes sobre o acesso da população brasileira aos cuidados com a saúde ocular acontecem no Poder Legislativo. Por isso, é fundamental que deputados e senadores estejam a par das tendências em médio e longo prazo das causas de baixa visão e cegueira e das possíveis alternativas para ampliação do acesso da população ao atendimento oftalmológico”, assinalou o presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), Cristiano Caixeta Umbelino.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

**Cristiano Caixeta Umbelino**

Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia

**Marcos Pereira Ávila**

Membro do Conselho de Diretrizes e Gestão do Conselho Brasileiro de Oftalmologia

**Frederico Pena**

Tesoureiro do Conselho Brasileiro de Oftalmologia

**Wilma Lelis**

Secretária do Conselho Brasileiro de Oftalmologia

**Rodrigo Cariri**

Coordenador-Geral de Assistência Especializada do Ministério da Saúde

---

## **2. Fórum Diabetes em foco: compreendendo e gerenciando a doença**

Data do evento: 07/11/2023

Requerimento nº 161/2023 CSAUDE, da Deputada Flávia Morais (PDT-GO).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu o fórum “Diabetes em Foco: compreendendo e gerenciando a doença”.

O pedido para realização do debate foi apresentado pela Deputada Flávia Moraes (PDT-GO). Ela lembrou que, atualmente, uma em cada 10 pessoas vive com diabetes no Brasil. Em 2019, o País foi classificado como o 5º com maior número de pessoas com a doença no mundo: 16,8 milhões.

“O rastreamento precoce do diabetes é de extrema importância. O atraso nesse entendimento pode aumentar o risco de consequências negativas da doença e suas complicações, bem como o aumento dos custos da saúde pública”, alertou a deputada.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

#### Expositores:

**Jaqueline Correia**

Presidente Instituto Diabetes Brasil

**Mark Barone**

Coordenador-Geral do Fórum Intersetorial para Combate às DCNTs no Brasil

**Karla Melo**

Coordenadora do Departamento de Saúde da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD)

**Fadlo Fraige**

Presidente da Associação Nacional de Atenção ao Diabetes (ANAD)

**Clicia de Moraes Vieira Santos**

Pedagoga

**Lucia Xavier**

Coordenadora da Advocacia da Associação Diabetes Juvenil (ADJ)

**Lyvia Raphaela Rodrigues de Melo**

Publicitária

**Flávia Franca Melo**

Médica endocrinologista da Secretaria de Saúde do DF

**Wesclei Pinheiro Mouzinho de Lima**

Enfermeiro especialista em Infectologia

**Anna Patrícia Silva**

Advogada

**Cândido Rocha**

Advogado

**Levimar Araujo**

Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD)

**Solange Travassos**

Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD)

**Renato Galvão Redorat**

Médico

**Michely Arruda**

Presidente da Associação Doce Vida

**Ana Carolina Torelly**

Advogada e influenciadora digital

**Natália Almeida**

Psicóloga

**Roberta Falleiros**

Medica endocrinologista

**Hermelinda Pedrosa**

Vice-Presidente da Federação Internacional de Diabetes

---

# Seminários

## 1. Integração dos centros e unidades especializadas em oncologia

Datas do evento: 29, 30 e 31/08/2023 (em conjunto com a Comissão Especial destinada a acompanhar as ações de combate ao câncer no Brasil) Requerimentos nº 10/2023 e nº 48/2023 CECANCER, da Deputada Silvia Cristina (PL-RO); e nº 195/2023 CSAUDE, da Deputada Silvia Cristina (PL-RO).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde e a Comissão Especial de Combate ao Câncer no Brasil realizaram o Seminário com o tema “Integração dos centros e unidades especializadas em oncologia”.

Os debates abordaram o acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento, além das tecnologias usadas na oncologia.

Os painéis do seminário, apresentados durante os três dias do evento, discutiram sobre a integração das Unidades de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon) e dos Centros de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon), abordaram a prevenção, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação, incluindo a radioterapia, quimioterapia e cirurgia, além das inovações tecnológicas em saúde para a oncologia. Entre os pontos levantados, estava a dificuldade de acesso da população mais carente aos tratamentos existentes.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expositores:

Deputado Federal Weliton Prado

Presidente da CECANCER

Deputado Federal Zé Vitor

Presidente da CSAUDE

Helvécio Miranda

Secretário de Atenção Especializada do Ministério da Saúde

Fernando Silveira

Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (ABIMED)

Marlene Oliveira

Presidente do LAL

Senador Dr. Hiran

Karoliny Evangelista de Moraes Duque

Secretária de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde

Fernando Albuquerque

Coordenador Nacional de Câncer do Ministério da Saúde

Itamar Bento Claro

Chefe da Divisão de Detecção Precoce do Instituto Nacional do Câncer

Igor Morbeck

Médico oncologista

Francisco Carlos Neves

Superintendente do Instituto Ronald McDonald



Anelisa Kruschewsky

Presidente Eleita da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC)

Héber Salvador de Castro Ribeiro

Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC)

Nivaldo Barroso de Pinho

Presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição Oncológica

Mariana Petitto Cardoso

Nutricionista oncológica

Andrea Cappellno

Presidente da Sociedade Latino-americana de Oncologia Pediátrica (SLAOP)

Neviçolino Pereira de C. Filho

Presidente Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (SOBOPE)

Deputado Federal Dr. Frederico

Médico oncologista

Lígia Pimentel

Diretora Senior de Relações Governamentais da Varina Medical Systems Brasil

Daniel Grossi Marconi

Representante do Hospital de Amor

Marcus Simões

Presidente da Sociedade Brasileira de Radioterapia (SBRT)

Denis Szejnfeld

Presidente da Sociedade Brasileira de Instrumentação Cirúrgica (SOBRIC)

José Francisco Comenalli

Presidente da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH)

David Baldwin

Universidade de Nottingham

Debora Telesio

Vice-Presidente Senior - América do Sul - Elekta

Luiz Sérgio Pereira Grillo Junior

Diretor da Sociedade Brasileira de Radiologia Intervencionista e Cirurgia Endovascular (SOBRICE)

Sergio Eduardo Alonso Araújo  
Hospital Israelita Albert Einstein

Maurício Azevedo  
Gerente de Assuntos Médicos da Johnson & Johnson

Manuel Coelho  
Líder para Inovações da Siemens Healthineers

Suzane Holden  
Vice President Corporate Accounts

---

## 2. XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional

Datas do evento: 19 e 20/09/2023 (em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial - CDMIR; a Comissão de Educação - CE; a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher - CMULHER; e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais - CPOVOS)

Requerimentos nº 191/2023 CSAUDE, da Deputada Daiana Santos (PCdoB-RS); nº 91/2023 CDHMIR, da Deputada Erika Hilton (Psol-SP); nº 118/2023 CE, da Deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP); nº 43/2023 CMULHER, das Deputadas Erika Hilton (Psol-SP) e Fernanda Melchionna (Psol-RS); nº 42/2023 CPOVOS, das Deputadas Célia Xakriabá (Psol-MG) e Erika Hilton (Psol-SP).

As discussões do XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional tiveram como foco a reconstrução das políticas públicas efetivas, eficientes, democráticas e cidadãs para a população LGBTQIA+, com coalizão para enfrentamento da LGBTfobia e da violência, por emancipação social, emprego, educação, saúde, arte, cultura e moradia.

A população LGBTQIA+ é múltipla e diversa, assim como suas demandas. Este seminário permitiu que toda essa diversidade fosse claramente apresentada e articulada para subsidiar a discussão dos parlamentares e as ações de reconstrução das políticas de direitos humanos no Brasil.



Câmara dos Deputados



Câmara dos Deputados

## Expositores:

### Symmy Larrat

Secretária Nacional LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

### Heliana Hemetério

Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

### Mitchelle Meira

Secretaria da Cidadania e da Diversidade do Ceará

### Erisvan Guajajara

Coletivo Tybyra - Indígenas LGBTs

### Leo Ribas

Representante da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)

### Bruna Benevides

Representante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

### Thaís Emília de Campos dos Santos

Presidente da Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI)

### Gustavo Ribeiro

Representante da Luminare

### Brune Bonassi

Representante da Articulação Brasileira Não-Binare (ABRANB)

### Santiago Rodrigues

Representante do Coletivo de Famílias de Pessoas Trans (Coletivo Afete)

### Tathiane Araújo

Diretora da Rede Trans Brasil

### Lucas Costa Almeida

Procurador da República

### Natasha Avital

Representante da Frente Bissexual Brasileira

### Rudá Alves

Representante do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)

**Gabriel Borba**

Representante da OAB-DF

**Gui Mohallem**

Representante do Vote LGBT

**Thabatta Pimenta**

Vereadora Trans / RN

**Isaac Porto**

Autor do Dossiê "Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil"

**Vidda Guzzo**

Representante do Intersexo Brasil

**Ariadne Ribeiro**

Representante da UNAIDS

**Leonardo Pinho**

Representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos

**Inácio Saldanha**

Representante da Frente Bissexual Brasileira

**Diego Oliveira**

Representante da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo

**Luís Santos**

Representante da ONG Estruturação

**Puma Camilé**

Representante da Cultura Negra e Vogue

**Ruth Venceremos**

Ativista e primeira suplente de Deputada Federal

**Luis Baron**

Representante da ONG Eternamente Sou

**Arthur Santoro**

Representante do Coletivo Batekoo

**Juhlia Santos**

Representante da Akasulo

**Samantha Gregório**

Coordenadora da Frente LGBTQIA+ do Emancipa DF

**Joyce Hrabara**

Representante do Mais Diversidade

**Pauleteh Araújo**

Liderança Trans do Movimento de atingidos pelas chuvas e pela moradia digna no Litoral Norte

**Jhonatan Antonio**

Representante do Comitê de Equidades

**Hilreli Alves Soares**

Representante do Comitê de Equidades

**Jéssica Lorrane**

Embaixadora da Casa A+

**Eduardo Lima**

Representante da Associação Casulo

**Linda Brasil**

Deputada Estadual/Sergipe

**Bruna Benevides**

Representante do Conselho Nacional LGBTQIA+

**Flavia do Bonsucesso Teixeira**

Diretora de Programa da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde

**Amanda Anderson**

Representante do Ministério da Previdência

**Larissa Pankararu**

Coordenadora de Políticas para Indígenas LGBTQIA+ do Ministério dos Povos Indígenas

**Erasto Fortes Mendonça**

Coordenador-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI/ME

### 3. Políticas Públicas de Inclusão de Pessoas com Autismo

Data do evento: 27/09/2023

Requerimentos nº 199/2023, nº 227/2023 e nº 234/2023 CSAUDE, das Deputadas Dra. Alessandra Haber (MDB-PA) e Iza Arruda (MDB-PE) e dos Deputados Diego Garcia (REPUBLICANOS-PR), Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), Rafael Simões (UNIÃO-MG) e Augusto Puppio (MDB-AC).



Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde realizou o seminário para discutir políticas públicas de inclusão de pessoas com autismo. O evento contou com quatro painéis de discussão: saúde; direitos e sociedade civil; esporte, cultura, ciência e tecnologia; e educação.

A reunião foi promovida pela Subcomissão Especial para Discutir e Propor Medidas Destinadas a Políticas Públicas de Inclusão de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (SUBTEA/CSAUDE), vinculada à Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados. A presidente da Subcomissão, Deputada Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), afirmou que pelo menos 154 projetos de lei em análise na Câmara têm o transtorno do espectro autista como tema principal.

"É importante trazer subsídios para essa discussão, não apenas para propor medidas ainda não contempladas, mas também para acelerar a tramitação dessas propostas e melhorar a vida das pessoas com autismo", disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Expositores:

Deputada Dra. Alessandra Haber

Presidente da SUBTEA

Deputada Iza Arruda

Relatora da SUBTEA

Deputado Danilo Forte

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024

Raul de Paiva

Coordenador-Geral de Diversidade e Interseccionalidade, representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Fátima de Kwant

Jornalista, correspondente do Projeto Autimates na Holanda e disseminadora de informação sobre autismo na Europa

Roberta Maria da Silva

Autora do livro "Versos e Poema da Pequeninha, sob o Olhar de uma Autista" e autista

Lucas Souza Brito

Artista plástico e autista

Paloma Mendes

Terapeuta ocupacional

Saulo de Serrano e Pires

Médico pediatra, especialista em TEA e atenção básica

Dyego Costa

PhD em Ciências do Comportamento (UnB/UNT)



### Andréa Cintra Lopes

Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa)

### Leslye Sartori Iria

Médica pediatra, especialista em TEA, método ABA e idealizadora do Grupo Evolução e Neurodiversidade

### Paulo Chereguini

Doutor em educação especial e analista do comportamento, com ênfase em educação física especial no autismo

### Renata Flores Tibyriçá

Pós-doutoranda em Educação Especial pela UFSCar, coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos da Pessoa Idosa e com Deficiência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

### Carla Bertin

Especialista em direito e inclusão da pessoa com deficiência e intervenção precoce no autismo. Idealizadora do Projeto Autismo Legal

### Robson Menezes

Fundador da Liga dos Advogados que Defendem Autistas (LIGATEA)

### Flávia Marçal

Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), coordenadora do Projeto TEA da UFRA e administradora do Grupo Mundo Azul

### Andréa Bussade de Oliveira

Representante da Subsecretaria de Cuidados Especiais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, presidente do Instituto RioTEAMA

### Larissa Purvinni

Conselheira do Instituto Mauricio de Sousa

### Kadu Lins

Educador físico, especialista em psicomotricidade, diretor-geral do Instituto do Autismo e do Grupo Instituto do Movimento

### João Vitor Ferreira

Jovem autista brasileiro, primeiro campeão mundial do judô para deficientes intelectuais, o Judô DI

### Walter José Faiad de Moura

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB

### Camilla Varella

Advogada, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB

### Geraldo Peçanha

Psicanalista, pedagogo, mestre em Estudos Literários (UFPR) e doutor em Teoria Literária (UFSC)

### André Bezerra

Mestre em Educação (UFAL), especialista no método ABA

### Andréa Fonseca Farias Lobato

Psicóloga, BCBA, Doutora em Teoria e Pesquisa do comportamento

### Daniela Aguiar de Carvalho Freitas

Analista do comportamento (IEPSIS) e engenheira de redes de comunicação (UnB)

### Franklin Façanha da Silva

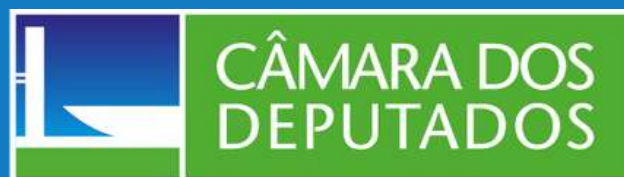
Advogado, educador e pós-graduando em ABA para autista

### Luciana Brites

CEO do Instituto Neurosaber, mestre e doutoranda em distúrbios do desenvolvimento

---

Comissão de Saúde



# EVENTOS EXTERNOS

---

# Eventos Externos

---

No ano de 2023, a Comissão de Saúde realizou 22 eventos em outras unidades da federação. Todos esses eventos – que incluíram visitas técnicas, seminários, mesas redondas – foram fruto de requerimentos apresentados por deputados membros da Comissão e aprovados pelo plenário do Colegiado. Podem ser consideradas oportunidades ímpares para os deputados e deputadas membros da Comissão vivenciarem os problemas e desafios relacionados à saúde da população e contribuem, em grande medida, para subsidiar os processos de elaboração de políticas públicas em saúde.

---

## 1. Hospitais Municipais - Rio de Janeiro/RJ

Data do evento: 16/06/2023

Requerimento nº 94/2023 CSAUDE, do Deputado Roberto Monteiro Pai (PL-RJ).

A visita técnica teve como objetivo contribuir para a identificação de eventuais problemas ou falhas no sistema de saúde local, permitindo que sejam tomadas medidas para solucioná-las e trazendo melhorias para a população do Rio de Janeiro. Para isso, foram visitados os hospitais Souza Aguiar e Rocha Maia, onde foram averiguadas as condições das unidades, assim como se as medidas necessárias para solucionar os problemas enfrentados pelos pacientes estavam sendo tomadas.

Marcaram presença o Deputado Roberto Monteiro Pai (PL-RJ) e o senhor Vitório Degli Esposti Gualandi, assessor parlamentar da Deputada Chris Tonietto (PL-RJ).

Antes de iniciar a visita às instalações, o Secretário Municipal de Saúde, o senhor Daniel Soranz, acompanhou o Deputado Roberto Monteiro Pai às instalações do Complexo Regulador Estadual, órgão responsável por garantir o acesso da população às ações e serviços de saúde oferecidos pelo Município do Rio de Janeiro, entre as quais está a gestão de leitos hospitalares.



Câmara dos Deputados

Dando início à visita, a direção do Hospital apresentou o projeto de parceria público-privada, em fase de licitação, para as áreas de gestão patrimonial, segurança, modernização dos centros de tratamento e equipamentos, que prevê um investimento total de R\$ 850 milhões.

No Hospital Souza Aguiar foram observados aspectos relativos à estrutura física da unidade, às condições de trabalho dos colaboradores, à quantidade e treinamento de profissionais em serviço. Foram realizadas entrevistas com usuários para obter a avaliação quanto ao tempo de espera e qualidade do atendimento.

A comitiva seguiu para o Hospital Rocha Maia, no bairro de Botafogo. Lá, a visita teve início pelas instalações do Super Centro Carioca de Vacinação, situado ao lado das unidades ambulatoriais do hospital. O prédio histórico foi submetido a recente reforma para sediar a unidade de referência em vacinação na capital fluminense, com horário de atendimento diferenciado, com a aplicação de vacinas inclusive no horário noturno. Em seguida, foram vistoriadas as instalações ambulatoriais do hospital, estoque de medicamentos, além de outras áreas que ainda estão sendo reformadas. Ao final, foi visitada a área de convivência comunitária onde são desenvolvidas atividades físicas voltadas, principalmente, para o público idoso, sob a coordenação de profissionais vinculados à Prefeitura do Rio de Janeiro.

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio-visita-tecnica-a-hospitais-municipais-do-rio-de-janeiro>

## 2. Fábrica da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) - Goiana/PE

Data do evento: 19/06/2023

Requerimento nº 90/2023 CSAUDE, do Deputado Jorge Solla (PT-BA).



Câmara dos Deputados

A visita técnica da Comissão de Saúde à fábrica da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), localizada no município de Goiana/PE, teve como objetivos conhecer as instalações e acompanhar o estágio de funcionamento de suas unidades.

Estiveram presentes os deputados Jorge Solla (PT-BA) e Ismael Alexandrino (PSD-GO), bem como a deputada Iza Arruda (MDB-PE). Na empresa, foram recebidos pelo Presidente da Hemobrás, o senhor Antônio Edson Lucena. Participaram ainda da agenda o senhor Diego Pessoa, Subsecretário de Programa do Consórcio Nordeste e, representando o senador Humberto Costa (PT-PE), a assessora Ana Paula Sóter.

A presidência da empresa procedeu à exibição de apresentação sobre a Hemobrás, abordando o planejamento inicial, evolução das obras ao longo do tempo, prejuízos decorrentes da interrupção das atividades, além da situação atual e desafios futuros.

Conforme explicado aos participantes da visita técnica, a empresa atua no ramo das indústrias farmacêuticas com o propósito de reduzir a dependência externa do Brasil no setor de hemoderivados e biofármacos. A empresa recebe todo o plasma excedente do uso hemoterápico do SUS para a produção de hemoderivados e, atualmente, é responsável pela gestão do processo e expedição das bolsas de plasma para fracionamento temporário no exterior, com posterior redistribuição do medicamento hemoderivado de volta ao SUS.

Com a evolução das obras civis, está prevista a inauguração, no próximo semestre, do bloco produtivo do Hemo-8R, fator VIII recombinante fabricado pela empresa para tratamento de portadores da hemofilia A no Brasil. Ao término do processo de instalação, quando estiver em pleno funcionamento, a Hemobrás permitirá a participação do Brasil no seleto grupo dos 12 países que detêm tecnologia na produção de hemoderivados, sendo o primeiro representante da América do Sul na atividade.

Atualmente a empresa responde pelo emprego direto de 1 mil colaboradores e possibilita, indiretamente, o emprego de outras 5 mil pessoas quando considerada toda a cadeia produtiva. Em termos de resultados financeiros, a Hemobrás saiu de uma posição deficitária em 2015 para a estabilidade financeira em 2021 e, a partir do ano de 2022 passou a registrar superávit.

O projeto do parque fabril possui ao todo 17 prédios distribuídos em 48 mil metros quadrados de área construída e abrangem atividades de recepção e armazenamento de plasma, área de fracionamento de plasma, envase e liofilização de hemoderivados, inspeção, laboratórios de controle de qualidade, armazenamento de insumos, produção de medicamentos recombinantes, caldeiras para a produção de vapor, estocagem de produtos químicos, manutenção da planta industrial, armazenamento dos resíduos industriais sólidos, reservatórios de água, estocagem de álcool etílico necessário à produção, geradores de energia e subestações elétricas, além das áreas administrativas e de pessoal.

No encerramento da visita, os parlamentares presentes puderam deixar registrados seus depoimentos a respeito da percepção do trabalho desenvolvido pela empresa.

O relatório completo do evento encontra-se em:  
<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio-da-visita-tecnica-a-hemobras>

---

### 3. Creches municipais - Rio de Janeiro/RJ

Data do evento: 23/06/2023

Requerimento nº 109/2023 CSAUDE, da Deputada Dani Cunha (União-RJ).



Assessoria da Deputada Dani Cunha

A visita técnica da Comissão de Saúde a creches situadas no município do Rio de Janeiro teve como objetivos: 1) averiguar a qualidade da alimentação ofertada às crianças, o controle de doenças e de vacinação; 2) investigar as condições e os procedimentos adotados pelos profissionais das creches e escolas no intuito de acompanhar o ambiente e as condições sanitárias, de saúde e alimentares nas quais as crianças estão inseridas; 3) investigar se há algum protocolo no acompanhamento da saúde e vacinação das crianças, com informações sobre frequência das consultas médicas e realização de procedimentos e exames necessários; e 4) verificar se há algum procedimento adotado pela escola na hipótese da ocorrência de emergência médicas com as crianças.



Foram visitadas a Creche Comunitária Deus é Fiel, em Guaratiba, e as Creches Mãe Gaia (sede e filial, Creche Acolhendo com Amor) e Balão Mágico, em Santa Cruz. Confirmaram presença, além da Deputada Dani Cunha (União-RJ), autora do requerimento, os Deputados Roberto Monteiro Pai (PL-RJ) e Luciano Vieira (PL-RJ).

Em cada estabelecimento de ensino visitado, foram examinadas as condições físicas do local, o programa de ensino implementado, a programação nutricional oferecida, bem como os protocolos concernentes à saúde das crianças, englobando procedimentos de primeiros socorros, controle de peso e vacinação. Além disso, foram analisadas as condições de trabalho, a composição da equipe profissional, se o número de vagas estava compatível com o número de alunos presentes, quantos funcionários de fato trabalhavam no local em contraponto ao número de contratados, se a documentação do espaço físico estava em dia (alvará, extintores, etc.), a prestação de contas das creches, entre outros aspectos pertinentes.

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio-da-visita-tecnicas-a-creches-no-estado-do-rio-de-janeiro>

---

## **4. Centro Especializado de Atendimento Multidisciplinar Infanto-juvenil (CEAMI) e Projeto Horta Inclusiva – Recife/PE e Vitória do Santo Antão/PE**

Data do evento: 01/09/2023

Requerimento nº 209/2023 CSAUDE, das Deputadas Iza Arruda (MDB-PE) e Dra. Alessandra Haber (MDB-PA) (SUBTEA/CSAUDE).

As visitas técnicas ao Projeto Horta Inclusiva, da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, Pernambuco, e ao Centro Especializado de Atendimento Multiprofissional (CEAMI), em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, tiveram como objetivo principal conhecer melhor estas

iniciativas de políticas públicas para pessoas com transtorno do espectro autista, que poderiam ser replicadas em todo o país, havendo necessidade apenas de um arcabouço jurídico adequado que observe as peculiaridades regionais.



Câmara dos Deputados

O Projeto Horta Inclusiva é um projeto de extensão universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), para inclusão de pessoas com deficiência por meio da agricultura, focado na formação, desenvolvimento de competências e geração de renda através da produção e comercialização de produtos orgânicos. Na manhã do dia 01/09/2023, foi acompanhada a inauguração da Horta Inclusiva do Cais do Sertão. Na ocasião estiveram presentes, além das Deputadas Iza Arruda (MDB-PE) e Dra. Alessandra Haber (MDB-PA):

Natália Alves  
Coordenadora do Projeto Horta Inclusiva

Roseana Faneco  
Líder do Grupo Mulheres do Brasil

Renato Valadares

Chef do Restaurante do Cais do Sertão

Alexandre Rodrigues da Silva

Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco – PRF/PE

João Paulo Lustosa

Superintendente Executivo da PRF/PE

Pedro da Silva Cavalcante

Superintendente Executivo Substituto da PRF/PE

Vereador Rui Begot

Presidente da Câmara Municipal de Ananindeua/PA (CMA)

Vereador Fabrício Miranda

Presidente da Frente Parlamentar do Autismo da CMA

Vereadora Pastora Ray Tavares

Líder do Governo na CMA.

Em seguida, a comitiva foi recebida na UFPE pelo diretor do Departamento de Energia Nuclear, o senhor Rômulo Menezes. Lá, conheceu o espaço da horta do Projeto Horta Inclusiva e ouviu relatos sobre a experiência exitosa que este tem proporcionado na inclusão de jovens autistas e de suas famílias.

Em Vitória de Santo Antão, na BR-232, via de acesso ao município, o grupo acompanhou a realização do Cinema Rodoviário Inclusivo, uma das ações do Projeto “PRF Amiga dos Autistas”. Na Prefeitura da cidade, a comitiva foi recepcionada pelo prefeito, o senhor Paulo Roberto Leite de Arruda, secretários municipais e vereadores, e contemplada com o certificado de personalidade amiga da cidade.

No período vespertino, o grupo deslocou-se para o Centro Especializado de Atendimento Multidisciplinar Infanto-juvenil (CEAMI), que atende crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista e outros transtornos do neurodesenvolvimento. Trata-se de uma experiência inovadora, que conta com salas de aula, sala multiuso, ambiente para amamentação, fraldários, rouparia, playground e refeitório e equipe multidisciplinar composta por médico psiquiatra, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, assistente social, odontólogo, psicopedagoga e psicomotricista, a fim de garantir o cuidado integral às necessidades dos pacientes e de seus familiares.

O relatório completo do evento encontra-se em:  
<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio-da-visita-tecnica-da-subtea-a-recife-e-vitoria-de-santo-antao>

## 5. Transtorno do Espectro Autista – Cascavel/PR

Data do evento: 14/09/2023

Requerimento nº 218/2023 CSAUDE, das Deputadas Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), Iza Arruda (MDB-PE) e Ana Paula Lima (PT-SC) e dos Deputados Diego Garcia (REPUBLIC-PR), Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), Augusto Puppio (MDB-AP) e Rafael Simões (UNIÃO-MG).



Assessoria do Deputado Diego Garcia

Em 14 de setembro de 2023 foi realizado, na Câmara de Vereadores de Cascavel, Paraná, o “1º Encontro Regional: Novas Políticas Públicas para as Pessoas com Transtorno do Espectro Autista”, transmitido pelos canais oficiais da Câmara de Vereadores de Cascavel e da Câmara dos Deputados.

Os principais temas discutidos foram: direitos das pessoas com autismo, inclusão na rede de ensino, medicamentos disponibilizados pelo SUS e consultas e diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista.

O evento contou com a participação, além do Deputado Diego Garcia (REPUBLICANOS-PR), do senhor Alécio Espínola, Presidente da Câmara de Vereadores; do senhor Mazutti, primeiro-secretário da Câmara de Vereadores de Cascavel; da senhora Beth Leal, professora; do Dr. Lauri; do policial Madril; do senhor Serginho Ribeiro; do senhor Xavier; do senhor Josias de Souza; do soldado Jefferson; do senhor Leonaldo Paranhos, prefeito; do senhor Renato Silva, vice-prefeito; do Dr. Miroslau Bailak, secretário de saúde; da senhora Rosane Aparecida Brandalise Correia, diretora do Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação, representando a Secretaria de Educação; da Dra. Júlia Farage Saito, médica psiquiatra; do Dr. Ícaro Bertini, neurologista da Clínica Escola do Transtorno do Espectro Autista; do senhor Marcos Roberto Diel, clínico comportamental; do Dr. Talvane Donizete de Oliveira, neuropediatra; e do Major Murilo Cinque de Paula, representando o terceiro comando regional do Corpo de Bombeiros.

Todos os expositores fizeram contribuições técnicas. Estavam presentes ainda mães, pais, e pessoas envolvidas com a comunidade autista em geral.

Assista ao evento aqui:

<https://www.youtube.com/watch?v=tzJiYqHzMhs>

O relatório completo do evento encontra-se em:

[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/Explicacao%20dos%20Encontros%20Regionais%20Realizados%20no%20Estado%20do%20Parana%20TEA%2024102023%20C.%20Saude\\_compressed.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/Explicacao%20dos%20Encontros%20Regionais%20Realizados%20no%20Estado%20do%20Parana%20TEA%2024102023%20C.%20Saude_compressed.pdf)

## 6. Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Sul de Minas Gerais/MG

Datas do evento: 14 a 15/09/2023

Requerimento nº 51/2023 CSAUDE, do Deputado Rafael Simões (União-MG).



Câmara dos Deputados

Esta visita técnica teve como objetivos apresentar as dificuldades enfrentadas pelos hospitais filantrópicos e Santas Casas do sul de Minas Gerais e mostrar a necessidade de urgência para a atualização dos valores dos pagamentos do SUS. Integraram a comitiva, além do Deputado Rafael Simões (União-MG), os Deputados Osmar Terra (MDB-RS), Ismael Alexandrino (PSD-GO), Dr. Frederico (Patriota-MG) e Rodrigo Valadares (União-SE).

Em 14 de setembro de 2023 foram visitados o Hospital Ana Moreira Salles, em Cambuí, e a Santa Casa Ouro Fino, em Ouro Fino.

No Hospital Ana Moreira Salles o grupo foi recebido pela senhora Roseli Moraes, provedora da instituição. A senhora Roseli fez uma apresentação oral sobre a situação orçamentária e as dificuldades financeiras e estruturais do local, que é gerido majoritariamente com recursos públicos, atende sete

municípios da região e atua como retaguarda para os hospitais de maior porte localizados em Pouso Alegre. Na Santa Casa Ouro Fino, a comitiva foi recepcionada pela senhora Maria Theresa Vilela e pelo senhor Carlos Francisco Santos de Souza, que fazem parte da gestão do hospital desde janeiro de 2023. Em ambas as instituições estavam presentes também autoridades locais.

No dia 15 de setembro de 2023, pela manhã, o grupo se deslocou para o complexo do Hospital Samuel Libânio, em Pouso Alegre, onde foi recebido pelo senhor Alexandre Hueb, diretor técnico. Lá também estavam presentes representantes do Hospital Universitário Alzira Velano, de Alfenas, e da Santa Casa de Poços de Caldas, bem como autoridades locais. Novamente, foram feitas apresentações sobre as respectivas instituições, nas quais foram destacadas suas situações orçamentárias, financeiras e estruturais.

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio-da-visita-tecnica-a-santas-casas-e-hospitais-filantropicos-no-sul-de-minas-gerais>

---

## **7. Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia/MG**

Data do evento: 18/09/2023

Requerimento nº 184/2023 CSAUDE, do Deputado Zé Vitor (PL-MG).

Realizada em 18 de setembro de 2023, a visita técnica ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HCU), no estado de Minas Gerais, contou com a participação do Deputado Zé Vitor (PL-MG), presidente da Comissão de Saúde, e de deputados estaduais de Minas Gerais e vereadores do município de Araguari.

No local, a comitiva foi recebida pela senhor Luciano, Superintendente do Hospital, que fez um relato detalhado sobre a situação da instituição. Expôs que o HCU é o maior hospital de ensino do Brasil e referência para alta complexidade em sua macrorregião. Relatou haver um grande déficit de leitos

hospitalares na região de Uberlândia, e que cerca de 80% dos procedimentos do HCU ocorrem em atendimentos de urgência e emergência. Alegou que o hospital tem aumentado sua eficiência em atendimentos, mas que isso não acompanha o crescimento populacional e da demanda, o que tem ocasionado superlotação (tanto no pronto socorro quanto na internação). Referiu que embora já tenham sido estabelecidas medidas internas, orientadas pelo Ministério de Saúde, para lidar com o hiperfluxo e superlotação de pacientes, bem como medidas de articulação com o governo estadual para contrarreferência, isso não foi suficiente. Defendeu que, para resolver esse problema, seria necessário o credenciamento de novas instituições que tivessem conjuntamente capacidade de atendimento equivalente à do HCU. Destacou ainda que são necessários novos pontos de atenção, novos credenciamentos na região, ampliação do número de leitos em Uberlândia, e o redesenho da rede de referência e contrarreferência, com pactuação para organizar portas de entrada para o HCU. E apontou como solução para o gargalo de urgência e emergência a abertura de uma nova Unidade de Terapia Intensiva.



Assessoria do Deputado Zé Vitor

Ao final da exposição, o senhor Luciano conduziu a comitiva para uma visita guiada às instalações do Hospital.

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio-da-visita-tecnica-ao-hospital-de-clinicas-da-universidade-federal-de-uberlandia>



## 8. Transtorno do Espectro Autista – Curitiba/PR

Data do evento: 21/09/2023

Requerimento nº 218/2023 CSAUDE, das Deputadas Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), Iza Arruda (MDB-PE) e Ana Paula Lima (PT-SC) e dos Deputados Diego Garcia (REPUBLIC-PR), Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), Augusto Puppio (MDB-AP) e Rafael Simões (UNIÃO-MG).



Assessoria do Deputado Diego Garcia

No dia 21 de setembro de 2023, na Assembleia Legislativa do Paraná, em Curitiba, foi realizado o “2º Encontro Regional: Novas Políticas Públicas para as Pessoas com Transtorno do Espectro Autista”, transmitido ao vivo pelas redes sociais do Deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR) e gravada para posterior distribuição pelo canal da Câmara dos Deputados no Youtube.

O encontro teve como objetivos debater as perspectivas e desafios e ouvir especialistas e a população que vivencia o TEA, com foco em políticas públicas. Contou com a participação, além do Deputado Diego Garcia, das seguintes autoridades: Alexandre Amaro, deputado estadual; Alécio Espínola, presidente da Câmara de Cascavel; Flávia Francischini, deputada estadual, e Cloara Pinheiro, deputada estadual e procuradora da Mulher da Assembleia Legislativa do Paraná.

Além dos representantes do poder público, 16 instituições representativas da sociedade civil organizada que atendem pessoas com TEA estiveram presentes oferecendo depoimentos, compartilhando experiências para aprimorar políticas públicas já existentes sobre o tema e também contribuíram com sugestões para a elaboração de novas políticas públicas.

Destaca-se ainda a participação da menina Ayméé Sophie Soares de Almeida, de 12 anos, diagnosticada com TEA, acompanhada de sua mãe, Janete Soares de Almeida, e do galo “Paçoca”, seu animal de suporte emocional que a acompanha desde 2021.

Assista ao evento aqui:

[www.youtube.com/watch?v=LfgsZ9sblO8](https://www.youtube.com/watch?v=LfgsZ9sblO8)

O relatório completo do evento encontra-se em:

[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/Explanacao%20dos%20Encontros%20Regionais%20realizados%20no%20Estado%20do%20Parana%20TEA%2024102023%20C.%20Saude\\_compressed.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/Explanacao%20dos%20Encontros%20Regionais%20realizados%20no%20Estado%20do%20Parana%20TEA%2024102023%20C.%20Saude_compressed.pdf)

---

## 9. Transtorno do Espectro Autista – Londrina/PR

Data do evento: 28/09/2023

Requerimento nº 218/2023 CSAUDE, das Deputadas Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), Iza Arruda (MDB-PE) e Ana Paula Lima (PT-SC) e dos Deputados Diego Garcia (REPUBLIC-PR), Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), Augusto Puppio (MDB-AP) e Rafael Simões (UNIÃO-MG).

Aconteceu no dia 28 de setembro de 2023 o “3º Encontro Regional: Novas Políticas Públicas para as Pessoas com Transtorno do Espectro Autista”. O evento foi promovido pela Subcomissão Especial para Discutir Políticas de Inclusão de Pessoas com Autismo, da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados (BUBTEA/CSAUDE), em parceria com a Câmara Municipal de Londrina.



Assessoria do Deputado Diego Garcia

Estiveram presentes no encontro especialistas das áreas de saúde e educação, secretários municipais, vereadores e outras autoridades.

Participaram da Mesa como expositores a Associação dos Amigos dos Autistas Belavistenses, a Associação Partiu Futuro de Arapongas e a Associação dos Autistas de Cambé; a senhora Carla Brandão de Oliveira, diretora do Departamento Municipal de Saúde do Município de Bela Vista de Paraíso; as mães de TEA senhora Adriana Maria e senhora Francycelle; e as professoras Fernanda e Sílvia do Atendimento Educacional Especializado da Sala de Recursos Multifuncional de Londrina.

Assista ao evento aqui:  
[fb.watch/nMYIN5N9bP](https://fb.watch/nMYIN5N9bP)

O relatório completo do evento encontra-se em:  
[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/Explanacao%20dos%20Encontros%20Regionais%200realizados%20no%20Estado%20do%20Parana%20TEA%2024102023%20C.%20Saude\\_compressed.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/Explanacao%20dos%20Encontros%20Regionais%200realizados%20no%20Estado%20do%20Parana%20TEA%2024102023%20C.%20Saude_compressed.pdf)

# 10. Autismo na Amazônia – Rota de Inclusão – Belém/PA

Data do evento: 26/10/2023

Requerimento nº 226/2023 CSAUDE, das Deputadas Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), Iza Arruda (MDB-PE) e Ana Paula Lima (PT-SC) e dos Deputados Diego Garcia (REPUBLIC-PR), Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), Augusto Puppio (MDB-AP) e Rafael Simões (UNIÃO-MG).



Assessoria da Deputada Dra. Alessandra Haber

Realizado no auditório João Batista da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), em Belém, este foi o primeiro evento “Autismo na Amazônia”, que fez parte do ciclo “Rota da Inclusão”.

Durante o encontro, que reuniu cerca de 700 pessoas e foi transmitido ao vivo pelos canais de comunicação da Câmara dos Deputados, as Deputadas Dra. Alessandra Haber e Iza Arruda – respectivamente presidente e relatora da Subcomissão Especial de Políticas Públicas para Pessoas com Espectro Autista (SUBTEA/CSAUDE) –, junto com especialistas, gestores públicos, vereadores e deputados estaduais do Pará, puderam apresentar as políticas públicas de referência sobre o autismo no estado, além de ouvir dezenas de relatos de autistas, familiares atípicos e representantes de entidades atuantes na causa.

Expositores:

**Nayara Barbalho**

Advogada, coordenadora de políticas para o autismo no estado do Pará e presidente da Comissão de Direitos das Pessoas com Autismo da OAB/PA

**Flávia Marçal**

Professora doutora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), coordenadora do Projeto TEA da UFRA e administradora do Grupo Mundo Azul

**Daniel Santos**

Prefeito de Ananindeua/PA

**Rui Begot**

Presidente da Câmara Municipal de Ananindeua/PA

**Herdjania Veras**

Reitora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

**Padre Ivan Conceição**

Vigário episcopal de Ananindeua/PA

**Fabrício Miranda**

Vereador de Ananindeua, Presidente da Frente Parlamentar do Autismo

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio-de-missao-oficial-ananindeua-e-belem>

---

## **11. Centro Especializado em Atendimento do Autismo (CETEA) – Belém/PA**

Datas do evento: 26 e 27/10/2023

Requerimento nº 226/2023 CSAUDE, das Deputadas Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), Iza Arruda (MDB-PE) e Ana Paula Lima (PT-SC) e dos Deputados Diego Garcia (REPUBLIC-PR), Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), Augusto Puppio (MDB-AP) e Rafael Simões (UNIÃO-MG).



Assessoria da Deputada Dra. Alessandra Haber

Participaram da visita técnica as Deputadas Dra. Alessandra Haber e Iza Arruda, respectivamente presidente e relatora da Subcomissão Especial de Políticas Públicas para Pessoas com Espectro Autista (SUBTEA/CSAUDE).

Na manhã do dia 26 de outubro de 2023, houve a inauguração do Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista (CETEA), vinculado à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O CETEA tem capacidade de atender até 300 pessoas, a partir de um ano e seis meses até a idade adulta, e funciona como um laboratório de formação profissional e capacitação de equipes que irão prestar atendimento a autistas. As deputadas percorreram todas as instalações do espaço, acompanhadas por vereadores e gestores locais da saúde, como pela coordenadora estadual de políticas para o autismo, Nayara Barbalho.

O espaço aproveita também a produção científica e o acúmulo de experiências da sociedade civil sobre o tema, a exemplo do Projeto TEA, realizado na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), sob a coordenação da professora Flávia Marçal. Nele funcionará o primeiro Laboratório Profissional em Práticas com Evidências Científicas para o Autismo do Brasil.

Na tarde do dia 26 de outubro de 2023, a visita foi ao Núcleo de Atendimento ao Transtorno do Espectro Autista (NATEA). O núcleo é parte do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) e funciona desde 2021. No local atuam fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, musicoterapeutas, arte-terapeutas e pedagogos, que, após o diagnóstico, prestam atendimento para que as crianças autistas e suas famílias possam viver com cada vez mais autonomia.

No dia 27 de outubro de 2023, as deputadas da SUBTEA/CSAUDE prestigiaram a inauguração do Centro Especializado em Reabilitação e Referência em Transtorno do Espectro Autista (CERTEA), no município de Ananindeua, na Grande Belém. Trata-se do primeiro equipamento público municipal voltado ao atendimento especializado e multiprofissional para pessoas com espectro autista, e pode ser acessado por meio da Rede de Atenção Básica. Acompanhadas por gestores públicos e parlamentares locais, conheceram as instalações da unidade, que conta com profissionais de diversas áreas, como ortopedia, fisioterapia, enfermagem, terapia ocupacional e neuropediatria, entre outros.

A cidade de Ananindeua também terá o primeiro Grupo de Trabalho de Inclusão e Acessibilidade do Pará, criado por decreto municipal, além de uma frente parlamentar dedicada ao tema do autismo, composta por todos os vereadores da Câmara Municipal.

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio-de-missao-oficial-ananindeua-e-belem>

---

## **12. Autismo na Amazônia – Rota de Inclusão – Santarém/PA**

Data do evento: 01/11/2023

Requerimento nº 226/2023 CSAUDE, das Deputadas Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), Iza Arruda (MDB-PE) e Ana Paula Lima (PT-SC) e dos Deputados Diego Garcia (REPUBLIC-PR), Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), Augusto Puppio (MDB-AP) e Rafael Simões (UNIÃO-MG).

Em 01 de novembro de 2023, no auditório do Ministério Público Estadual em Santarém, Pará, com a presença da presidente da Subcomissão Especial de Políticas Públicas para Pessoas com Espectro Autista (SUBTEA/CSAUDE), Deputada Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), realizou-se o evento “Autismo na Amazônia, Rota de Inclusão”.



Assessoria da Deputada Dra. Alessandra Haber

A Mesa do Encontro foi composta, além da Deputada Dra. Alessandra Haber, pelas seguintes autoridades: José Maria Tapajós, secretário de Governo do Baixo Amazonas; Nayara Barbalho, coordenadora estadual de políticas para o autismo; Ley Ferreira, vice-prefeito de Alenquer; Celsa Brito, primeira-dama do município de Santarém e Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social; Biga Kahlarari, vereador de Santarém; Andreo, primeiro vereador cego de Santarém; Fabrício Miranda, vereador de Ananindeua; Murilo Tolentino, vereador de Santarém e presidente da Frente Parlamentar do Autismo; Cibele, representante TEAs Tapajós; e Marlon Azevedo, presidente do Centro de Autismo de Santarém- Casa Azul.

Faz parte do Programa “Autismo na Amazônia, Rota de Inclusão” garantir acesso à cidadania participativa, à educação e à capacitação por meio de ações coletivas e integradas. No início do evento foram realizadas as entregas de, aproximadamente, trezentas Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), de acordo com informações do Cadastro Único de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (CADTEA) coletadas pela CEPA. Em seguida, houve as palestras sobre “Políticas Públicas para o Autismo e NATEA Baixo Amazonas”, proferida pela coordenadora estadual de políticas para o autismo, Nayara Barbalho, e “Sinais precoces para o autismo”, proferida pela terapeuta ocupacional Neyelle Lacerda.



A presidente da SUBTEA/CSAUDE assegurou que todas as manifestações, sugestões, críticas, serão contempladas e que lutará por políticas públicas de maior inclusão para as pessoas com deficiência e para os autistas.

O relatório completo do evento encontra-se em:

[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio\\_subtea\\_santarem\\_01\\_11](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio_subtea_santarem_01_11)

---

## 13. Hospital Estadual da Criança e do Adolescente e Clínica Teia – Goiânia/GO

Data do evento: 09/11/2023

Requerimento nº 168/2023 CSAUDE, do Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO).



Assessoria do Deputado Zacharias Calil

A visita, que ocorreu em 09 de novembro de 2023, teve como objetivo apresentar as instalações, as atividades realizadas no Hospital Estadual da Criança e do Adolescente (HECAD) e na Clínica Teia, bem como seus respectivos programas de gestão. O HECAD recebeu da Câmara dos Deputados, em 2022, a Medalha Amigo da Primeira Infância. Já a Clínica Teia é uma unidade de saúde voltada para o atendimento terapêutico multidisciplinar e interdisciplinar de crianças na faixa etária de um a seis anos diagnosticadas com TEA.

Deslocaram-se de Brasília a Goiânia, além dos Deputados Dr. Zacharias Calil (União-GO) e Geraldo Resende (PSDB-MS), a senhora Eva Bisgaard Pedersen, embaixadora da Dinamarca no Brasil; a senhora Tina Gotlieb, Conselheira de Saúde da Embaixada da Dinamarca; e o senhor Gabriel da Silva Moreira, assessor jurídico da Embaixada da Dinamarca. No HECAD, juntaram-se ao grupo a Deputada Flávia Moraes (PDT-GO) e o senhor Sergio Vencio, Secretário da Saúde do Governo de Goiás. A comitiva foi então recebida pela Dra. Monica Ribeiro Costa, diretora-geral da instituição, que realizou uma apresentação sobre a unidade. Ao final das exposições, foram visitas as instalações do local.

No horário do almoço, a comitiva foi recepcionada no Palácio das Esmeraldas, sede oficial do Governo do Estado de Goiás, pelo senhor Daniel Vilela, vice-governador do Estado. Estavam também presentes autoridades locais.

No período da tarde, o grupo dirigiu-se à Clínica Teia, onde foi recebido pelos senhores Dante Garcia de Paula, Superintendente de Gestão e Planejamento, e Eliezer Rangel Cordeiro, diretor-geral, que apresentaram a instituição e suas instalações.

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio-da-visita-tecnica-ao-hospital-da-crianca-e-do-adolescente-e-a-clinica-teia-em-goiania>

---

## **14. Hospital de Clínicas da Unicamp – São Paulo/SP**

Data do evento: 10/11/2023

Requerimento nº 232/2023 CSAUDE, da Deputada Rosangela Moro (União-SP).

A visita técnica, ocorrida em 10 de novembro de 2023 e que contou com a participação da Deputada Rosangela Moro (União-SP), teve como objetivo proporcionar uma compreensão detalhada das instalações e operações do Hospital das Clínicas da Unicamp, Gastrocentro e Hemocentro, com foco nas áreas relacionadas a doenças raras.

No Hospital das Clínicas da Unicamp, a deputada pôde observar a estrutura da instituição, destacando-se áreas como emergência, ambulatórios especializados e unidades de tratamento intensivo. Também conheceu o centro de pesquisa, com ênfase em doenças raras. Conversas com pesquisadores e cientistas proporcionaram esclarecimentos valiosos sobre as iniciativas em andamento.

No Gastrocentro, a visita incluiu uma análise das instalações dedicadas ao tratamento de doenças gastrointestinais raras. Foram discutidos os desafios específicos enfrentados por pacientes com essas condições. Conversas com profissionais da saúde revelaram a abordagem multidisciplinar no tratamento personalizado e suporte abrangente aos pacientes.



Assessoria da Deputada Rosângela Moro

No Hemocentro, a visita abrangeu as áreas de coleta, processamento e distribuição de sangue, ressaltando a importância vital do local na garantia de suprimentos sanguíneos para pacientes com doenças raras que podem requerer transfusões frequentes.

Por fim, a deputada teve a oportunidade de conhecer iniciativas para expandir o registro de doadores de medula óssea, um elemento crucial para pacientes com doenças hematológicas raras.

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/relatorios-de-atividades/relatorio-centros-de-doencas-raras-sp>

# 15. Autismo na Amazônia – Rota de Inclusão – Município de Breves, Marajó, Pará

Data do evento: 10/11/2023

Requerimento nº 226/2023 CSAUDE, das Deputadas Dra. Alessandra Haber (MDB/PA), Iza Arruda (MDB-PE) e Ana Paula Lima (PT-SC) e dos Deputados Diego Garcia (REPUBLIC-PR), Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), Augusto Puppio (MDB-AP) e Rafael Simões (UNIÃO-MG).



Assessoria da Deputada Dra. Alessandra Haber

Em 10 de novembro de 2023, pela manhã, em Breves, no Marajó, Pará, realizou-se o evento “Autismo na Amazônia, Rota de Inclusão”. Várias pessoas e autoridades de outros municípios do Marajó, como Portel, Gurupá, Anajás e Afuá, também estiveram presentes.

A Mesa do Encontro foi composta pela Deputada Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), presidente da Subcomissão Especial de Políticas Públicas para Pessoas com Espectro Autista (SUBTEA/CSAUDE); Xarão Leão, prefeito de Breves; Ana Ângela, diretora da Secretaria de Estado de Saúde do Pará, Amauri Cunha, ex-Secretário de Saúde de Breves; Lázaro Bastos, vereador da Câmara Municipal de Breves; Dirceu de Afuá, vereador; Miltoninho, vereador de Portel; Édson, vereador de Oeiras, representando a prefeitura do município; Rui Begot, presidente da Câmara Municipal de Ananindeua; Gabrielle Rodrigues, representante da APAE de Breves e presidente da ONG MIM – Movimento Inclusão do Marajó.

A Deputada Dra. Alessandra Haber reforçou a importância da SUBTEA/CSAUDE e destacou que era a primeira vez que a Comissão de Saúde da Câmara Federal estava lá. Tratou-se de um momento histórico, com o objetivo de unir forças do Legislativo, Executivo, Judiciário, sociedade civil e outras organizações para avançar com políticas públicas de pessoas do espectro autista. A presidente da SUBTEA/CSAUDE garantiu que todas as manifestações, sugestões, críticas, serão contempladas e que lutará por políticas públicas de maior inclusão para as pessoas com deficiência e para os autistas.

O relatório completo do evento encontra-se em:

[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio\\_subtea\\_breves\\_10\\_11](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/relatorio_subtea_breves_10_11)

---

## 16. Novartis e Instituto Jô Clemente – São Paulo/SP

Data do evento: 23/11/2023

Requerimento nº 267/2023 CSAUDE, das Deputadas Flávia Morais (PDT-GO) e Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE) e dos Deputados Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), Diego Garcia (REPUBLIC-PR) e Pedro Westphalen (PP-RS).



Gabriel Bertuco/Novartis

A visita técnica teve como objetivos conhecer a estrutura de atendimento e projetos pilotos para o diagnóstico e tratamento de doenças raras, bem como dialogar sobre a jornada desses pacientes.

Participaram a Deputada Flávia Moraes (PDT-GO), Presidente da Subcomissão Especial para Tratar das Doenças Raras (SUBRARAS/CSAUDE) e os Deputados Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), Dr. Frederico (PATRIOTAS-MG) e Rosângela Moro (UNIÃO-SP), membros da Subcomissão.

Também compuseram a comitiva o Deputado Dr. Fernando Máximo (UNIÃO-RO) e o Dr. George Moraes, deputado estadual (PDT-GO). O relator da SUBRARAS/CSAUDE, Deputado Diego Garcia (REPUBLICANOS-PR), foi representado pela assessora Alessandra Lopes.

Na manhã do dia 23 de novembro de 2023, a agenda foi na sede brasileira da farmacêutica Novartis Biociências S.A., tendo como foco a triagem neonatal e sua interface com as doenças raras. O grupo recebeu as boas-vindas de Renato Carvalho, presidente da Novartis Brasil. A empresa suíça é referência em pesquisa clínica e responsável por terapias gênicas já aprovadas pela Anvisa para tratamento de doenças genéticas, como a atrofia muscular espinhal (AME), principal causa de mortalidade nos primeiros 12 meses de vida, e a distrofia hereditária da retina (DHR), segunda causa de baixa visão em jovens de até 15 anos. Durante o evento houve ainda exposições de:

#### Marcial Francis Galera

Médico pediatra e geneticista, coordenador do Serviço de Referência em Triagem Neonatal da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

#### Felipe Franco da Graça

Médico neurologista e neurofisiologista clínico, responsável pelo ambulatório de Neuroinfecções do Hospital de Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com atuação principal em doenças neuromusculares

#### Vanessa Romanelli Tavares

Ph.D. em Genética pelo Instituto de Biologia da Universidade de São Paulo (USP) e supervisora do Laboratório de Biologia Molecular do Instituto Jô Clemente (IJC)

#### Kalianna Gameleira

Médica endocrinologista pediátrica do Serviço de Referência em Triagem Neonatal do DF

#### Suellen Oliveira

Apresentou o relato de sua experiência após se tornar mãe de dois filhos diagnosticados com AME, hoje com 11 e três anos, respectivamente.

À tarde, a comitiva visitou o Instituto Jô Clemente (IJC), ex-APAE-SP. O IJC existe desde 1961 e introduziu o teste do pezinho no Brasil, sendo mantido por repasses públicos e parcerias com entes privados. A instituição é um dos três Serviços de Referência de Triagem Neonatal credenciados no Ministério da Saúde no estado de São Paulo e concentra 80% da triagem dos bebês recém-nascidos na capital paulista e 67% dos recém-nascidos no estado. É o maior laboratório do Brasil em número de exames realizados e, desde o surgimento, triou mais de 17 milhões de crianças brasileiras.

Na chegada, o grupo foi recebido pela superintendente-geral, Daniela Machado Mendes, e por integrantes do corpo executivo da instituição. Durante o percurso pelas dependências do instituto, técnicos explicaram cada etapa do procedimento diagnóstico.

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/relatorios-de-atividades/relatorio-novartis-e-ijc>

---

## **17. Autismo na Amazônia – Rota de Inclusão – Marabá/PA**

Data do evento: 24/11/2023

Requerimento nº 226/2023 CSAUDE, das Deputadas Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), Iza Arruda (MDB-PE) e Ana Paula Lima (PT-SC) e dos Deputados Diego Garcia (REPUBLIC-PR), Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), Augusto Puppio (MDB-AP) e Rafael Simões (UNIÃO-MG).

Em 24 de novembro de 2023, pela manhã, no auditório da Câmara Municipal de Marabá, Pará, com a presença da presidente da Subcomissão Especial de Políticas Públicas para Pessoas com Espectro Autista (SUBTEA/CSAUDE), Deputada Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), realizou-se o evento “Autismo na Amazônia, Rota de Inclusão”.

Estiveram presentes mais de 100 pessoas, incluindo representantes de outros municípios, como Itupiranga, São João do Araguaia (vereadores Divino, Fox e Leonardo Santana), Eldorado dos Carajás, Rondon do Pará, Dom Eliseu, Nova Ipixuna, Rio Maria (Cleide do Salão, vice-prefeita), Pacajá, Breu Branco (Lidivania, coordenadora de educação especial, e Katiane Alves, secretária de saúde) e Palestina do Pará (Maurício Barbosa, secretário de saúde).



Assessoria da Deputada Dra. Alessandra Haber

A Mesa do Encontro foi composta pelas seguintes autoridades, além da Deputada Dra. Alessandra Haber: Cleide do Salão, vice-prefeita de Rio Maria; Cristina Mutran, vereadora de Marabá; Ilker Moares, vereador de Marabá; Júnior Nascimento, vereador de Pacajás; Nadja Lúcia, secretária de assistência social de Marabá; Sandra Mesquita, representante da coordenação estadual de políticas para autismo; e Regina Sena, representante da Associação Mães de Autistas (AMA).

O evento foi uma oportunidade para as autoridades discutirem as políticas públicas para pessoas com autismo e ouvir as manifestações da população, dos autistas, de familiares atípicos, e da sociedade paraense, em Marabá, copartícipes desse momento.

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/relatorios-de-atividades/relatorio-seminario-maraba>



## 18. Santas Casas de Viçosa/MG

Data do evento: 24/11/2023

Requerimento nº 230/2023 CSAUDE, da Deputada Ana Pimentel (PT/MG).



Assessoria da Deputada Ana Pimentel

A visita técnica, realizada em 24 de novembro de 2023, iniciou-se no Hospital São João Batista. Estavam presentes na comitiva a Deputada Ana Pimentel (PT-MG) e o Deputado Padre João (PT-MG); Rodrigo Vieira, analista do Ministério Público de Minas Gerais; Demétrius David da Silva, reitor da Universidade Federal de Viçosa, bem como autoridades políticas locais. O grupo foi recebido pelos senhores Joaquim Andrade, presidente da Fundação, e Belmiro Filho, diretor.

Na ocasião, reconheceu-se a importância dos hospitais filantrópicos para o município de Viçosa, por duas razões principais: a grande demanda por atendimentos de urgência e emergência, associada à ausência de Unidades de Pronto Atendimento na macrorregião, e a parceria das instituições com a Universidade Federal de Viçosa, servindo como campo para a formação profissional na área da saúde. Ressaltou-se que os maiores problemas das instituições não dizem respeito à falta de estrutura e equipamentos, mas sim de investimento público e também à má gestão dos recursos disponíveis. Destacou-se a necessidade de aperfeiçoar os processos de gestão para melhorar a organização da assistência em saúde. Nesse sentido, foi lembrado o relevante papel que o Ministério Público tem desempenhado desde o início da intervenção nas instituições, em agosto de 2023, apontando inclusive desvios de recursos públicos. Entre as soluções para a atual situação financeira dos hospitais foi citada também a necessidade de mobilização dos governos municipal, estadual e federal em busca de recursos financeiros adicionais.

Em seguida, a comitiva dirigiu-se para o Hospital São Sebastião, onde foi recebida pela senhora Maristela Gomes de Oliveira Neves e pelo senhor Ronaldo Rafael de Oliveira, respectivamente presidente e diretor da instituição. No local, em uma visita um pouco mais curta, as discussões abordaram as mesmas questões levantadas durante a visita ao Hospital São João Batista.

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/relatorios-de-atividades/relatorio-visita-tecnica-vicosa-mg>

---

## **19. Problema de falta de água no Rio de Janeiro – São João de Meriti/RJ**

Data do evento: 27/11/2023

Requerimento nº 261/2023 CSAUDE, do Deputado Beбето (PP-RJ).

A falta de água e o acesso irregular à água potável comprometem diretamente a saúde da população. A água é essencial para a higiene pessoal, a preparação de alimentos, o funcionamento de hospitais e clínicas. A boa qualidade da água é fundamental para a prevenção de doenças como cólera, hepatites e diarreias. Destaca-se que a falta de água afeta desproporcionalmente as populações mais vulneráveis, incluindo comunidades de baixa renda e áreas rurais. Essas comunidades muitas vezes enfrentam dificuldades ainda maiores para obter acesso à água potável.

O evento teve como objetivo compreender as razões pela falta de água no Estado do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense e no município de São João de Meriti. Permitiu destacar os desafios relacionados à falta de água no estado, mas também para buscar soluções sustentáveis.

Participantes:

**Aguinaldo Ballon**

Diretor Presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE)

**Alexandre Bianchini**

Presidente Águas do Rio

Prefeito da Cidade de São João de Meriti

Presidente da Câmara municipal de São João de Meriti

Representante do governo Estadual

---

## 20. Centro de Referência de Doenças Raras – São Paulo/SP

Data do evento: 01/12/2023

Requerimento nº 232/2023 CSAUDE, da Deputada Rosângela Moro (União-SP).



Assessoria da Deputada Rosângela Moro

Na visita técnica ao Ambulatório de Especialidade da FUABC/Faculdade de Medicina ABC/Santo André, realizada em 01 de dezembro de 2023, a Deputada Rosângela Moro (União-SP) teve a oportunidade de explorar as principais instalações do complexo. Sua primeira parada foi no prédio do Ideia Fértil, um centro conhecido por sua inovação. A agenda também contemplou uma visita ao complexo do CEPES, um núcleo dedicado à pesquisa clínica. A Dra. Denise Maria Christofolini, médica geneticista, explicou sobre os últimos desenvolvimentos e pesquisas conduzidas na instituição.

A parlamentar conheceu também áreas de atendimento clínico especializado para pacientes com doenças raras. Conversas com a equipe médica destacaram os desafios específicos enfrentados por esses pacientes. Visitou-se o centro de pesquisa, com foco em projetos relacionados a doenças raras. Entrevistas com pesquisadores forneceram informações sobre avanços científicos e desafios a serem superados.

Na Faculdade de Medicina do ABC/Santo André, a deputada conheceu os programas acadêmicos relacionados a doenças raras oferecidos pela instituição. Reuniões com professores e estudantes destacaram o comprometimento com a formação de profissionais capacitados para lidar com essas condições. Examinaram-se ainda projetos de extensão que envolvem a comunidade, visando à conscientização e ao suporte a pacientes com doenças raras.

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/relatorios-de-atividades/relatorio-centros-de-doencas-raras-sp>

---

## 21. Regionalização da Saúde – São Paulo/SP

Data do evento: 14/12/2023

Requerimento nº 296/2023 CSAUDE, da Deputada Juliana Cardoso (PT-SP).

O evento, que aconteceu no dia 14 de dezembro de 2023, no Auditório Prestes Maia, da Câmara Municipal de São Paulo, teve como objetivo discutir sobre questões atinentes à Regionalização da Saúde Pública no contexto da terceirização dos serviços na capital paulista.

Durante a programação, a Deputada Juliana Cardoso (PT-SP) debateu com representantes de movimentos populares da saúde (conselhos, associações e sindicatos), gestores e especialistas o impacto da medida perante o cenário de terceirização de serviços públicos de atendimento à população da maior capital do País.

Os participantes destacaram que a disseminação das organizações sociais como gestoras de unidades de saúde, em todos os níveis federativos – a partir da Lei nº 9.637/1998, resultado da Medida Provisória 1648-7/1998 –, é um dos fatores que tornam precária a qualidade de atendimento ofertado à população do estado de São Paulo. Segundo eles, a gestão de hospitais, unidades básicas e especializadas, equipes da saúde da família e outros serviços está seriamente comprometida, configurando-se a terceirização de um bem público essencial, o direito à saúde.



Jeivison José

As conclusões confirmam o diagnóstico apresentado na auditoria operacional do Tribunal de Contas da União (TCU), TC 018. 739/2012-1, realizada em 2012, que apontou o progressivo crescimento das organizações sociais na saúde. Na falta de uma infraestrutura própria de serviços e profissionais para a gestão da complexa rede de serviços de saúde do SUS, a presença de organizações sociais tem se tornado preponderante, em vez de complementar.

Expositores:

Primeira Mesa

Deputada Federal Juliana Cardoso

Membro titular da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados

### Vereador André Santos

Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara Municipal de São Paulo

### Paulo Belinello

Membro do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo (CES-SP)

### José Gimenes

Coordenador da comissão executiva do Conselho Municipal de Saúde da Cidade de São Paulo (CMS)

### Rubens Pinheiro Filho

Membro do Conselho Municipal de Saúde e representante da União dos Movimentos Populares de Saúde da Cidade de São Paulo (UMPS)

### Cleonice Ribeiro

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Saúde do Estado de São Paulo (SindSaúde)

### Flávia Anuniação

Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo (Sindsep)

### Maria Alice Susemihl

Presidente da Associação Brasileira de Epilepsia

### Cristina Pradas, acompanhada da filha Maria Sofia

Mãe atípica e autista, coordenadora do Grupo de Mães da Zona Sul de São Paulo

### Segunda Mesa

#### Deputada Juliana Cardoso

Membro titular da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados

### Claudia Afonso

Superintendente estadual do Ministério da Saúde em São Paulo

### Jorge Kayano

Médico sanitarista e pesquisador do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Instituto Pólis)

### Vereador Hélio Rodrigues

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/relatorios-de-atividades/relatorio-regionalizacao-da-saude>

## 22. Fracking - Salvador/BA

Data do evento: 15/12/2023

Requerimento nº 295/2023 CSAUDE, do Deputado Jorge Solla (PT-BA)



Assessoria do deputado Jorge Solla

O evento, realizado em 15 de dezembro de 2023 na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), teve como objetivo debater sobre os efeitos do *fracking*, que é o fraturamento hidráulico para a extração do gás de xisto ou folhelho, na saúde humana.

Durante a programação, o Deputado Jorge Solla (PT-BA) e os convidados do evento destacaram todos os riscos da atividade de *fracking*, não só aqueles inerentes a qualquer operação industrial de perfuração, mas também o dano direto à saúde humana, que contribuem para a ocorrência de males como câncer, infertilidade e malformações fetais.

Foi apontada como urgente por todos os participantes a necessidade de investimento em alternativas sustentáveis de energia, abundantes no Brasil, e de banir uma fonte energética tão perigosa como o *fracking*, a fim de garantir o direito constitucional à saúde e a um meio ambiente saudável.

Expositores:

Deputado Federal Jorge Solla (PT-BA)

Membro titular da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados

Deputado Estadual Robinson Almeida (PT-BA)

Carlos Alberto Trindade

Superintendente estadual do Ministério da Saúde na Bahia (SEMS/BA)

Rivia Barros

Superintendente de Vigilância e Proteção da Saúde da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB)

Nicole Figueiredo de Oliveira

Coordenadora nacional da Coalizão Não Fracking Brasil (COESUS) e diretora-executiva do Instituto Internacional Arayara

Juliano Bueno de Araújo

Diretor técnico do Observatório do Petróleo e Gás (OPG) e do Instituto Internacional Arayara

O relatório completo do evento encontra-se em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/relatorios-de-atividades/relatorio-fracking>

---



Comissão de Saúde



# SUBCOMISSÕES

# **Subcomissões Permanentes**

## **Subcomissão de Modernização e Aperfeiçoamento da legislação aplicável ao Sistema Único de Saúde/SUS – SUBSUS**

Composição:

Dr. Frederico (PATRIOTAS-MG)

Presidente

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO-RO)

Relator

Adriana Ventura (NOVO-SP)

Titular

Ana Paula Lima (PT-SC)

Titular

Dani Cunha (UNIÃO-RJ)

Titular

Ismael Alexandrino (PSD-GO)

Titular

Rafael Simões (UNIÃO-MG)

Titular

Afonso Hamm (PP-RS)

Suplente

Bruno Farias (AVANTE-MG)

Suplente

SAMUel Viana (PL-MG)

Suplente

Zé Vitor (PL-MG)

Suplente

A Subcomissão de Modernização e Aperfeiçoamento da legislação aplicável ao Sistema Único de Saúde/SUS (SUBSUS/CSAUDE) foi criada para fomentar, no Parlamento brasileiro, a discussão – ampla, dialética e inclusiva – sobre as possibilidades de melhorias e aperfeiçoamento do SUS. Para tanto, a participação de governantes, gestores, sociedade civil organizada, população em geral, profissionais de saúde e sociedades de especialidades foi tratada como prioridade, mormente para a apresentação de propostas legislativas no afã das melhorias desejadas.

A Subcomissão tem como objetivos específicos: levantar e registrar dados e informações do SUS, seus principais entraves e dificuldades ao longo do tempo; identificar, sistematizar, revisar e refletir sobre as propostas legislativas já existentes acerca do tema no Parlamento; bem como delinear, debater e apresentar proposições para aperfeiçoamento e modernização da legislação pertinente.

Por se tratar de uma Subcomissão Permanente, suas atividades somente se encerrarão ao final da 57ª Legislatura, quando será divulgado o seu relatório final.

---

## **Subcomissão de Desempenho de atividades atinentes aos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde – SUBPLAN**

Composição:

Paulo Foletto (PSB-ES)

Presidente

Eduardo Velloso (UNIÃO-AC)

Relator

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO-RO)

Titular

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO)

Titular

Iza Arruda (MDB-PE)

Titular

Pedro Westphalen (PP-RS)

Titular

Zé Vitor (PL-MG)

Titular

Ricardo Abrão (UNIÃO-RJ)

Suplente

De acordo com dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no início do ano de 2023, cerca de 47 milhões de brasileiros utilizavam planos de saúde. Já segundo dados do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), o setor de planos de saúde movimentou cerca de R\$ 186 bilhões em 2020, gerando mais de 3 milhões de empregos diretos e indiretos e contribuindo para a arrecadação de impostos. Tratando-se de tema prioritário na agenda política do país, a Subcomissão de Desempenho de Atividades atinentes aos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde (SUBPLAN/CSAUDE) tem por escopo o trabalho em políticas públicas para o melhoramento da qualidade do atendimento e do acesso aos serviços de saúde para toda a população.

Por se tratar de uma Subcomissão Permanente, suas atividades somente se encerrarão ao final da 57ª Legislatura, quando será divulgado o seu relatório final.

# Subcomissões Especiais

## **Subcomissão para tratar das doenças raras - SUBRARAS**

Composição:

Flávia Morais (PDT-GO)

Presidente

Diego Garcia (REPUBLICANOS-PR)

Relator

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO)

Titular

Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE)

Titular

Lucas Redecker (PSDB-RS)

Titular

Osmar Terra (MDB-RS)

Titular

Rosângela Moro (UNIÃO-SP)

Titular

Adriana Ventura (NOVO-SP)

Suplente

Bruno Farias (AVANTE-MG)

Suplente

Dr. Frederico (PATRIOTAS-MG)

Suplente

Meire Serafim (UNIÃO-AC)

Suplente

Pedro Westphalen (PP-RS)

Suplente

Silvia Cristina (PL-RO)

Suplente

Zé Vitor (PL-MG)

Suplente

A Comissão de Saúde tem papel essencial no acompanhamento da implementação dos direitos de todas as pessoas com doenças raras. Nessa seara, a fim de dar continuidade aos trabalhos de 2019 e 2021, a Subcomissão Especial de Doenças Raras, no ano de 2023, teve como principal escopo tratar da incorporação de novas tecnologias e medicamentos, da atualização dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, assim como do acompanhamento e fiscalização especial na ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal previsto na Lei nº 14.154/2021.

Acesse o relatório final aqui:

[Relatório Final 2023 - Subcomissão Especial para Doenças Raras](#)

---

## **Subcomissão para discutir e propor medidas destinadas a Políticas Públicas de Inclusão de Pessoas com Espectro Autista – SUBTEA**

Composição:

Dra. Alessandra Haber (MDB-PA)

Presidente

Iza Arruda (MDB-PE)

Relatora

Ana Paula Lima (PT-SC)

Titular

Augusto Puppio (MDB-AP)

Titular

Diego Garcia (REPUBLICANOS-PR)

Titular

Eduardo Velloso (UNIÃO-AC)

Titular

Rafael Simões (UNIÃO-MG)

Titular

Abílio Brunini (PL-MT)

Suplente

Bruno Farias (AVANTE-MG)

Suplente

Geraldo Resende (PSDB-MS)

Suplente

Lucas Redecker (PSDB-RS)

Suplente

Zé Vitor (PL-MG)

Suplente

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5 (DSM-5), de 2013, alterou a nomenclatura do Autismo para Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), classificando-o como um dos transtornos do neurodesenvolvimento, caracterizando-se pelas dificuldades de comunicação e interação. Tratando-se de uma condição que ocupa todas as fases da vida do indivíduo, é inegável a necessidade de políticas públicas específicas para esse público. Por isso, nos termos do Requerimento n. 12/2023 da deputada Iza Arruda, a Comissão de Saúde criou uma Subcomissão Especial para discutir e propor medidas destinadas a Políticas Públicas de Inclusão de Pessoas com Espectro Autista, no afã de proporcionar qualidade de vida, autonomia, desenvolvimento integral, capacitação profissional e inclusão no mercado de trabalho para os portadores deste transtorno.

Acesse o relatório final aqui:

[Relatório Final 2023 - Subcomissão Especial - SUBTEA](#)

# Subcomissão para debater Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital – SUBTELE

Composição:

Adriana Ventura (NOVO-SP)

Presidente

Flávia Morais (PDT-GO)

Relatora

Paulo Foletto (PSB-ES)

Titular

Samuel Viana (PL-MG)

Titular

Zé Vitor (PL-MG)

Titular

Dr. Frederico (PATRIOTAS-MG)

Titular

Augusto Puppio (MDB-AP)

Titular

Ricardo Abrão (UNIÃO-RJ)

Suplente

Apesar de não se tratar de assunto novo, em razão da necessidade de limitação do contato interpessoal durante a pandemia de covid-19, a Telessaúde ganhou dimensões bastante ampliadas. A Lei nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022, estabeleceu, entre outras disposições, os princípios da Telessaúde e os direitos dos profissionais e dos pacientes. Nessa seara, a Subcomissão para debater Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital (SUBTELE/CSAUDE) foi criada para debater os potenciais e desafios relacionados a essa área, notadamente, para auxiliar a fazer um diagnóstico da situação atual da Telessaúde no Brasil e verificar como pode contribuir para a melhoria para a saúde da nossa população.

Acesse o relatório final aqui:

[Relatório Final 2023 - Subcomissão Especial SUBTELE](#)



# **Equipe Técnica**

## **Servidores da Secretaria**

Aline Brandão Mariath

Clarissa Coelho de Castro

Fernanda Monteiro de Carvalho

Iram de Jesus Alves Viegas

Jaqueline Carvalho Lopes Duarte

Joanita Nascimento da Silva Neta

José Alves Palmeira

Rubens Gomes Carneiro Filho

Silvia Regina dos Santos Coelho

## **Estagiária**

Ketlen Rodrigues

Comissão de Saúde

